

Eliane Bisan Alves

Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo

A comunidade alemã sob vigilância do DEOPS

(1930 - 1945)



Dissertação de Mestrado em História Social
apresentada ao Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza
Tucci Carneiro

São Paulo

2002

*E, tendo guarnecida a lassa frota,
tornarão a seguir a longa rota.*

Os Lusíadas 1:29

À Professora Doutora Maria Luiza Tucci Carneiro, pela amizade e confiança e por ter aceitado a tarefa de conduzir meus estudos, com o mais genuíno entusiasmo e grande interesse.

Admirável e inquestionável é o seu exemplo profissional, bem como sua conduta pessoal, repleto de garra, sinceridade e, acima de tudo, imenso espírito de solidariedade.

Aos meus pais Walter e Kaethy por terem
confiado em mim e me apoiado em todos
os momentos. Obrigada pelo colo e pelo
ombro amigo.

Este trabalho foi apoiado por:

**CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior**

ÍNDICE

RESUMO	1
ABSTRACT	2
DOCUMENTOS	3
ABREVIATURAS E SIGLAS	5
AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	7
1 - OS IMIGRANTES ALEMÃES E O PROJETO ÉTNICO-POLÍTICO DO GOVERNO VARGAS	32
1.1 - A presença alemã no Brasil	32
1.2 - O perfil da comunidade alemã no Estado de São Paulo	51
1.2.1 - De colono ao profissional urbano	51
1.2.2 - A comunidade alemã em São Paulo	56
1.2.3 - Nacionalismo e conflito	68
2 - A COMUNIDADE ALEMÃ SOB SUSPEITA	74
2.1 - A Polícia Política e os estrangeiros indesejáveis	74
2.2 - A gestão de um projeto de identidade nacional	81
3 - ETNICIDADE E AUTORITARISMO	93
3.1 - Alemães comunistas e a idéia de uma revolução	93
3.2 - Conflitos de identidade: brasilidade <i>versus</i> germanidade	104
3.3 - Alemães em tempo de guerra	116
3.4 - Sociedades vigiadas	148
3.4.1 - Movimento de Alemães Livres	148
3.4.2 - Sociedade Esportiva Zukunft ou Clube Israelita	153
3.4.3 - Partido Socialista Alemão	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
FONTES	161
BIBLIOGRAFIA	171
ANEXOS	179

RESUMO

Neste trabalho estudamos a comunidade alemã de São Paulo sob a vigilância da Polícia Política no período de 1930-1945. Intelectuais brasileiros influenciados por teóricos raciais europeus, tiveram a preocupação de caracterizar a população brasileira, desde a época do Império. Após a proclamação da República, vingou o projeto de nação cujo objetivo principal era o branqueamento da população, em vista da grande miscigenação após tantos anos de escravismo. Até 1930, o alemão "ariano" se prestou como modelo ideal de beleza a ser alcançado pelos brasileiros. Durante o governo Vargas, através do projeto político de nacionalização, foi empreendida uma ação sistemática contra as comunidades estrangeiras radicadas no estado de São Paulo, com a preocupação de evitar o enquistamento, de dismantelar os laços culturais considerados contrários à homogeneização racial e de formar uma nação brasileira com identidade cultural e racial fortes. A partir de 1937, com a instalação de Estado Novo, houve um aumento das práticas repressivas e controle da comunidade alemã. Em consequência do nazismo, centenas de alemães judeus se refugiaram no Brasil, tornando-se suspeitos após 1942, quando o Brasil entrou na guerra ao lado dos aliados, sendo estigmatizados como "súditos do eixo". O auge da vigilância contra a comunidade alemã ocorreu entre 1938-1945. O aparato censor se desenvolveu através da delação, prisão e expulsão dos estrangeiros considerados indesejáveis, o que pode ser considerado através da documentação encontrada em diversos órgãos da Polícia Política. Após o término do segundo conflito mundial, a imagem dos alemães tornou-se mais negativa como consequência das atrocidades cometidas nos campos de extermínio e julgadas como crimes praticados contra a Humanidade.

Palavras chaves: Comunidade alemã em São Paulo, Súditos do Eixo, Segunda Guerra Mundial, Comunismo, Governo Vargas (1930-1945), Polícia Política de São Paulo, Judeus.

ABSTRACT

In this work we study about the German Communities living in São Paulo under the Politic Police vigilance from 1930 to 1945. Some intellectual Brazilians who were influenced by theoretical racial Europeans had the preoccupation to characterize the population of Brazil since the period of the Empire. After the Republic was proclaimed, a national project was developed and its principal objective was whitening the population because of the large mixture that had happened after so many years of slavery. Until 1930, the “ariano” German was considered an ideal as a model of beauty to be reached by Brazilians. During Vargas government, through a political project of nationalization, it was undertaken a systematic action against foreign communities established in São Paulo State trying to avoid the concentration and undo the cultural bows considered against the racial homogenization in order to create a Brazilian nation with a strong cultural and racial identity. From 1937 because of the New State there was an increase of repressive practices and the control of German communities. Hundred of Jewish ermans refugee in Brazil due to the Nazi and after 1942 when Brazil went to the war with the allied they were stigmatized as “axie vassals” and they became suspects. The pinnacle of the vigilance against the German Communities occurred from 1938 to 1945 and it was developed through informers, imprisonment and expulsion of foreigners who were considered undesired people what can be realized through the documents found in several Politic Policy agencies. After the second world war finished the figure of German people became negative because of the atrocities committed in the concentration fields against the Humanity.

Keywords: German community in São Paulo, Axie vassals, Second World War, Communism, Vargas government (1938-1945), Politic Policy, Jewishsh.

DOCUMENTOS

CAPA - "Indústria Nacional". Revista Careta, maio de 1936

- 1- Requerimento de Ernest Kaufmann a Diretoria do Clube Espéria. São Paulo, 3/10/1942. Arquivo do Clube Espéria49 e 50

- 2 - Lista dos funcionários e empregados do Sport Clube Pinheiros. *Prontuário 1.051 do Esporte Clube Pinheiros.* DEOPS-SP. DAESP60

- 3 - Relação de membros da Diretoria do Esporte Clube Pinheiros de Pedro (ilegível), secretário da Secretaria. São Paulo, 10/06/1943. *Prontuário 1.051 do Esporte Clube Pinheiros.* DEOPS.DAESP.....61

- 4 - Carta aberta dirigida aos aderentes do movimento. Movimento dos Alemães Livres. São Paulo, 3/6/1943. *Prontuário 49.636 de Karl Lustig Preat.* DEOPS-SP. DAESP.67

- 5 - Registro de prisão de Adolf Amman. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 27/10/1942. *Prontuário 43.658 de Adolf Amann.* DEOPS-SP. DAESP.72

- 6 - Registro de prisão de Adam Uhrig. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 19/03/1944. *Prontuário 12.900 de Adam Uhrig.* DEOPS-SP. DAESP. 73

- 7 - Fotografia apreendida. *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos.* DEOPS-SP, DAESP.....112

- 8 - Circular de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política e Social. São Paulo: 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald.* DEOPS-SP. DAESP.124 e 125

- 9 - Carta denúncia de Francisco Pereira a Delegacia de Investigação. Santa Rosa, 25/04/1944. *Prontuário 26.322 de Adolfo Keru.* DEOPS-SP. DAESP 129

- 10 - Carta denúncia de Osvaldo Guerra ao Major Superintendente de Ordem Política e Social. *Prontuário 50.342 de Egon Felix Gottschlak.* DEOPS-SP. DAESP. 131-132

- 11 - Caderneta de salvo-conduto. Superintendência de Segurança Política e Social. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios de Segurança Pública. *Prontuário 7.874, de Adolfo Vohs.* DEOPS-SP. DAESP 134

- 12 - Requerimento de Jacob Klabin, diretor. Industrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. São Paulo, 11/04/1944. *Prontuário de Johannes Wilhelm Moller*. DEOPS-SP. DAESP. 136
- 13 - Requerimento de assinatura ilegível para o chefe do serviço de salvo-condutos. Manufatura de Brinquedos Estrela. São Paulo: 3/4/1945. *Prontuário 20.403 de Adolf Weil*. DEOPS-SP. DAESP. 137
- 14 - Informação de assinatura ilegível, chefe do Serviço Secreto. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo: 21/7/1943. *Prontuário 43.658 de Adolf Armann*. DEOPS-SP. DAESP..... 141
- 15 - Registro de prisão de Adolpho Arnhold. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo: 24/7/1942. *Prontuário 7.497 de Adolpp Arnhold*. DEOPS-SP. DAESP.143
- 16 - Material apreendido. *Prontuário 7.497 de Adolph Arnhold*. DEOPS-SP. DAESP. 145
- 17 - Panfleto destinado "Ao Povo Alemão". Alemanha Libre - México. *Prontuário 49.636 de Karl Lustig Preat*. DEOPS-SP. DAESP..... 149

ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AN-RJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

DAESP- Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo

DEOPS-SP - Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo

DEIP - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DPAAe - Defesa Passiva Anti-aérea

FBI - Federal Bureau of Investigation

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

KPD - Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista Alemão)

NSDAP - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

PCB - Partido Comunista Brasileiro

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

O meu muito obrigado aos colegas do Projeto Integrado Arquivo Universidade - PROIN e da Pós-Graduação.

De forma especial:

Álvaro Antunes Andreucci

Bertholdo Maurício dos Santos

Helena Pajaro

Ismara Izepe de Souza

Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro

Marília de Souza Lopes

Priscila Ferreira Perazzo

Viviane Teresinha dos Santos

Rodrigo Rodrigues Tavares

Taciana Wiazovsky

Aos funcionários do Arquivo do Clube Espéria: André Fracarri Bertin, Danielle Christine Santos Miranda e Odair Aparecido de Paula, pelo auxílio com a documentação.

Gostaria de agradecer em especial e com muito carinho as amigas Ana Maria Dietrich e Fernanda Torres Magalhães, pela amizade e colaboração.

INTRODUÇÃO

A partir de 1824, milhões de alemães emigraram em busca de novas oportunidades de vida em terras da América. Cerca de 250 mil deles vieram para o Brasil até o final da Segunda Guerra Mundial (1945)¹, trazendo na bagagem a esperança de dias melhores. A vontade de recomeçar e empreender novos projetos traduziram-se em reafirmação de valores e costumes que ficaram indelevelmente marcados na história brasileira, ao longo do século XX.

A imigração alemã iniciou-se no sul do país e, com a expansão da lavoura cafeeira, foi direcionada para o fornecimento de mão de obra, sobretudo na província de São Paulo. No início do século XX, grande parte dos imigrantes alemães foi absorvida pelas indústrias da cidade de São Paulo, carentes de técnicos especializados. Concentrados nos bairros de Santo Amaro, Brooklin Velho, Santana, Vila Mariana, Centro e Bom Retiro, estes estrangeiros organizaram-se enquanto comunidade preservando, através de suas instituições, a cultura trazida da pátria-mãe. Clubes, escolas, imprensa e organizações beneficentes prestaram-se como elementos de reafirmação e preservação da identidade alemã que, após a Primeira Guerra Mundial, viu-se fortalecida com a chegada de novos imigrantes².

A partir de 1933, a comunidade alemã de São Paulo começou a mudar o seu perfil ao receber, cada vez mais, um grande número de judeus alemães que, discriminados pela ideologia do Terceiro Reich, haviam sido obrigados a deixar a

¹ Os alemães foram o primeiro grupo a imigrar em massa para o Brasil. Entretanto, representam apenas 9% do total de emigrados. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl, *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1998, p.11.

² Entre os anos de 1924 e 1933, entraram 61.728 imigrantes alemães no Brasil.

Alemanha. Algumas dezenas eram comunistas identificados com o ideário da ex-República de Weimar (1919-1933); outros eram judeus tornados apátridas excluídos por serem representantes de uma raça dita "inferior". A chegada desta "nova" categoria de imigrantes alemães (desta vez, indesejável) chamou a atenção da Polícia Política do Estado de São Paulo, o DEOPS, que se dedicava a manter a ordem e garantir a Segurança Nacional. Dai o presente estudo ter como proposta analisar a documentação relativa a alemães produzida pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) que, ao longo da década de trinta e quarenta, manteve essa comunidade sob intensa vigilância e fazendo o controle social e político da população.

Raros são os estudos que abordam a repressão de cunho social e político praticada contra os imigrantes radicados em São Paulo desde as primeiras décadas do século XIX. Quando isto acontece, são meros detalhes inseridos no contexto da repressão ao comunismo durante a chamada "Intentona" de 1935³. Em parte, essa omissão/ausência de informação se justifica pelo fato dos Arquivos DEOPS estarem fechados à consulta até alguns anos atrás. Os acervos do Rio de Janeiro e de São Paulo só foram colocados à disposição dos pesquisadores após 1992, estando ainda em fase de sistematização. Somente em 1994, os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (1924-1983) foram recolhidos pelo Arquivo do Estado de São Paulo e liberados à consulta pública. Neste interregno intensos debates

³ "... o governo aumentava as pressões sobre a esquerda, detendo jornalistas liberais (como Rubem Braga, jovem colaborador da *Folha do Povo*, do Recife) e tomando medidas preliminares para a deportação de estrangeiros indesejáveis. Um caso desses, de perseguição de Geny Glaser, de 15 anos de idade, tornou-se "cause celebre" da polícia, casando-se com um jornalista brasileiro, o que impedia sua deportação automática". LEVINE, Robert *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 159. (Grifo nosso).

acerca do acesso à documentação foram promovidos por instituições acadêmicas e pela imprensa.

A Lei Federal 8.159⁴, de 8 de janeiro de 1991, estabelece que toda documentação contida em arquivos permanentes sob a salvaguarda do Estado é de livre acesso ao público, desde que não ponha em risco “a segurança da sociedade e do Estado” ou implique na violação da “imagem e honra” da pessoa humana. Diante disto, houve debates ferrenhos que contaram com representantes de vários segmentos da sociedade civil dedicados a para discutir a natureza ostensiva desta documentação. Tempos depois, a Secretaria de Cultura, pela Resolução 38, de 27 de dezembro de 1994, adotou o procedimento de assinatura de termo próprio por parte do consulente, onde este se responsabiliza pelo uso que fizer da informação contida neste fundo. Esta medida conciliou os interesses de princípios democráticos de direito à informação e de resguardo da privacidade e boa fama das pessoas, além de atender às solicitações de pesquisadores da área científica⁵.

O arquivo DEOPS-SP possui, no seu conjunto, importante “corpus documental” de grande valia para estudos sobre imigração, discurso político, história das mentalidades e das instituições. Podem ser detectados múltiplos gêneros, tais como documentos textuais (manuscritos e impressos), iconográficos (fotografias, gravuras, etc), cartográfico e objetos, expressivas das mais diferentes nacionalidades e ideologias. Essa documentação está dividida em quatro séries: Dossiês, Ordem Social, Ordem Política e Prontuários. A série Prontuários abrange o período de 1924 a 1983. Constitui-se de Fichas Remissivas (microfilmadas)

⁴ *Lei Federal 8.159 de 08/01/1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁵ *Guia do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP: 1997.

organizadas em ordem alfabética pelo primeiro nome de pessoas físicas ou instituições. Essas fichas remetem às pastas (prontuários), organizadas em ordem numérica, onde se encontram os documentos relacionados às pessoas ou às instituições.

Os prontuários dos imigrantes e das instituições estrangeiras - um dos principais alvos das investigações empreendidas por este órgão - configuram-se como fontes primárias inéditas. Com relação à comunidade alemã identificamos diversas fontes que ofereceram um perfil desta comunidade fixada em São Paulo, desde o início do século XIX.

O pesquisador não pode perder de vista que o acervo DEOPS-SP não representa a sociedade como um todo, e sim alguns segmentos pelo qual a Polícia Política tinha interesse especial. Desta maneira, falar sobre a comunidade alemã com base nos dados obtidos nesta documentação significa, sobretudo, tratar da lógica da suspeição articuladas pelas autoridades policiais, porta-vozes da política oficial. Devemos também, estar prevenidos no trato a esta documentação levando em consideração que a montagem destes prontuários expressam em grande parte, a versão policial sobre fatos, muitas vezes manipulada de forma a incriminar o suspeito.

Dentre múltiplas fontes, podemos contar com *salvo-condutos*⁶, *transferências de residência*, *fichas de qualificação*, *livros apreendidos*, *fotografias*, *notícias de jornal*, *selos*, *notas fiscais*, *cartões postais*, *correspondências particulares*, *agendas*, *bilhetes*, *poesias*, etc. Cada qual, dependendo de seu conteúdo, pode contribuir para estudos do cerceamento da

⁶ Salvo-condutos: instrumento com informações completas do portador fornecido por autoridade policial, durante um estado de emergência ou de guerra, para que possa ter livre trânsito de um lugar para outro, sem risco de prisão ou detenção.

liberdade individual, de locomoção e livre pensamento que feriam direitos de todos aqueles que, nacionais ou estrangeiros, residiam no Brasil. Além do que possibilita trabalhos sobre gênero, ocupação do espaço urbano, mobilidade, assimilação e aculturação do imigrante alemão, iconografia (memória individual e coletiva), educação e fluxo imigratório.

Os estudos históricos decorrentes da sistematização dos acervos da Polícia Política que atuou durante o governo Vargas (1930-1945) extrapolam os limites deste órgão repressor, cujo acervo nos oferece múltiplos caminhos temáticos e metodológicos. Um destes vieses se insere nos estudos das comunidades envolvidas com a conjuntura política que marcou o governo autoritário varguista.

Em razão do grau de especificidade das funções atribuídas a DEOPS, enquanto órgão do poder político, a documentação por ele produzida oferece importantes registros dos conflitos sociais, das formas de acomodação e resistência dos grupos perseguidos pelo regime. Além destes aspectos, permite-nos detectar alguns dos principais objetivos do governo preocupado em padronizar a cultura nacional e em reorganizar as "formas de pensar" da população brasileira, base da unidade nacional. Por esta razão, a DEOPS colaborou, juntamente com outros órgãos oficiais, para a concepção do caráter autoritário do regime levando a efeito uma série de medidas repressivas acobertadas por justificativas nacionalistas. Isto se fez em duas direções: promovendo o pensamento oficial e eliminando àqueles cujas idéias se desviavam do padrão estabelecido como "modelo".

Devido à diversidade étnica e cultural que caracterizou a sociedade brasileira desde a primeira metade deste século, o controle social e político

tiveram um crescente aprimoramento na medida em que o autoritarismo consolidava Vargas no poder. O controle instituído pela Polícia, por sua vez, colaborava para configuração do pensamento oficial e a legitimação da ação do Estado.

Cabe ressaltar que muitos estrangeiros entraram no Brasil na condição de imigrantes qualificados (técnicos e intelectuais) sendo envolvidos pelo crescente processo de industrialização, urbanização e formação étnica da população brasileira. Nas duas primeiras décadas deste século, o estrangeiro era visto como força necessária e desejável ao desenvolvimento nacional. No entanto, percebemos que esta concepção mudou em decorrência dos movimentos políticos sociais emergentes na década de 20, que acabaram por transformar o DEOPS em um agente ativo de censura e controle do pensamento. Em função da efervescência destes movimentos sociais suas propostas eram vistas como "revolucionárias" e atentadoras contra a Segurança Nacional. A polícia se viu pressionada a aperfeiçoar seu caráter repressor atuando contra todos aqueles que pudessem comprometer a normalidade imposta pelo Estado. Neste contexto, qualquer indivíduo que saísse fora dos padrões estipulados pelo governo seria reprimido por suas "propostas sediciosas", questionadoras da ordem instituída pelos homens do poder, ordenadores do cotidiano.

Consideramos que o perfil do imigrante acabou por particularizar a ação policial em função das diferenças regionais marcadas pelos múltiplos processos de ocupação territorial e colonização. Levava-se em conta o fato das greves e reivindicações trabalhistas começarem em torno de movimentos liderados por estrangeiros recém-saídos de seus países, na maioria das vezes, por motivos políticos. Estes, acobertados por suas posições de técnicos especializados ou

representantes comerciais, atuavam como líderes políticos ou militantes do Partido Comunista ou do Partido Nazista.

"... em 1928, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública em São Paulo afirmava que o DEOPS já havia conseguido identificar 102.654 dos 300 mil operários do Estado, registrando com indício de grande eficácia desse trabalho não ter havido naquele ano nenhum movimento capaz de perturbar a ordem pública".⁷

Desde o final do século XIX, a polícia civil começou a diferenciar "malandragem" e "vadiagem" dos crimes que ameaçavam a ordem vigente. Em dezembro de 1924, foi criada em São Paulo a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), com o intuito de identificar os "indesejáveis", como eram chamados os operários "agitadores estrangeiros" ou aqueles que militavam em sindicatos ou partidos políticos. Este órgão veio em resposta a uma maior especialização da polícia "preventiva" acionada desde o começo da República. Havia na polícia civil do Distrito Federal duas inspetorias: a primeira encarregada da "seção de ordem social", cuja incumbência era, entre outras coisas, *"desenvolver máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo, agir com solicitude para os fins na medida de expulsão de estrangeiros perigosos"* e a segunda, encarregada da "seção de segurança pública"⁸.

Os arquivos da DESP⁹ (Delegacia Especializada de São Paulo) surgiram após 1933, a partir das investigações sobre as atividades de comunistas e integralistas. A vigilância policial era feita por investigadores em torno das pessoas suspeitas de divulgar idéias "exóticas" ou perigosas em comícios,

⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 111.

⁸ Ibid.

⁹ *Decreto Estadual de 10/01/1933*. Dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

encontros, reuniões, ou então, de participar na elaboração de material de propaganda (manifestos, panfletos, jornais, etc.). Sabemos que, grande parte destes estrangeiros era lituanos, espanhóis, poloneses, portugueses, japoneses e alemães, embora tais dados sejam ainda desconhecidos para a historiografia nacional, ainda distante dos estudos sobre repressão policial no Brasil Contemporâneo.

Dentre as várias nacionalidades vigiadas e perseguidas pela Delegacia de Ordem Política e Social, os alemães podem ser considerados como um dos principais alvos, apresentando uma gama variada de estigmas que, na década de 30 e 40, se prestaram para justificar práticas repressivas por parte da Polícia Política. Esses estigmas vão a cada momento se sobrepondo ou se anulando, conforme os acontecimentos nacionais e internacionais, tornando-se fator complicador na atuação da polícia frente a esta comunidade alemã estabelecida no Brasil, desde o final do século passado.

A atuação da polícia como fator de coibição acaba por produzir instrumentos específicos que deixam provas documentais elaboradas ou recolhidas pela instituição, imprescindíveis para a (re)construção do pensamento autoritário no Brasil. Verifica-se que tais medidas repressivas produziram uma multiplicidade de registros que se transformaram em expressão dos vários mitos sustentados pela política nacionalista e autoritária de Vargas.

Neste estudo procurei identificar os estigmas que persistiram contra os alemães, percorrendo as questões enfrentadas por aqueles que se identificavam com uma das marca que lhes foram atribuídas durante o período Vargas, nos anos 1930-1945: cidadão do eixo, perigo militar, nazista, espião, comunista, judeu

etc... A Polícia Política manteve, em suas dependências, vários prontuários com informações sobre pessoas e instituições nos quais são encontrados documentos produzidos pela polícia, pelo próprio prontuariado e documentos apreendidos. Baseado nesse *corpus documental*, o delegado traçava o perfil do suspeito. Desta maneira, pode-se falar sobre categorias de suspeição atribuídas aos alemães, as quais se adaptavam aos acontecimentos nacionais e internacionais. Neste sentido, o discurso policial deve ser avaliado como expressão dos vários mitos e estigmas sustentados pela política nacionalista de Vargas. Foi, com base nestes documentos, que procuramos reconstituir o perfil dos alemães indiciados pela Polícia Política. Este inventário sistemático das fontes possibilitou-nos uma série de reflexões acerca do aparelho repressivo do Estado nacional cujo projeto étnico-político exigiu a instituição de regras específicas do controle social. Mas, na sua essência, podemos aferir, com base na metodologia da pesquisa histórica, os mecanismos acionados para vigiar a imensa e complexa comunidade de imigrantes radicados na cidade de São Paulo, desde o início do século XX.

Na grande maioria dos prontuários de alemães encontramos três tipos de documentos que nos permitem reconstituir o perfil desta comunidade nos anos 30 e 40, principalmente. Um deles é a ficha de qualificação, onde constam informações como nome completo, filiação, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, nível de instrução, além de fotografia datada frente/perfil do prontuariado, produzida pelo Laboratório Técnico do Gabinete de Investigações. Estes documentos nos permitem selecionar a nacionalidade desejada para os estudos de comunidade étnica. Mediante este recorte, o pesquisador poderá conhecer a naturalidade, as regiões de origem desses cidadãos, sendo instigado a investigar as causas sócio-econômicas que provocaram a saída dessas

peças de seus países. O sobrenome possibilita, em alguns casos, saber quantas pessoas de uma mesma família imigraram, recuperando relações de parentesco, que podem ser cruzadas com informações obtidas em outros documentos anexados aos prontuários. A identificação da profissão pode vir a compor uma amostragem de quais profissionais saíram da Alemanha e como foram absorvidas no mercado de trabalho. A informação sobre o estado civil recompõe o núcleo familiar, da mesma forma como é possível reconstituir as diferentes gerações de imigrantes e filhos de imigrantes, estes já de nacionalidade brasileira. O dado sobre gênero oferece uma estimativa da porcentagem de homens e mulheres imigrantes fichados pelo DEOPS, pertencentes às comunidades em foco.

Identificando os locais de residência, temos condições de visualizar a concentração populacional das comunidades étnicas nos bairros da capital e do Estado de São Paulo, com possibilidade de remeter para outros núcleos de imigrantes, sediados em outros pontos do país. Com base nestes elementos de concentração, poderemos identificar uma série de outros elementos úteis para a compreensão do processo de assimilação e aculturação dos imigrantes de qualquer nacionalidade. No entanto, cabe ressaltar que as fontes policiais são limitadas quanto ao seu conteúdo muitas vezes delineado contido pelo discurso oficial que impunha regras, nem sempre cumpridas. Dai a importância do historiador recorrer, dependendo das suas hipóteses de trabalho e do seu objeto de estudo, ao cruzamento com outras fontes e acervos. Por exemplo, a *ficha de identificação* complementa o primeiro documento com a data de nascimento e a de entrada no Brasil. Cruzando esses dados, pode-se obter uma estimativa média da idade do suspeito quando este imigrou para o Brasil. Estas informações nem

sempre são completas exigindo a busca de fontes complementares como, por exemplo, os periódicos de imigração, povoamento e colonização¹⁰.

Nos prontuários de alemães são também comuns documentos produzidos no período da Segunda Guerra Mundial: *requerimento de salvo-conduto*; o *requerimento de transferência de residência* e o *requerimento de atestado de antecedente políticos e sociais*. Quando um imigrante precisava viajar para outra cidade ou Estado, por motivo de férias, visita a um parente ou a trabalho, precisava fazer um requerimento no qual colocava, além de seus dados pessoais, o local onde pretendia ficar, o motivo e duração da viagem, o meio de transporte a ser utilizado e o local onde ficaria hospedado. Quando a viagem era autorizada, o delegado expedia um salvo-conduto. Durante a viagem o estrangeiro deveria mostrar esta autorização quando abordado por um policial. Caso não a tivesse, seria encaminhado para delegacia de polícia mais próxima. Cuidava destes assuntos a Secção de Salvo Condutos, setor do DEOPS.]

[Durante a Segunda Guerra Mundial, quando um imigrante identificado como "cidadão do eixo" pretendia mudar de endereço precisava preencher um formulário informando o local onde morava e o endereço para onde pretendia se transferir, inclusive dizendo entre quais quarteirões ficava a nova residência. Juntamente com o formulário, vinha à cópia de uma circular dirigida ao delegado de polícia regulamentando a transferência de residência de "súditos do eixo", segundo os interesses da Segurança Nacional. A circular informava ao delegado que não era aconselhável a mudança de "súditos do eixo" para cidades da costa

¹⁰ Importante material complementar que pode ser consultado no Arquivo do Museu do Imigrante, Arquivo Histórico do Itamarati, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Dentre as fontes ressalto o valor dos periódicos específicos para os estudos imigratórios (boletins e revistas dos órgãos oficiais).

litorânea. Informava também que os estrangeiros (alemães, japoneses, italianos, romenos¹¹ e eslováquios¹²) não poderiam residir nas proximidades de pontos estratégicos, tais como: quartéis, usinas hidroelétricas, grandes indústrias e pontes importantes. O delegado também deveria atentar para o aumento de densidade de populações da mesma nacionalidade concentradas em "quistos" ou núcleos de japoneses e alemães já existentes.]

[Os requerimentos de atestado de antecedentes político-sociais eram exigidos para fins de expedição de carteira de motorista, abertura de firmas, licença para porte de armas e pedidos de naturalização. A naturalização parece ter sido um dos mecanismos utilizados pelos imigrantes para escapar da vigilância da Polícia Política¹³. A partir do momento em que se naturalizavam brasileiros, os imigrantes encontravam maior receptividade no país. Apesar de em 25 de abril de 1938, o Decreto-lei 389¹⁴, reafirmar a lei de *ius solis*, segundo a qual não importava a nacionalidade dos pais, persistiu o controle a filhos de alemães nascidos em território nacional.]

[O controle da locomoção dos indivíduos, através da expedição de salvo conduto, foi inicialmente empregado para localizar comunistas durante a fase mais aguda da repressão policial, compreendida logo após a Intentona Comunista de 1935 e a elaboração fantasiosa do Plano Cohen, em 1936. Por volta de 1938, quando Getúlio Vargas reforçou em seu discurso o conceito de brasilidade, o

¹¹ Durante a Segunda Guerra Mundial, a Romênia, sob o reinado de Miguel I firma aliança com Hitler e declara guerra à U.R.S.S.

¹² A Eslováquia, independente da Checoslováquia desde 1918, formada por população predominantemente alemã, foi anexada à Alemanha, em 1938.

¹³ A naturalização é um mecanismo jurídico que permite ao indivíduo a aquisição de outra nacionalidade diferente daquela que recebeu quando nasceu, combinada a vontade do indivíduo com a do Estado. Uma vez naturalizado o indivíduo deixa de ser estrangeiro e passa a ter novas garantias jurídicas.

¹⁴ Decreto-lei 389, de 25/04/1938. Regula a nacionalidade brasileira. A *ius solis* está presente na legislação brasileira desde a Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

salvo conduto prestou-se ao controle da mobilidade de estrangeiros. A intenção era detectar suas ações políticas, ocupação do espaço urbano, contatos com a comunidade estrangeira e nacional. Após o Brasil ter definido sua participação na guerra em favor dos Aliado, em 1942, o salvo conduto tornou-se imprescindível para o controle de circulação dos suspeitos “súditos do Eixo”.]

[Desta maneira, o *salvo-conduto* reforça a *circular de transferência de residência*, criada, especificamente com o objetivo de prevenir planos de sabotagem, assim como a transmissão de informações militares ao inimigo.

*“Era proibida a divulgação das operações estratégicas da forças armadas brasileiras, o transporte de material bélico, o contingente de soldados enviados ao front, o recrutamento, etc”.*¹⁵

O controle de informações sobre a guerra, a localização do inimigo evitando sua concentração e proximidade aos pontos estratégicos demonstra o cuidado, por parte do governo, com a espionagem de guerra e com a rápida mobilização da comunidade dita “estrangeira”, encarada como “inimiga” infiltrada no território nacional.]

[Quando aparecem somente esses requerimentos em um prontuário, sabemos que o imigrante não chegou a ser preso. Se um indivíduo era preso pelo DEOPS-SP, a Polícia Política elaborava uma *ficha de identificação*, onde registrava a data de prisão e o motivo da mesma.] Dentre os motivos de prisão mais comumente impetrados contra um alemão temos: se pronunciar contra o governo brasileiro, se pronunciar a favor da Alemanha na guerra, ouvir estação de rádio alemã, fotografar pontos militares estratégicos, riscar mapas, fazer

¹⁵ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

propaganda nazista, fazer propaganda comunista, falar o idioma dos países componentes do Eixo, em público.

Se um cidadão fosse autuado pela primeira vez falando japonês, italiano ou alemão em público, assinava um *termo de advertência* declarando estar ciente da proibição e era liberado. Se reincidisse, seria preso um ou dois dias. O tempo de prisão aumentava conforme o número de reincidências.

Para maiores informações sobre o preso elaborava-se um inquérito policial. O delegado de polícia podia ordenar uma busca na casa do suspeito a procura de “provas do crime”. Após 1942 principalmente, era considerado incriminador o alemão que portasse máquina fotográfica, aparelho de rádio transmissor, panfletos de incitação à greve, fotos de personalidades do Terceiro Reich ou da Terceira Internacional, símbolos nazistas, carteira do partido nazista, publicações escritas em idioma alemão, e muitos outros objetos.

Com a implantação do Estado Novo, o governo brasileiro tomou uma série de medidas para desorganizar as comunidades estrangeiras. Em 1938, foram proibidas as transmissões de rádio e circulação de periódicos em língua estrangeira. A orientação oficial era de que livros, jornais e bíblias mantidos nas residências, escolas e clubes estivessem escritos em português. O material encontrado durante as buscas ficava apreendido nas dependências do DEOPS. Nos prontuários são encontradas solicitações, por parte de estrangeiros, de devolução de seus rádios e máquinas fotográficas confiscadas, o que nem sempre foi possível, pois o material as vezes não era mais encontrado, pois, a polícia utilizava-se dele para seu trabalho. No inquérito policial são encontradas também solicitações, por parte do delegado a departamentos de polícia de outros estados, pedindo informações sobre o suspeito ou mesmo para sessões da

própria unidade do DEOPS de São Paulo, como, por exemplo, ao Serviço Secreto que possuía informações "confidenciais".

Os relatórios de investigação devem ser avaliados como peças-chaves do inquérito policial. Eram designados investigadores para averiguar o comportamento do suspeito, entrevistando seus conhecidos ou colegas de trabalho, posteriormente chamados a testemunhar. Todos estes procedimentos geraram documentos como: *Autos de Busca e Apreensão*, *Relatórios de Investigação*, *Telegramas*, *Ofícios*, *Termos de declaração*, entre outros. O inquérito policial, dependendo da gravidade, era enviado ao Tribunal de Segurança Nacional, onde o suspeito era julgado. Este Tribunal - criado especialmente para julgar os participantes da "Intentona" de 1935, acusados de comunismo - perdurou até o final do Estado Novo, período em que tratou de casos de nazismo e espionagem.

Os prontuários contêm ainda as listas nominais de expulsos. Elas são expressivas e imprescindíveis para se conhecer aqueles que se tornaram indesejáveis, a ponto de serem banidos do território nacional. Estas listas são, na sua maioria, datadas do período entre 1935 e 1937, quando o governo brasileiro se empenhou na caça aos comunistas. As listas encontradas nos prontuários de nosso interesse apontam apenas quatro homens de nacionalidade alemã, embora outros casos sejam conhecidos pela historiografia, como a expulsão de Olga Benário e Elizabeth Sabrowisk.

Os prontuários abertos em nome de instituições nos permitem conhecer as várias organizações alemãs (escolas, clubes, jornais, revistas, bancos, fábricas, associações culturais e recreativas), que mantinham relações de compromisso com o Partido Nazista no Terceiro Reich. Através das informações contidas nos

relatórios policiais como fichas de identificação e termos de declaração, recuperamos parte da trama e acordos que, extrapolando as fronteiras dos negócios, assumiram ares de espionagem em tempos de guerra.

As atitudes antialemãs se manifestaram mesmo antes do conflito mundial, visto que a partir de 1933 - com a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha e com a configuração da prática de um plano de extermínio dos judeus pelo Terceiro Reich - muitos comunistas e católicos identificados com a República de Weimar, procuraram abrigo no Brasil. Grande número de intelectuais, artistas, comerciantes, professores, engenheiros e operários fugiram por não terem mais afinidade ideológica e qualidade de vida para continuarem nas terras ocupadas pelos nazistas, procurando refúgio na Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil. No Brasil, muitos deles, retomaram sua atividade e ligações políticas com os movimentos de esquerda. Vargas, apoiado nos órgãos oficiais de repressão, não mediu esforços no sentido de enfraquecer-lhes a atuação, preocupado que estava em firmar uma identidade cultural, política e racial para o país. Sendo assim, os alemães sentiram as primeiras medidas de repressão policial em torno de suas atividades culturais e políticas. [Depois que o Brasil definiu sua posição em favor dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, os estrangeiros, cuja ascendência estivesse ligada ao Eixo, tornaram-se alvos de atenção das autoridades policiais e ministérios responsáveis pela política imigratória e a permanência de estrangeiros em território nacional.]

Segundo Tucci Carneiro¹⁶, *"em 1943, a Polícia Política ao vistoriar a biblioteca da Sociedade Alemã da Vila Mariana, apreendeu vários livros de*

¹⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997, p. 47.

propaganda do Terceiro Reich", entre eles, um livro de canções alemãs do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em cuja capa, havia impresso a cruz suástica. Junto às partituras havia alegorias de exaltação à ideologia nazista acompanhada das letras das melodias, cujo vocabulário não deve ser desprezado pelos historiadores preocupados em resgatar o discurso do nacional-socialismo que circulou no Brasil nos anos 30 e 40.

A política de nacionalização não atingiu somente as pessoas físicas. Estendeu-se também às instituições estrangeiras que foram obrigadas a assumir uma identidade adequada ao projeto político imposto pelo regime autoritário. A prática de repressão à liberdade tinha por finalidade evitar a propagação de idéias políticas e da cultura estrangeira, elos de ligação com a pátria de origem¹⁷. Temia-se que, através da língua, muitas vezes não compreendida pela polícia, se transmitissem informações secretas. Considerando a riqueza de informações e a variedade de fontes oferecidas pelos prontuários do DEOPS é que optamos por descobrir um estudo específico sobre a comunidade alemã no Estado de São Paulo. Em decorrência das fontes selecionadas junto ao Fundo DEOPS / Arquivo do Estado de São Paulo e Tribunal de Segurança Nacional / Arquivo Nacional do Rio de Janeiro consideramos importante reconstituir alguns aspectos relacionados com a trajetória da comunidade alemã radicada no Brasil desde o século XIX, desejada numa primeira fase e reprimida nas décadas de 30 e 40 do século XX enquanto elemento símbolo do enquistamento e do perigo militar. Tais questões nos remetem ao pensamento das elites defensoras do branqueamento da população brasileira e que, em diferentes momentos da história republicana, se

¹⁷ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Alemanha, mãe-pátria distante, utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998.

pronunciaram em nome de um projeto nacional. Em 1943, por exemplo, a *Sociedade Germânia de São Paulo*, por imposição do governo, foi nacionalizada com o nome de *Esporte Clube Pinheiros*¹⁸. Os trinta e um membros, da *Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein*¹⁹ sediada na cidade de Santos, tentaram resistir ao processo de naturalização, alegando que a instituição tinha apenas fins culturais e que estava devidamente registrada. Diante da recusa, os bens foram apreendidos e seus membros foram transferidos para a cidade de São Paulo, onde aguardaram o resultado do processo que correu junto ao Tribunal de Segurança Nacional. Passado um ano todos foram libertados e considerados inocentes.

A opção pela comunidade alemã justifica-se por três razões que nos permitem especificar os objetivos que direcionaram as nossas pesquisas. Em primeiro lugar, procuramos analisar a constituição e o fortalecimento da Polícia Política no quadro do regime autoritário enquanto uma reação complexa à crise do liberalismo. Após 1930, assistiu-se uma reestruturação centralizadora do aparelho repressivo visando adaptá-lo aos novos imperativos de defesa da "ordem", de acordo com a definição "construída" pelo próprio regime. A criação de uma Polícia Política em 1924, durante a República Velha, deve ser interpretada como uma das características constitutivas do fenômeno do autoritarismo moderno.

Em segundo lugar, interessou-nos averiguar o papel e o lugar da Polícia Política na pacificação interna, na implantação e na consolidação do governo Vargas, sobretudo na questão da formação da identidade nacional. Esta foi uma

¹⁸ *Prontuário 10.051 do Esporte Clube Pinheiros (ex-Germânia)*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁹ *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen Verein*. DEOPS, DAESP.

das questões que nos sensibilizou para o estudo da comunidade alemã, enquanto grupo étnico e politicamente indesejável para compor a população brasileira. Para compreender a ação repressiva da Polícia Política contra os alemães residentes em São Paulo, se faz necessário perceber as alterações das formas de controle social e político que, por sua vez, estavam atreladas aos acontecimentos nacionais e internacionais.

Uma terceira razão surgiu da preocupação em identificar o discurso do agente repressor acerca da comunidade alemã, na medida em que a representação "construída" teria interferido no imaginário social. Esta constatação que nos levou a caracterizar como alguns segmentos da população conceberam a atuação da Polícia Política e como tais representações condicionaram suas atitudes perante a comunidade alemã.

As balizas cronológicas em que se insere este estudo carecem igualmente de uma breve explicação. Quanto ao ano de 1930, julgamos que a nossa escolha se justifica por tratar-se do ano em que tem início o governo de Getúlio Dornelles Vargas. Tal escolha não invalida, porém, o fato de termos recuado até metade do século XIX em busca dos projetos políticos das elites ilustradas, preocupadas com a formação da identidade nacional e do pensamento intolerante em relação aos estrangeiros. O ano de 1924 presta-se apenas como referência para delimitarmos a criação da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, enquanto órgão de repressão do Estado Republicano preocupado na contenção do operariado brasileiro e na identificação do comunismo como inimigo objetivo.

A interiorização da ordem por parte da sociedade sensibilizou nos indivíduos o espírito de observação, transformando-os em campo fértil de

percepção. Olhares sem rosto postados em todas as partes e em todos os momentos facilitavam o controle por parte da Polícia Política e, ao mesmo tempo, induzia a população a auto-vigília. A polícia procurava manter a ordem através de instrumentos coercitivos de forma a disciplinar o comportamento dos cidadãos²⁰.

[Com relação à comunidade alemã concentrada no Estado de São Paulo, a repressão tornou-se visível e radical, somente após 1938, momento em que o Governo Vargas adotou uma série de medidas legais de cunho xenófobo e nacionalista. O cidadão alemão ainda que avaliado como um tipo físico ideal para compor o brasileiro padrão, haja vista a persistência da idéia de que o progresso do país dependia do branqueamento da raça não escapava de ser avaliado como um elemento com tendência ao enquistamento. Esta interpretação oferecida pela "elite iluminada" e que se fazia fundamentada em um saber científico, alimentava a idéia de que pairava no ar um permanente conflito de identidades: germanicidade *versus* brasilidade, italinidade *versus* brasilidade, hispanidade *versus* brasilidade etc.]

[Segundo Tucci Carneiro, a intolerância contra os alemães tinha uma direção certa: judeus e comunistas. De acordo com o projeto étnico-político sustentado pelo regime estadonovista, estes dois grupos deveriam ser evitados e combatidos estrategicamente, através da implementação de políticas adequadas. Esta postura explica a adoção de uma política imigratória restritiva e secreta (por ser anti-semita) e o aperfeiçoamento do aparato repressivo²¹.]

²⁰ FOUCAULT, Michel *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. 16ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.176.

²¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: op. cit.*. Tese de Livre Docência. Departamento de História. FFLCH/USP, 2001.

A partir de 1942, quando o Brasil definiu sua posição favorável aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o conceito de alemão assumiu nova dimensão: a de perigo militar. A comunidade alemã passou a ser vigiada de forma generalizada e, quando necessário, pontual. Os alemães enquanto "cidadãos inimigos" foram proibidos de se reunir, ainda que socialmente, pois qualquer tipo de concentração poderia facilitar tramas contra o Brasil. Parte da sociedade, manipulada pelo discurso oficial, fez com que os alemães se sentissem imersos em um campo de visibilidade, onde um simples olhar poderia inibir qualquer manifestação étnica em público. Esta contenção imposta pelo medo certamente dificultou a transmissão da cultura alemã às novas gerações.

Cabe, portanto, um estudo mais detalhado sobre a comunidade alemã que se estabeleceu no Estado de São Paulo, uma vez que este grupo também esteve envolvido com os acontecimentos políticos ocorridos durante o governo Vargas. Deve-se considerar as diversas nuances e complexidade decorrentes da postura de um governo dúbio, assim como a variedade de perfis que a comunidade alemã tomou entre 1930-1945.

Em 1945 - ano em que Getúlio Vargas deixou a Presidência da República - o país vivenciava o rescaldo do conflito mundial e das reformas "cosméticas" do regime, que agonizava diante de mais uma de suas crises políticas. Obrigado a ceder às democracias vencedoras da Segunda Guerra Mundial, o Brasil abriu-se para um lento e difícil processo de redemocratização. É neste contexto de política nacional e internacional que estruturamos nosso texto dividido em quatro capítulos que correspondem às questões aqui aventadas.

Assim, no primeiro capítulo, procuramos analisar a imigração alemã para o Brasil segundo os dados coletados nos censos demográficos e inseridos no contexto político dos dois países envolvidos: Alemanha e Brasil. Em seguida, nos preocupamos em estabelecer a distribuição e a composição da colônia alemã no Estado de São Paulo e as associações comunitárias criadas desde a segunda metade do século XIX na cidade de São Paulo, tendo em vista que tais elementos se prestaram, no século XX, para subsidiar a tese do enquistamento.

No segundo capítulo, procuramos esboçar a construção da imagem do estrangeiro indesejável, a atuação da Polícia Política frente à comunidade alemã de São Paulo e a gestação de um projeto de identidade pelo Estado Nacional. Estas questões nos levaram a avaliar como o sentimento étnico por parte da comunidade alemã foi encarado pelas autoridades oficiais enquanto uma ameaça ao projeto nacional e como o cotidiano dos alemães e de seus descendentes sofreu alterações em consequência das medidas nacionalistas acionadas pelo governo federal. São estes conflitos e tensões culturais e étnicos que direcionaram conteúdo desta nossa pesquisa.

No terceiro capítulo, tratamos de analisar como o espaço urbano transformou-se em foco da vigília policial e de concentração das comunidades estrangeiras. Suas ações e opiniões tornaram-se elementos expressivos da identidade política. Para exercer esse poder, a Polícia Política teve que se valer de estratégias de vigilância exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo "visível", mas com a condição de ser ela mesma invisível. Os investigadores de polícia circulavam pela cidade `a paisana procurando caracterizar os suspeitos segundo lógica própria. O produto da observação atenta e minuciosa resultava na

elaboração de relatórios reveladores o comportamento dos indivíduos, permitindo as autoridades avaliar a dimensão da "desagregação imaginada".

O período em que ocorreram os maiores conflitos entre o Estado nacional brasileiro e a coletividade alemã compreende o momento entre as duas guerras mundiais, sendo o primeiro governo de Getúlio Vargas, exemplar no combate ao comunismo e aos estrangeiros em geral.

O nacional-socialismo da Alemanha tentou dar um caráter mais fechado e, de certa forma, mais agressivo aos grupos de alemães espalhados pelo mundo. Esta postura projetou-se também no plano discursivo sendo, naqueles anos, o termo "emigrado" substituído por "alemão no exterior". O objetivo do governo alemão era de destacar a idéia de que este devia se manter fortemente ligado à sua pátria de origem e contribuir para sua expansão econômica e cultural. Nessas duas décadas houve, por parte das autoridades alemãs, uma exaltação do *Deutschum*, da retórica nacionalista, do ritualismo patriótico. Atribuiu-se uma importância especial à defesa da língua alemã, também entre os descendente procurando-se, em síntese, desencorajar o processo de simbiose com a sociedade receptora.

O governo brasileiro, por sua vez, precisava controlar o mundo das associações, das escolas e da imprensa. Entretanto, embora as idéias nacional-socialistas tenham penetrado facilmente nesse universo, não houve uma participação entusiasta das pessoas envolvidas. Além da adesão por parte da elite, não se pode dizer que a massa dos alemães radicados no Brasil tenha se identificado com o nazismo do ponto de vista ideológico. A simpatia por Hitler e pelo Terceiro Reich estava ligada, sobretudo, ao prestígio que a Alemanha passou a desfrutar no plano internacional, despertando uma espécie de orgulho

nacional entre os imigrantes. Apesar disso, um núcleo antinazista atuou com toda obstinação no interior da comunidade alemã no sentido de reunir membros que obedecessem incondicionalmente as leis brasileiras e divulgassem a colônia alemã as barbaridades cometidas pelo governo de Hitler. Sua voz enfraqueceu-se até desaparecer em 1943, quando a Delegacia de Ordem Política e Social radicalizou suas investigações nesta direção e fechou várias organizações antifascistas. De qualquer forma, enquanto duraram os contrastes políticos no interior da comunidade preocuparam a parte mais atenta da opinião pública local, que considerava que desse modo seriam violadas as leis de hospitalidade. Em termos mais gerais, surgiu a convicção de que os centros nazistas/estrangeiros tendiam a impedir o abrasileiramento dos alemães e seus descendentes. O próprio governo brasileiro acabou assumindo essa posição, a ponto de tomar medidas restritivas em relação às sociedades e escolas estrangeiras. Estava em questão a cultura e não a ideologia nacional-socialista.

Com a deflagração do segundo conflito mundial, a comunidade alemã, assim como a italiana e a japonesa, começou a sofrer limitações. A declaração de guerra por parte do Brasil em agosto de 1942 inaugurou o período mais difícil para os alemães, fato constatado em quase todos os países das Américas, fase encerrada somente em 1945, com a capitulação do Eixo. Uma das medidas mais prejudiciais adotadas pelo governo brasileiro foi o bloqueio aos bens de alemães, italianos e japoneses com o objetivo de obter uma indenização prévia dos eventuais danos que o Brasil poderia sofrer no caso de uma agressão militar²². De qualquer forma, já em outubro de 1942, o bloqueio foi retirado para as pessoas

²² *Decreto-lei 4166, de 11/03/1942*. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro ou de estrangeiros residentes no Brasil.

físicas com habitação fixa no Brasil²³. Entre as decisões que permaneceram em vigor até 1943, houve algumas particularmente penosas para os imigrantes, como as restrições impostas à liberdade de circulação no território brasileiro e, sobretudo, a proibição de falar a própria língua em público.

Procuramos demonstrar ainda, que parte dos alemães não ficou inerte: fundaram associações antinazista como mecanismo de resistência ao regime nacional-socialista implantado na Alemanha, além de auxiliar os refugiados políticos perseguidos pelo Terceiro Reich. Posicionando-se contra as ações totalitárias, estes grupos estavam também colaborando para desequilibrar o governo autoritário de Getúlio Vargas.

²³ *Decreto-lei 4806 de 07/10/1942*. Derroga disposição contida no artigo 2º do decreto-lei 4166, de 11 de março de 1942, e dá outras providências.

1 - OS IMIGRANTES ALEMÃES E O PROJETO ÉTNICO-POLÍTICO DO GOVERNO BRASILEIRO

1.1 - A presença alemã no Brasil: o imigrante ideal?

Para compreendermos a política nacionalista do governo Vargas contra a comunidade alemã nos anos 1930 e 1940, temos que considerar, em primeiro lugar, o perfil histórico-cultural dos imigrantes que, por distintas razões, deixaram a Alemanha em diferentes momentos. Ao longo dos séculos XIX e XX, essa comunidade reafirmou sua identidade que, certamente, se fez modelada pelas tradições e vivências políticas em sua pátria de origem.

Muitos dos imigrantes alemães ou seus descendentes perseguidos pelo governo Vargas tinham seu passado atrelado aos movimentos políticos que haviam agitado o cotidiano da Alemanha ao longo de vários anos: o processo de unificação alemã (1815-1871), a acelerada industrialização da Alemanha, a formação da classe operária, a fundação do Partido Social Democrata (1875), do Partido Comunista Alemão (1919) e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (1920), a República de Weimar (1919-1933), a ascensão de Hitler como chanceler do Reich (1933), a política expansionista e racista da Alemanha. Como consequência de cada um desses acontecimentos, alterava-se o fluxo migratório de alemães em direção ao Brasil.

Ao longo das últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, a imagem do alemão imigrante passou por intensas mutações, atreladas ao projeto étnico-político idealizado pelo Estado Nacional Brasileiro. De *imigrante*

desejável, matriz ideal para compor a população brasileira, o alemão se transformou em "raça indesejável" quando judeu, estrangeiro abominável ou inimigo militar. Essas *marcas de indesejabilidade* demonstram o quanto o Brasil estava despreparado para lidar com as diferenças, fossem essas étnicas ou políticas.

A presença alemã no Brasil durante a primeira metade do século XIX limitou-se a poucas centenas de indivíduos, apesar da aproximação política do Brasil com a Áustria e a Alemanha em consequência do matrimônio, em 1810, do imperador D. Pedro I com D. Maria Leopoldina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria e neta de Leopoldo II, imperador da Alemanha. Essa imigração exígua era formada por trabalhadores artesãos que deixaram suas terras por motivos econômicos e por exilados e envolvidos na Revolta Liberal de 1848. Muitos desses imigrantes liberais, nacionalistas românticos ou socialistas, continuaram a lutar em terras brasileiras, movidos pelos mesmos ideais que os inspiraram no seu país de origem. Dentre estes, presta-se como exemplo o colono suíço Thomaz Davatz, mestre-escola que organizou, em 1856, um movimento de protesto contra o tratamento dedicado aos imigrantes que trabalhavam na fazenda cafeeira Ibicaba, propriedade do senador Vergueiro, localizada na província de São Paulo²⁴.

O Brasil havia adquirido sua independência de forma atípica, se comparado aos outros países latino-americanos, tanto pela existência de um regime monárquico como pela ausência de um verdadeiro conflito armado contra a Coroa portuguesa, circunstância que facilitou a manutenção de sua integridade territorial.

²⁴ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1992.

O Brasil de 1850 era pouco povoado: 7 milhões de habitantes. Dois países se prestavam como paradigmas de civilização: a França, referência para a vida cultural e a Inglaterra, modelo para organização econômica. Esses vínculos foram reforçados com a introdução da navegação a vapor que, diminuindo o tempo da travessia de sessenta para trinta dias, facilitou o transporte de mercadorias levando produtos primários à Europa e manufaturas no sentido inverso, além de facilitar a circulação de estrangeiros e idéias.

Durante o período imperial realizou-se a lenta, mas progressiva, penetração do capital inglês na comercialização dos bens de exportação nas ferrovias e nos serviços urbanos e financeiros. A partir da segunda metade do século XIX, a difusão das estradas de ferro permitiu a expansão tumultuada da fronteira agrícola, sobretudo no que diz respeito às áreas de produção de café, gênero que havia substituído o açúcar como fonte de divisas, a ponto de representar 60% das exportações, em 1861. Esses fatores provocaram o deslocamento do principal eixo econômico, antes centrado no Nordeste, para as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo. Nesse período, as Forças Armadas começaram a se profissionalizar, dependendo cada vez menos dos favores do poder político, abrigando, no seu interior, uma ala positivista, que contribuiu mais tarde para a queda da monarquia, em um quadro geral no qual a tradicional pobreza teórica e prática dos partidos existentes vinha sendo abalada, ainda que de forma branda, pelo aparecimento dos republicanos.

Em relação à organização do trabalho, as pressões da Inglaterra haviam determinado a repressão do tráfico de escravos em 1850²⁵, obrigando as áreas de

²⁵ *Lei 581 de 04/09/1850*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império.

cafeicultura a trazê-los das províncias em declínio econômico. Na realidade, vários fatores já haviam determinado a falência do regime escravista, antes mesmo que o governo decretasse sua abolição, em 1888²⁶: a interrupção do fornecimento de escravos; a baixa taxa de natalidade da população em cativeiro; a crescente resistência dos negros manifestada por meio de indolência, boicote, fugas e revoltas; a incidência de campanha abolicionista, mesmo que limitada quase que exclusivamente às cidades; e a proclamação da Lei do Ventre Livre em 1871²⁷, garantindo a liberdade a todos os nascidos de mãe escrava dessa data em diante. O conjunto destes acontecimentos que confluíram na adoção de tal medida acabou por acelerar a passagem da monarquia à república, abrindo caminho para que a oligarquia do café assumisse diretamente o governo do país.

A partir da metade do século XIX, prevendo o inevitável desaparecimento do trabalho forçado, alguns fazendeiros começaram a estimular, à própria custa, a vinda de imigrantes da Europa, inicialmente por meio de um sistema de parceria e, posteriormente, de contratos quinquenais, com mecanismos de endividamento. Essa solução mostrou-se insatisfatória, tanto para os proprietários de terra, que tiveram de suportar o descontentamento e as revoltas, quanto para os trabalhadores tratados como mercadorias e obrigados a suportar condições de semi-escravidão. Foi somente em meados dos anos 1880, quando a província de São Paulo assumiu o ônus do pagamento da viagem, sem impor nenhum vínculo aos beneficiários (adotando uma prática que já estava em vigor no plano nacional para os que se dirigiam aos núcleos coloniais), que a situação se resolveu. A

²⁶ *Lei 3353 de 13/05/1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil.

²⁷ *Decreto 2040 de 28/09/1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

gratuidade da travessia atlântica, a ausência de obrigações pessoais em relação aos proprietários de terra - além daquelas inerentes ao trabalho - e a possibilidade teórica de deixar a fazenda após a colheita do café atraíram, de fato, uma quantidade de imigrantes capaz de satisfazer completamente às necessidades de mão-de-obra dos fazendeiros, sem que os custos dessa operação fossem pagos por eles. Tal solução tornou supérflua a manutenção da escravidão, facilitando, desse modo, a abolição, promovendo também conseqüências importantes no plano cultural. Em decorrência dessa origem, o trabalho braçal continuou a ser considerado uma atividade de escravos relacionada com a imagem estigmatizada do negro que não foi inserido no projeto étnico-político defendido pelas elites.

Foram duas as possibilidades apresentadas aos imigrantes: trabalhar nas fazendas de café ou nas colônias agrícolas de povoamento, onde deveriam desenvolver uma economia camponesa. Tal trabalho alcançou sucesso, sobretudo, nas áreas de fronteiras, onde, até por motivos de segurança, era necessário povoar as terras desvalorizadas devido à baixíssima densidade demográfica e ao fato de serem habitadas por indígenas.

Aos fatores de atração no Brasil conjugaram-se os efeitos de uma primeira "modernização" rural na Alemanha. Esse fenômeno significou a expulsão de camadas marginalizadas da população radicada no campo - pequenos agricultores e arrendatários, dos quais a unificação havia tirado a possibilidade de praticar uma economia de subsistência e de sobreviver nas brechas do mercado, em função da difusão da circulação monetária, de um sistema fiscal nacional e do tímido início do capitalismo agrário. A crise agrária, a partir dos anos 1880, também atingiu a Alemanha. Tanto os imigrantes que se dirigiam aos núcleos coloniais no sul do Brasil quanto àqueles que foram trabalhar nas fazendas de

café, tinham como objetivo a propriedade da terra. Não por acaso tratou-se, em grande medida, de uma imigração de núcleos familiares, fato que favoreceu a concentração dos alemães em comunidades "fechadas" e a manutenção dos laços familiares e natais²⁸.

Os pioneiros dessa imigração se fixaram principalmente nas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em colônias agrícolas cuja finalidade era produzir gêneros alimentícios para sua subsistência e garantir a manutenção das fronteiras estrangeiras. Pequenos lotes foram cedidos pelo governo imperial com a finalidade de desenvolver a agricultura e a cultura de suínos. Os alemães, além de serem os responsáveis pela introdução da cultura da maçã no Brasil, dedicaram-se à criação de porcos, vacas leiteiras e à plantação de batatas e verduras. Eles foram o primeiro grupo a imigrar em massa para o Brasil, apesar de representarem apenas 9% de um total de emigrados.²⁹

Entre 1850 e 1879, o número de imigrantes alemães elevou-se de 6.983 para 46.956, em razão dos acontecimentos políticos e econômicos que alteraram o cotidiano da Alemanha. Durante esses anos, este país vivenciou a unificação política de seu território, a qual culminou, em 1871, com o estabelecimento do

²⁸ A Liga Pangermânica, criada a partir da unificação alemã, foi responsável pela propaganda sobre a superioridade cultural, racial e econômica do povo alemão por meio de impressos veiculados entre os imigrantes e seus descendentes com o objetivo de criar nas regiões de colonização alemã do cone sul, uma República teuta, separada institucionalmente ou culturalmente dos países em que tais comunidades se situavam. Anos mais tarde esse sentimento nacionalista ganhou novos atributos, com a entrada do nacional-socialismo no governo alemão, principalmente por meio da atuação da Organização para o Exterior do NSDAP. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. "Racismo *no Sul do Brasil: heranças de um mito*". Revista de História, São Paulo, n. 129-131, pp. 165-78, ago-dez. 1993 a ago-dez. 1994.

²⁹ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo*: op. cit., p. 14.

Segundo Império Alemão, tendo o rei da Prússia, Guilherme I, como imperador e Otto von Bismarck como chanceler³⁰.

O governo brasileiro precisava colonizar o Sul, ameaçado pelas pretensões expansionista de Solano Lopes, ditador paraguaio, que provocou a histórica Guerra do Paraguai (1864-1870). Daí a necessidade premente, por parte do Brasil, de garantir o controle de suas fronteiras com a instalação de colônias agrícolas.

O grande desafio da monarquia brasileira era assegurar os limites da invasão estrangeira. A solução apresentada foi incentivar a vinda de imigrantes para colonizar as regiões inóspitas. O governo imperial estimulou a imigração teuta e italiana, principalmente aquela dirigida ao Sul, onde a ameaça espanhola era mais direta. Uma parte dos imigrantes desembarcava no Rio de Janeiro e

³⁰ Desde a Guerra dos Trinta Anos, a Alemanha encontrava-se dividida em Estados independentes, situação que se alterou com o processo de unificação, em 1815. Durante o Congresso de Viena, 39 Estados uniram-se para formar a Confederação Germânica, regulamentada por uma assembléia composta por seus respectivos representantes. Dentre esses, a Áustria católica e a Prússia com maioria protestante, polarizavam sobre a questão da unificação dos Estados. Enquanto a Áustria se opunha à unificação, a Prússia a defendia com vistas a exercer melhor a sua influência. Tal polêmica repercutia, certamente, na política interna desses países, dificultando o desenvolvimento econômico, assim como as relações internacionais. Em 1830, a Prússia propôs a união aduaneira dos Estados alemães: *Zollverrei*. Somente a Áustria negou-se a aderir, postura que provocou a queda do seu prestígio entre os demais Estados. Essa situação não impediu a unificação política dos Estados, que embora processada lentamente, fora conquistada em campos de batalha. Em 1848, como resultado de uma revolta liberal, foi eleita uma Assembléia Nacional com a finalidade de elaborar uma Constituição única para a Alemanha, proposta que encontrou a oposição dos conservadores. A historiografia oficial atribui a Otto von Bismarck as conquistas militares que acarretaram a unidade alemã. Nomeado para o cargo de primeiro-ministro da Prússia, Otto von Bismarck reorganizou o Exército, dobrando seu efetivo e reequipando-o com os armamentos mais aperfeiçoados da época. A primeira investida militar ocorreu em 1864 e anexou os ducados de Schleswig e Holstein, que estavam sob poder da Dinamarca e eram habitados quase que exclusivamente por alemães. Dois anos depois, a Prússia conquistou Holstein e declarou guerra a Áustria. Em 1867, a Prússia formou, sob a liderança de seu imperador, Guilherme I, a Confederação Germânica do Norte. Faltava apenas anexar os Estados do Sul, tomados pelos exércitos de Napoleão III, imperador da França. Em menos de um ano, o exército francês foi derrotado. Em 1871, o rei da Prússia foi coroado imperador da Alemanha no Palácio de Versalhes. A França foi obrigada a assinar o Tratado de Frankfurt, pelo qual cedia à Alemanha as províncias da Alsácia-Lorena. A guerra contra França constituiu um último fator de união: estabeleceu-se o Segundo Império Alemão, com o rei da Prússia como imperador e Bismarck como chanceler.

outra, prosseguia até o porto de Santos. Muitos destes eram transportados, sempre à custa do Estado, até Curitiba, Florianópolis ou Porto Alegre. Dali, por meio de navegação fluvial, a pé ou em carroças, alcançavam os núcleos coloniais, onde recebiam do governo brasileiro e posteriormente de empresas privadas um lote de aproximadamente 25 hectares, a ser adquirido por meio do pagamento de prestações.

O Sul parecia apresentar as melhores condições no Brasil para o trabalho imigrante em pequenas propriedades, tanto pela predominância do incentivo público, que oferecia maiores garantias, como pela presença de condições climáticas e práticas de cultivo semelhantes às alemãs. Esta realidade permitia ao imigrante a utilização de conhecimentos e experiências próprios de sua cultura, fato que contribuía para a preservação de sua identidade étnica.

A colonização agrícola do Sul teve como protagonistas os alemães, depois os italianos e, por fim, os poloneses. Os imigrantes alemães vieram de vários Estados que formavam a Confederação Alemã: Prússia, Áustria, Hamburgo, Württemberg, Renânia, Pomerânia, Oldenburg, Baden, Hanover, Schleswig, Holstein, da região do Volga na Rússia, da Suíça e de colônias africanas, transferidas para o domínio aliado após a Primeira Guerra Mundial. O governo prussiano interessava-se somente pelo comércio de matérias-primas com o Brasil, uma vez que a manutenção do regime escravista e o tratamento dado aos trabalhadores livres eram razões suficientes para desestimular a emigração para o Brasil.

Apesar das restrições oficiais por parte dos Estados alemães, ao longo do século XIX, surgiram no Sul vários núcleos coloniais de origem teutônica. Em busca de melhores condições de vida e fugindo da proletarização provocada pelo

advento da industrialização alemã, as oportunidades oferecidas pelo empreendimento envolvendo o governo brasileiro e a iniciativa privada alemã, reunida em sociedades colonizadoras, provocou o deslocamento de milhares de alemães para a América do Sul. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo juntamente com as companhias de navegação transatlânticas Hamburg Südamerikanischen Dampfschiffahts Gesellschaft (1872), Norddeutsche Loyd (1876) de Bremen, e a Hamburg-amerikanische Packetfahrt Aktien Gesellschaft (1900) encaminharam milhares de alemães para o Sul³¹.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul foi o maior incentivador da imigração teuta graças ao sucesso da Colônia de São Leopoldo, fundada em 25 de julho de 1824, data que marca a comemoração do início da imigração alemã em massa para o Brasil. Entre os anos de 1848 e 1918, 23 colônias alemãs foram fundadas nesse Estado.³² Dentre elas podemos citar São Sebastião do Caí (1848), Santa Cruz do Sul (1849), Estrela (1853). Em Santa Catarina, segundo Estado a receber o maior número de imigrantes de origem teuta, foram fundadas as cidades de São Pedro de Alcântara (1829) e as conhecidas Blumenau (1850), Joinville, originalmente Dona Francisca (1851) e Brusque (1861). No Paraná, até 1953 foram fundadas treze colônias agrícolas distribuídas em várias regiões do Estado, como Ponta Grossa, Entre Rios, Cascavel e Rolândia.³³

O governo brasileiro ou as empresas de colonização efetuavam, antes de tudo, a distribuição dos lotes que estavam próximos das picadas, ou seja, das passagens que atravessavam os núcleos. Forneciam, posteriormente, alimentos,

³¹ *Imigração Alemã no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2000, p. 9.

³² MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*, op. cit. p. 15.

³³ Idem, pp. 35 e 36.

instrumentos agrícolas e sementes que deveriam ser pagos após a primeira colheita. No caso do governo das províncias do Sul, os imigrantes eram empregados como assalariados em trabalhos públicos por seis meses. As autoridades locais demonstraram certa generosidade na utilização dessa mão-de-obra estrangeira, atitude que assumiu, muitas vezes, conotações de assistencialismo camuflado. Os colonos, por sua vez, deviam desmatar gradativamente seu lote, semear, cultivar, construir uma casa e abrir caminhos. Não se pode negar que, durante a primeira fase, prevaleceu um espírito pioneiro, nem sempre em condições de superar as dificuldades encontradas, sobretudo na área da saúde, devido à ausência de médicos e ao total isolamento das colônias. A distância da costa e dos poucos centros urbanos existentes na região obrigava os imigrantes a grandes deslocamentos, que eram muito fatigantes ou até mesmo impossíveis durante a estação de chuvas. A deficiência absoluta de vias de comunicação impediu, por muito tempo, a comercialização normal dos produtos, tendo sido praticada, por décadas, uma agricultura quase que tão somente de subsistência, mas de amplo espectro, o que permitiu a auto-suficiência dos núcleos. Apesar das dificuldades descritas, essa situação foi vivenciada pelos imigrantes como uma melhoria em relação às condições que haviam deixado na Alemanha, tanto pelas dimensões da propriedade, quanto pela dieta alimentar mais variada.

O deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, em decorrência da expansão da cultura cafeeira, acelerou, sobretudo nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a introdução de mão-de-obra estrangeira, uma vez que as leis de Proibição do Tráfico Negreiro (1850) e Ventre Livre (1871), criaram sérias dificuldades para a entrada de negros africanos no

país. A solução encontrada foi o comércio interprovincial de escravos e a contratação de mão-de-obra européia, pelo sistema de parceria. Em 1847, Nicolau de Campos Vergueiro já havia implantado tal sistema em sua fazenda Ibicaba, localizada em Limeira, na província de São Paulo. Ali se instalaram famílias alemãs, portuguesas, suíças e belgas contratadas para trabalhar na lavoura de café.³⁴

Entre 1880 e 1909, tanto o Brasil como a Alemanha vivenciam um período de readaptação política e econômica. Entraram nesse período 50.038 imigrantes alemães no país. O fluxo imigratório de alemães para o Brasil continuou a crescer alimentado pelo incentivo oferecido pelo governo brasileiro interessado cada vez mais na mão-de-obra européia, tendo em vista a substituição da força de trabalho do negro, avaliada como símbolo do ócio e do atraso. No entanto, durante o período que antecedeu a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), o fluxo de imigrantes alemães começou a declinar devido às notícias que chegavam à Alemanha sobre o mau trato recebido pelos colonos nas fazendas cafeeiras. Em vista desse fato, o governo prussiano tomou medidas para restringir a imigração para o Brasil.

Ao final do século XIX a Alemanha havia ultrapassado economicamente a França e a Inglaterra com o florescimento de sua indústria, sendo apenas superada pelos Estados Unidos. A rápida industrialização da Alemanha teve importantes repercussões para o país. A sua população aumentou vertiginosamente, passando de 41 milhões em 1871 a 49 milhões em 1890 e a 67 milhões em 1914. O crescimento da população e o aumento do peso da indústria acarretaram a formação de uma classe operária numericamente compacta e

³⁴ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba*, op. cit.

concentrada em indústrias então modernas, nos ramos da siderurgia, química e eletrônica. Paralelamente, deu-se um processo de urbanização de grande envergadura: enquanto em 1841 apenas 1/3 dos alemães vivia nas cidades, em 1910 eram já 2/3 os que nelas habitavam³⁵.

Em 1875, foi fundado o Partido Social-Democrata, praticamente único, devido às leis contra os partidos operários. Valendo-se do crescimento econômico que beneficiou a classe operária, além de garantir décadas de estabilidade que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Os social-democratas souberam extrair reais conquistas da burguesia. Em contrapartida, reconhecendo explicitamente o papel de protagonista social exercido pela classe operária, as classes dominantes tentaram, desde cedo, imbuí-la de sentimentos nacionalistas, persuadi-la de que ela era, antes de tudo, parte integrante do Reich. Essa operação ideológica, comum nesse período a outros países europeus, fincou profundas raízes na massa e conquistou o coração da liderança social-democrata, como ficaria claro a partir de 1914. Todos esses fatores contribuíram para a imigração dos pequenos trabalhadores do campo e artesãos que não se encaixavam no modo de vida capitalista florescente na Alemanha e que viam no Brasil a possibilidade de continuar exercendo as mesmas atividades, apesar da industrialização ser ainda precária no país.

O período entre 1910 e 1933 sugere uma gama maior de reflexões, pois nos revela uma série de aspectos que merecem ser reavaliados, sob o ponto de vista da história das idéias políticas e da história da repressão no Brasil e na Alemanha. As variações do fluxo imigratório estavam, em grande parte, atreladas a certos fatos históricos que funcionaram como elementos de pressão,

³⁵ ALMEIDA, Angela Mendes. *A República de Weimar*. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 9.

incentivando os alemães a deixarem seu país de origem. Milhares deles optaram por viver na América, e especialmente no Brasil, por divergências políticas ou razões econômicas. O embate contra a Inglaterra e a França durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) motivou a queda do Império alemão e o estabelecimento da República de Weimar (1919-1933), que enfrentou uma inflação vertiginosa em seus primeiros anos, além de sérias dificuldades sociais. Esses fatores de descontentamento, habilmente manipulados pela propaganda nacional-socialista, facilitaram a ascensão do Partido Nazista. Criado em 24 de fevereiro de 1920 com o nome de Partido dos Trabalhadores Alemães (*Deutsche Arbeiterpartei*). Quase um mês depois, o partido recebeu o nome pelo qual ficou popularmente conhecido: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que daria origem ao termo *nazista*. Em 1921, Hitler assumiu a função de dirigente máximo desse partido.

Em novembro de 1923, houve uma tentativa de golpe por parte dos membros do Partido Nazista, para derrubar o governo social-democrata recém-implantado. Os nazistas ocuparam prédios públicos e instalações do governo nas capitais da Baviera, pretendendo assumir o poder primeiro nessa região e depois em toda a Alemanha. O Golpe de Munique (1923) terminou com a entrada na ilegalidade do NSDAP e a prisão de Adolf Hitler. Durante os oito meses de reclusão, Hitler escreveu *Mein Kampf*. Somente dois anos mais tarde, em 1925, o NSDAP voltou a legalidade, contando com 20 mil membros.

Durante a República de Weimar (1919-1933) verificou-se o aumento do número de emigrantes alemães no Brasil, chegando a 75.839 pessoas, entre os anos de 1920 e 1929. Esses cidadãos vinham de uma Alemanha destruída e humilhada pela perda de território. A sociedade ocidental vivia a crise do

capitalismo. Tanto à esquerda como à direita organizaram propostas na tentativa de encontrar soluções para a crise. Na Alemanha ocorreu a fundação dos partidos Comunista (1919) e Nazista (1920).

A crise da economia mundial provocada pela queda da Bolsa de Nova York, em 1929, arrastou quase todos os países à depressão, gerando grande desemprego, acelerando a miséria e incentivando a emigração. Segundo Hannah Arendt, essa situação favoreceu a proliferação do anti-semitismo na Alemanha e garantiu o poder ao Partido Nacional-Socialista³⁶. A República de Weimar tinha os seus dias contados, assim como os alemães identificados com as idéias socialistas. Com a nomeação de Hitler, líder do NSDAP, a chanceler do Reich em 1933, pelo presidente Hindenburg, os grupos dissidentes politicamente e indesejáveis racialmente transformaram-se em inimigos do regime. Dentre estes, estavam os comunistas, os ciganos, os judeus, os homossexuais e as testemunhas de Jeová.

Nessa mesma época, ocorria no Brasil um crescente processo de urbanização e industrialização. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, inaugurando um período de profundas mudanças políticas no país. São Paulo tornou-se um centro aglutinador da imigração européia, atraída pela crescente criação de indústrias e a formação da classe operária urbana. Em 1920, a capital paulista contava com 205.245 imigrantes, entre os quais 4.555 eram alemães³⁷.

³⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁷ *Imigração Alemã no Brasil*, op.cit. p. 19.

Entre 1933 -1945. a política racial adotada pelo Terceiro Reich gerou uma grande imigração alemã para a América, particularmente para o Brasil. Com a morte de Hindenburg em 1934, Hitler assumiu os poderes com o título de Führer. Aliado ao grande capitalismo, iniciou uma corrida armamentista, conseguindo absorver grande parte da mão-de-obra desempregada; eliminou, pela força, todo tipo de oposição interna e, com base em um programa racista, empreendeu a perseguição às minorias, sobretudo aos judeus.

A partir de 1933, os judeus alemães foram banidos da vida econômica, social e política por intermédio do aparato legal, cuja máxima expressão foram as Leis de Nuremberg (1935), que estabeleceram os critérios de ascendência racial do indivíduo por meio da pureza de sangue. Hitler pretendia a retirada dos direitos de cidadão e a expulsão dos judeus do território alemão na condição de apátridas. Esta prática coincide com o recrudescimento do anti-semitismo nos territórios ocupados pela Alemanha. Uma segunda fase teve início, em 1938, com a Noite dos Cristais³⁸ e se estendeu ao ano de 1941. Esta fase foi marcada pelo trabalho forçado e pela aplicação do programa de eutanásia, massacres, proliferação de guetos e de campos de concentração. A partir de 1942, o governo nazista colocou em prática a "Solução Final", que pretendia a concentração de judeus espalhados pela Europa e, em seguida, sua eliminação em campos de extermínio.

Na política externa, realizou uma série de anexações territoriais: Sarre, em 1935; Áustria, em março de 1938, Sudetos, em setembro de 1938. Aliou-se à Itália fascista (Eixo Berlim-Roma, 1936) e firmou um pacto de não-agressão com a U.R.S.S (Pacto Ribbentrop-Molotov, 1939). Essa política expansionista

³⁸ Na Noite dos Cristais cerca de 7500 lojas de judeus alemães foram pilhadas e 191 sinagogas foram incendiadas, deixando um saldo de centenas de mortos. CARNEIRO, M.L.T. *Holocausto: crime contra a humanidade*. São Paulo: Editora Ática, 2000, p.37.

culminou com a invasão da Polônia em 1º de setembro de 1939, o que deu início a Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, as tropas alemãs invadiram a Bélgica e a França e, em 1941, atacaram a U.R.S.S. Em 1941, a Alemanha declara guerra aos Estados Unidos. Essa guerra termina em 1945, com a rendição total frente às potências aliadas e, em consequência, a Alemanha tem de ceder parte de seu território à Polônia e à U.R.S.S.

A ascensão de Hitler ao poder em 1933 e a adoção uma política anti-semita radical por parte do Estado mudaram o perfil do emigrante alemão interessado em radicar-se no Brasil. A imigração assumiu características políticas e, no caso dos judeus, alcançou dimensão nacional. À medida que o exército alemão avançava por outros territórios, com o objetivo de aumentar o espaço vital do Terceiro Reich, o fluxo imigratório em direção à América tornava-se múltiplo, distinto por sua composição: alemães, poloneses, austríacos, tchecos, romenos, holandeses, franceses etc.³⁹ A maioria era judeus apátridas em busca de refúgio.

O governo Vargas reagiu de imediato acionando, assim como vários países fascistas europeus, seu aparato repressivos contra judeus e comunistas. Podemos considerar que a Alemanha nazista e o Brasil de Getúlio Vargas tinham em comum o anticomunismo e o anti-semitismo, guardadas as devidas proporções.⁴⁰ No caso do Brasil, o anticomunismo manifestou-se de forma radical, alcançando todos os níveis do Estado nacional; enquanto o anti-semitismo, em decorrência da equidistância pragmática sustentada por Vargas com relação aos Estados Unidos e a Alemanha, se fez velado. Essa realidade teve consequências

³⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*: op.cit.

⁴⁰ Idem, *ibid.*

diretas na comunidade alemã do Estado de São Paulo, principalmente na capital (Doc. 1).

Os alemães judeus e comunistas tornaram-se os principais alvos do aparato repressivo que, seguindo a lógica do regime, raramente se voltou contra os alemães identificados com o ideário nazista. Essa situação somente se alterou com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em 1942.

Jão Paulo, 3. de Outubro de 1942
rua Cacondé, 180.

Senhor. Directoria
do Club Esportivo
Nesta.

Muito prezados Senhores,

Tendo lido a determinação do Conselho Regional de Esportes que os suditas do sexo não poderão continuar socios dos clubes esportivos, permitto-me como socio effectivo desse clube (numero da matricula 11584) communicar aos Senhores o seguinte:

Perdi a minha antiga nacionalidade alemã em consequencia de um decreto do governo alemão de Novembro de 1941, privando todos os refugiados israelitas de referida nacionalidade. Passuo tambem uma caderneta da Congregação Israelita Paulista (numero da matricula 1485) reconhecendo a minha sociedade nessa congregação.

Emigrei da Alemanha para o Brasil em 1939 depois de perder a grande maioria dos meus bens e a minha profissão de advogado, na minha

qualidade de israelita. Aliás, certamente é do conhecimento dos Senhores a terrível sorte reservada aos meus correligionários na Europa, pelo regime Hitlerista. É, pois, mais natural, que nós, os refugiados israelitas, seamos os mais declarados inimigos do Nazismo e da Alemanha.

Sem dúvida, a determinação do Conselho de Esportes quis também excluir os inimigos reais do Brasil. Como eu claramente não pertencço a estes, seria muito obrigado aos prezados Senhores se decidissem, se também eu devo ser excluído do clube (o que muito sentiria).

Sem outro motivo assino-me com toda a estima e consideração

de V. Sas.

mtos. atts. dds.

Dr. Ernst Kaufmann.

1.2 - O perfil da comunidade alemã no Estado de São Paulo

1.2.1 - De colono ao profissional urbano

Os alemães instalaram-se, desde as primeiras décadas do século XIX, em vários Estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro⁴¹, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia e, em particular em São Paulo, cuja comunidade é o objetivo de nosso estudo. As primeiras tentativas empregadas pelo poder público de encaminhar a imigração para o Estado de São Paulo datam de 1827. Contudo, é a partir de 1870, que a imigração européia em larga escala teve impulso nesse Estado.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira no Oeste Paulista e a abolição da escravatura pela Lei Áurea, em 1888, provocaram a substituição da mão-de-obra escrava pela livre e assalariada. Dessa maneira, a solução encontrada pela oligarquia cafeeira foi à vinda de mão-de-obra européia para trabalhar nas fazendas. Setenta por cento do contingente estrangeiro que imigrou para o Estado de São Paulo era formado por italianos. Esses imigrantes chegaram a representar aproximadamente um quarto da população paulista entre o último quartel do século XIX e o começo do XX.

Os imigrantes europeus que chegavam a São Paulo pelo porto de Santos subiam a Serra do Mar até a capital nos trens da São Paulo Railway e desembarcavam na estação ferroviária da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás. Entre 1908 e 1936, foi registrada, nos livros da Hospedaria, a entrada de 43.989 alemães no país, pelo porto de Santos ⁴².

⁴¹ A fazenda Córrego Seco, localizada no Rio de Janeiro e comprada por D. Pedro I em 1830, foi alguns anos mais tarde o local escolhido para a construção da residência de verão de seu filho, D. Pedro II. Por sugestão do mordomo Paulo Barbosa, o local recebeu o nome de Petrópolis, que significa "cidade de Pedro". A região, ainda deserta, precisava ser povoada. Foi nomeado então o major-engenheiro Koeler como responsável pela administração de uma colônia agrícola e pela construção da estrada de ferro que ligaria o paço à residência de verão. O governo incentivou a vinda de alemães, inclusive adiantando as despesas da viagem, para trabalhar na construção dessa estrada. Os imigrantes alemães construíram suas casas na condição de foreiros: detinham a posse da terra, mas a propriedade pertencia ao Estado. Em 1859, a população alemã em Petrópolis compunha-se de 3.300 pessoas. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 231-234.

⁴² Dados disponíveis no site memorialdoimigrante.sp.gov.br.

O senador Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba, em Limeira, a partir de 1828 começou a substituir gradativamente o plantio de algodão pelo de pés de café. Foi também responsável pela introdução de famílias alemãs, portuguesas, suíças e belgas contratadas pelo sistema de parceria. Tal sistema vinculava o imigrante, como trabalhador rural, ao fazendeiro, durante o prazo que durasse o pagamento das dívidas recorrentes do adiantamento das despesas da viagem ou de outras antecipações, como compras na mercearia e farmácia do fazendeiro, tratamentos médicos etc ...

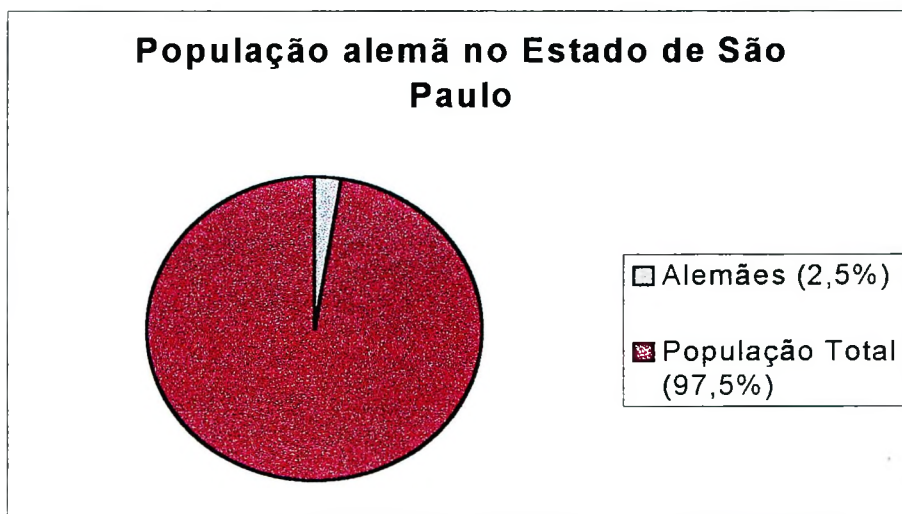
Os alemães também foram empregados em outros locais além das lavouras cafeeiras. O major João Bloem, por exemplo, trouxe 227 imigrantes alemães, principalmente da Prússia em 1837, para trabalhar na siderúrgica Ipanema, na qual era diretor, e na construção da estrada que ligaria Cubatão a São Paulo. Alguns alemães conseguiram adquirir suas terras ou então se transferiram para meios urbanos, como Campinas. Com seus descendentes, fundaram várias associações de caráter étnico, como a Escola Alemã, que passou a funcionar em 1863, nessa cidade.

Sob o regime de colonato foram contratadas famílias inteiras de imigrantes, com a possibilidade de ganhos e de poupança proporcionais à dimensão do núcleo familiar. O pagamento era feito parcialmente em dinheiro e parcialmente em mercadorias e era proporcional ao número de plantas de que se tomava conta e ao café recolhido. Esse imigrante, de acordo com o contrato assinado com o proprietário da terra, vinha ou não com a permissão de cultivar gêneros alimentícios e de possuir animais de criação para a subsistência e comercialização. Esta segunda possibilidade tornou-se a mais interessante para o colono, fazendo com que ele preferisse as fazendas que ofereciam espaços maiores para tal atividade, porque os salários dos setores agrícolas, nem sempre fáceis de receber, permaneceram estáveis ou até diminuíram, entre 1884 e 1920, em parte por causa do fluxo contínuo de imigrantes provenientes da Europa, em especial da Itália.

Posteriormente, os imigrantes deixaram o campo e dirigiam-se para as cidades, principalmente para a capital, onde se dedicaram às atividades profissionais urbanas impulsionando a industrialização paulista. A comunidade

alemã estabelecida no Estado de São Paulo, em 1940, atingiu o total de 33.397 alemães, sendo 17.184 homens e 16.181 mulheres.⁴³

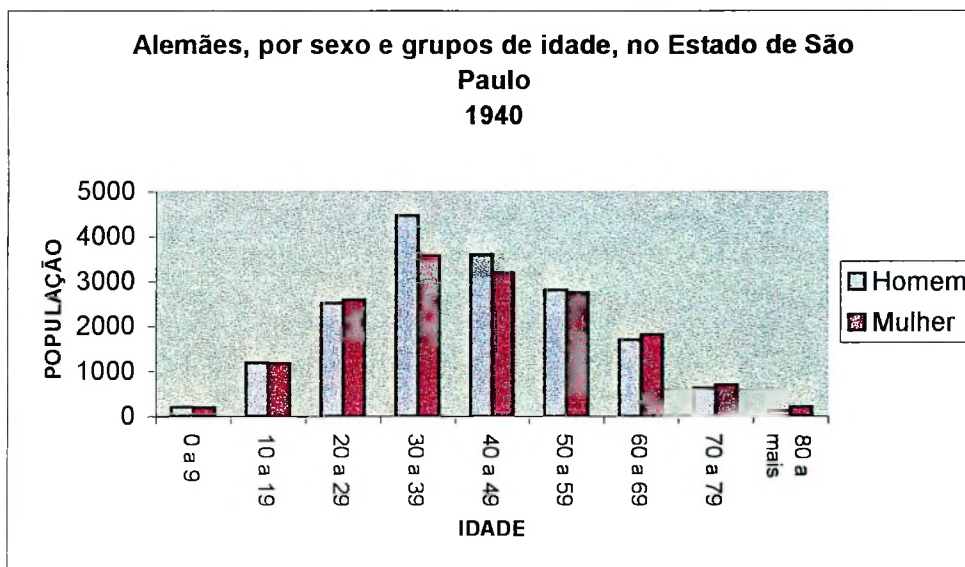
Embora a colonização germânica no Estado de São Paulo tenha sido iniciada antes da Primeira Guerra Mundial, foi após o término desta que a maioria dos imigrantes alemães se dirigiu para este Estado, fugindo da miséria que assolava a Europa. Vinham então trabalhar nas fazendas cafeeiras alemães do Reich, austríacos e pessoas de língua alemã oriundas da Hungria, Iugoslávia, Romênia, Polônia, Lituânia e de outros países. Logo que terminavam os contratos, os imigrantes teutos deixavam o campo e rumavam para as cidades, especialmente para a capital, onde retomavam as atividades profissionais urbanas que a maioria realizava na Alemanha antes de imigrarem para o Brasil.



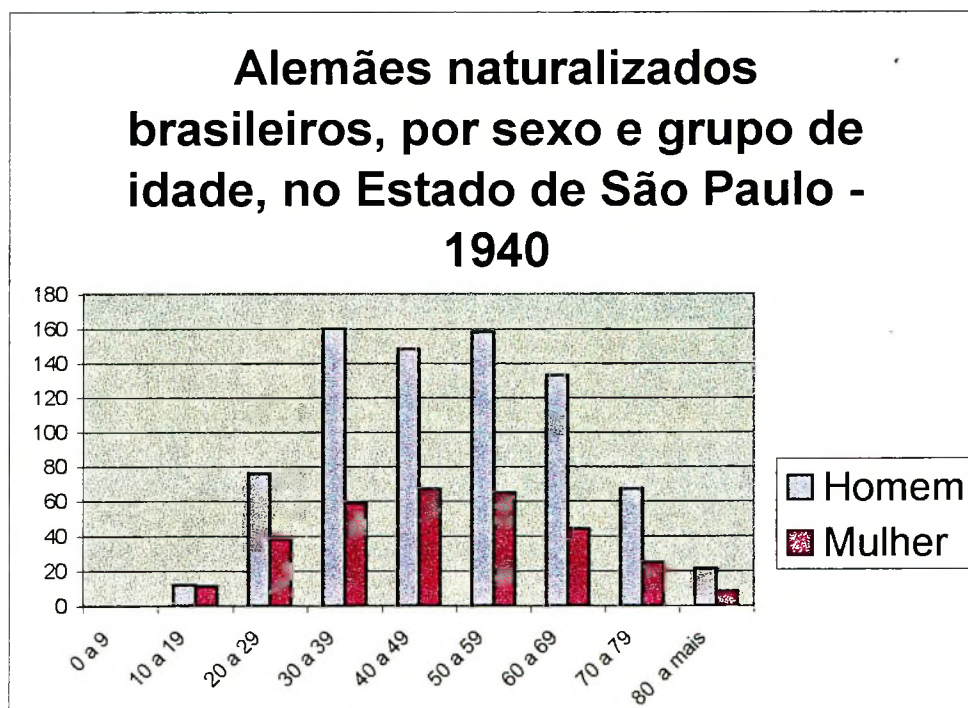
Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I.* IBGE, Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

⁴³ *Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I.* IBGE, Rio de Janeiro, IBGE: 1940.

A comunidade alemã estabelecida no Estado de São Paulo, em 1940, era formada por 33.397 alemães, sendo 17.184 homens e 16.181 mulheres.

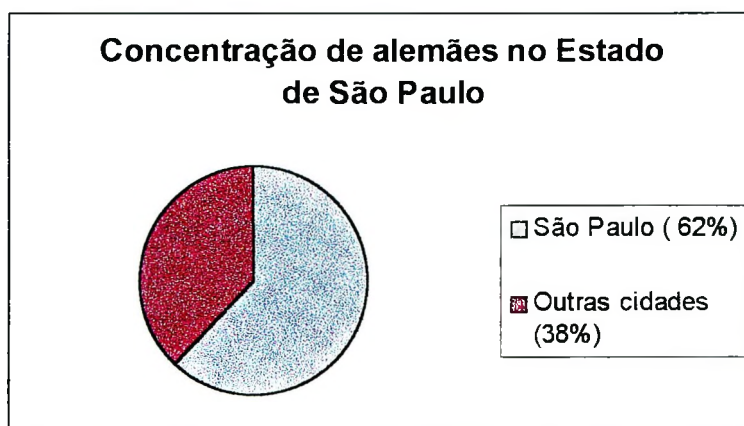


Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.*



Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.*

Os alemães representavam 2,5% da população total residente no Estado de São Paulo. Até a década de 1940 havia apenas 1093 alemães que se naturalizaram brasileiros. Tal concentração era bem inferior à apresentada no Sul. No Rio Grande do Sul os teutos representam 19,3% da população, 22,34% em Santa Catarina e 6,9% no Paraná⁴⁴. O censo de 1940 revela que os alemães não naturalizados estavam espalhados por 270 municípios do Estado. Na cidade de São Paulo moravam 20.702 alemães, o que correspondia a 62% do total da população.



Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I. Rio de Janeiro, IBGE, 1940.*

Em seguida, encontramos Santo André com 1282 (4%), Presidente Venceslau com 408 (1,2%), Campinas com 378 (1,1%), Maracá com 324 (1%), Guarulhos com 269 (0,8%), Ribeirão Preto com 259 (0,78%) e Rio Claro com 212 (0,63%) alemães cadastrados pelo IBGE. Outros municípios apresentavam um número abaixo de duzentos alemães⁴⁵.

Enfocando a cidade de São Paulo, a comunidade alemã representava 1,6% da população total e 7,3% dos estrangeiros. Aqui foram considerados os italianos, espanhóis, japoneses e portugueses.

⁴⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo*: op. cit., p. 32.

⁴⁵ Para mais informações ver tabela anexa: Alemães segundo os municípios.

1.2.2 - A comunidade alemã em São Paulo: identidade étnica e cultural

Os primeiros alemães chegaram à província de São Paulo no início do século XIX. Em 1829, dezessete famílias evangélicas instalaram-se em Santo Amaro, e doze famílias católicas, em Itapecerica da Serra, São Roque e Embu, regiões próximas à capital da província, onde construíram suas casas no estilo arquitetônico enxaimel, característico da Baviera.

Em 1844, a Alemanha nomeou como seu representante diplomático o vice-cônsul Theodor Wille que ficou erradicado em Santos. Os alemães que se estabeleceram nas áreas urbanas, principalmente nas grandes capitais como São Paulo, fundaram associações beneficentes, desportivas, recreativas, religiosas, culturais e educativas, favorecendo a identidade étnica e cultural. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo foi considerada "centro gravitacional da cultura brasileira alemã", com ênfase na vida social e intelectual.⁴⁶ A primeira referência que temos sobre os alemães radicados em São Paulo diz respeito a uma comunidade de idosos que fundou, em 1863, a *Sociedade Beneficente Alemã*⁴⁷ (*Deutscher Hilfsverein*). Esta tinha como finalidade amparar, assistir e orientar os necessitados e desprotegidos, sem distinção de raça, cor, sexo, credo, nacionalidade e condição social.⁴⁸

Segundo Henrique Nicolini⁴⁹, a colônia alemã foi responsável pela implantação das atividades esportivas na cidade de São Paulo, com destaque

⁴⁶ HUNSCHÉ, Carlos Henrique. *História da Imigração Alemã no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1978.

⁴⁷ *Prontuário 29.721 da Sociedade Beneficente Alemã*. DEOPS-SP, DAESP.

⁴⁸ *Guia dos Documentos Históricos na Cidade de São Paulo, 1554-1954*. Coord. Paula Porta S. Fernandes. São Paulo: NESP, 1998.

⁴⁹ NICOLINI, Henrique, *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo: Phorte Editora, 2001, p. 263.

para a prática do handebol⁵⁰. Antes de os ingleses e italianos fundarem suas sociedades recreativas, os imigrantes de origem teutônica já se reuniam para a prática de atividades esportivas. Em 1868, surgiu a primeira agremiação destinada a congregar a comunidade teutônica residente em São Paulo em torno de atividades sociais e esportivas. Em 1876, foi fundado o Clube Germânia, na rua Senador Queiroz. Esse clube nada tinha a ver com o Sport Club Germânia, que, posteriormente, passou a se chamar Esporte Clube Pinheiros, fundado 21 anos mais tarde.

Essa propensão à atividade desportiva frutificou e outras sociedades foram se formando, congregando novos membros da colônia alemã conforme aumentava o fluxo migratório. O local escolhido para a sede da maioria dos clubes germânicos foi às margens do rio Tietê: o Clube Estrela, o Canindé na sede do *Deutsch Sportiv* (mais tarde batizado de Associação Alemã de Esportes e hoje Associação Portuguesa de Desportos), o *Deutsch Turnerschaft* e, finalmente, o *Clube Danúbio (Donau)*.

O *Deutsch Turnerschaft* foi fundado em 1890 com o propósito de seguir os princípios preconizados por Friedrich Ludwig Jahn⁵¹, o pai da ginástica alemã, desde o início do século XIX na Alemanha. Quatro anos mais tarde, o clube contava com 102 sócios, possuía equipes infantis e femininas, organizava atividades ao ar livre e excursões ao redor da cidade, como subir a pé o Pico do Jaraguá. O culto ao nacionalismo germânico proposto no manifesto de fundação

⁵⁰ *Prontuário 29.721 da Sociedade Beneficente Alemã*. DEOPS-SP, DAESP.

⁵¹ Em 1811, foi criada na Alemanha, pelo mestre Jahn, a *Turngesellschaft* - Sociedade de Ginástica - uma organização pública cuja atividade principal era a ginástica. O sucesso foi tão grande que inspirou a formação de diversas sociedades, ligas e agremiações. MORAIS, Luís Edmundo de Souza. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.11.

tornava-se evidente em eventos como, por exemplo, a visita do embaixador imperial da Alemanha, dr. Kraul que, em seu pronunciamento, citou a bravura dos ginastas no "Levante da Alemanha em 1813" contra a dominação francesa. O acirramento das tensões decorrentes da conflagração da Primeira Guerra Mundial levou ao fechamento temporário do clube pelas autoridades brasileiras. Durante o ano de 1918 não foram realizadas atividades e muitos associados foram lutar na Europa ao lado da Alemanha. Terminado o conflito mundial, o clube retomou suas atividades esportivas, ampliadas com a natação, praticada às margens do Tietê, próximo à área adquirida onde atualmente se encontra o Clube Atlético Corinthians. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1938, o clube passou a chamar-se *Clube Ginástico Paulista*, acompanhando a onda de licenciamento e nacionalização que afetou várias instituições de caráter estrangeiro, imposta pelo governo Vargas através do decreto-lei 59, de 11 de dezembro de 1937⁵².

Havia também o *Deutscher Turnverein São Paulo*, fundado em 1888, e que inicialmente funcionou nas dependências do Hotel Tietzman, localizado na rua Bom Retiro, hoje rua General Couto de Magalhães. Com a ampliação do quadro de sócios, o clube fez um acordo com a Escola Alemã para utilizar o pátio destinado à prática esportiva de seus alunos. Durante a Primeira Guerra, o *Deutscher Turnverein* perdeu grande número de associados. Em 18 de abril de 1938, por força do decreto-lei 383⁵³, a associação mudou seu nome para *Associação de Cultura Física*.

⁵² *Decreto-lei 59 de 11/12/1937*. Dispõe sobre o registro das sociedades civis a que se refere o artigo 4 do decreto-lei 37, de 2 do corrente mês.

⁵³ *Decreto-lei 383 de 18/04/1938*. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

Pouco se conhece sobre os clubes *Estrela* e o *Donau*. O primeiro foi fundado em 1919, ao lado da Ponte Grande, atrás da chácara do General Couto de Magalhães, e contíguo à Associação Atlética São Paulo. Atribui-se a ele a introdução da natação feminina no país. O clube Donau, por sua vez, localizava-se na Vila Guilherme, destacando-se na prática do handebol.

Quanto ao *Esporte Clube Pinheiros*⁵⁴, hoje localizado na avenida Faria Lima, poucos sabem que ele foi criado às margens do rio Tietê, em 1899, como *Sport Club Germania*, e somente transferiu-se para o endereço atual, em 1916⁵⁵. Esse clube esteve sob intensa vigilância por parte da Polícia Política, que controlava os membros da diretoria e associados suspeitos de promoverem atividades em prol do nazismo.⁵⁶ Este clube teve seu nome alterado durante o ano de 1942, quando o governo brasileiro já havia definido sua posição frente à Segunda Guerra Mundial e por isso encontrava-se menos tolerante em relação aos estrangeiros e suas associações fixadas no Brasil (Doc. 2 e 3).

As escolas alemãs exerceram importante papel na reafirmação e preservação da identidade alemã no Brasil. Na década de 1930, chegaram a 1.260 unidades de ensino, contando com mais de 50 mil alunos espalhados por todo o Brasil⁵⁷. Na cidade de São Paulo, os filhos de alemães freqüentavam a Escola Alemã (*Deutsche Schule*), que, a partir de 1879, passou a funcionar na rua da Constituição, atualmente rua Florêncio de Abreu. Essa escola foi criada em 1878, a partir da doação de imigrantes alemães preocupados com o ensino do

⁵⁴ *Prontuário 1051 do Esporte Clube Pinheiros*. DEOPS-SP, DAESP.

⁵⁵ NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*, op.cit. p. 263.

⁵⁶ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999, p.84. Coleção de Teses e Monografias vol. 01.

⁵⁷ DIETRICH, Ana Maria. *A Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 2001, p. 186.

SPORT-CLUB GERMANIA
SÃO PAULO
Fundado em 7 de Set. de 1899



CAIXA POSTAL 2365
SÉDE SOCIAL:
RUA FLOR. DE ABREU, 251
TELEFONE 2-5424
PRAÇA DE ESPORTES:
RUA TUCUMÁN, PINHEIROS
TELEFONES 8-1106 e 8-1653

LISTA DOS FUNCIONARIOS E EMPREGADOS DO
SPORT CLUB GERMANIA QUE PRECISAM ENTRAR
NA PRAÇA DE ESPORTES DESSE CLUB PARA
DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:

- 1 - Pedro Araihe
- 2 - Catharina Aschenbrenner
- 3 - Alfredo Augusto
- 4 - Peter Bauer
- 5 - Jorge Pinto Correia
- 6 - Luiz Eck
- 7 - Armando da Silva Fernandes
- 8 - Herbert Fugmann
- 9 - Eduardo Gorysz
- 10 - Antonio Gorysz
- 11 - Max Glaeser
- 12 - Antonio Alberto Goncalves
- 13 - Simon Jung
- 14 - Otto Kellner
- 15 - Antonio José Lopes
- 16 - Mathias Langbein
- 17 - Erich Montag
- 18 - Francisco Miguel
- 19 - Antonio Miguel Sylvestre
- 20 - Ludwig Niewierowski
- 21 - Andreas Crozslan
- 22 - Sylvio Penetta
- 23 - Manoel do Patrocinio
- 24 - Armando Penetta
- 25 - José Paulino
- 26 - Johann Potye
- 27 - Margerida Schmaus

ESPORTE CLUBE PINHEIROS



Fundado em 7 de Set. de 1929

CAIXA POSTAL, 2365

SEDE SOCIAL:

RUA D. JOSÉ DE BARROS, 296

TELEF.: 4-9287

PRAÇA DE ESPORTES:

RUA TUCUMÁN, PINHEIROS

TELEFONES: 8-1106 e 8-1658

SÃO PAULO

DIRETORIA DO ESPORTE CLUBE PINHEIROS

Presidente: Dr. Henrique Villebois, brasileiro;

Rua S. Bento nº 470 - 1º andar

Vice-dito: Oscar Reynaldo Mueller-Caravellas, brasileiro; Rua Afonso de Freitas nº 523

1º secretário: Dr. Francisco de Andrade Souza Netto, brasileiro; Rua Consº Crispiniano nº 79, 5º andar.

2º secretário: cargo vago.

1º Tesoureiro; Francisco Eduardo Julio Huegel, brasileiro; Alameda Franca nº 767;

2º tesoureiro; Nicolau Cardillo Neto; brasileiro; Rua Curu Branco nº 54;

1º diretor esportivo; cargo vago.

2º diretor esportivo; cargo vago.

1º diretor social; cargo vago.

2º diretor social; cargo vago.

Diretores suplentes: Dr. Theodureto Faria Souto, brasileiro;

Praça Cel. Fernandes Frestes nº 74 (Escola Politécnica).

Existem três cargos vagos de diretores suplentes.

No dia 13 deste mês, será realizada uma reunião do Conselho Deliberativo deste Clube para preenchimento dos cargos vagos acima indicados.

S. Paulo, 10 de junho de 1943

Encarregado da Secretaria.

idioma materno às futuras gerações. Em 1913, a Escola Alemã transferiu-se para sede própria na rua Olinda, atual praça Roosevelt. Em 1942, passou a chamar-se Visconde de Porto Seguro⁵⁸ e, em 1943, adotou a atual denominação, Colégio Porto Seguro, localizado no bairro do Morumbi, a partir de 1974.

Desde o início do século XX, várias instituições e organizações comunitárias alemãs foram criadas na cidade de São Paulo, expressando o crescimento acelerado dessa imigração que, em 1920, atingiu um total de 4.555 imigrantes⁵⁹. Representativa dessa realidade é a fundação, em 1901, da *Escola de Vila Mariana*⁶⁰, hoje *Colégio Benjamim Constant*. Em 1916, foram fundadas a *Associação Alemã do Canto Masculino Lyra* e a *Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen Verein*⁶¹. Em 5 de setembro de 1921, foi fundada a *Deutsche Schule zu Santo Amaro*⁶², por Henrique Groma, de nacionalidade alemã, na Ladeira da Matriz, 204, em Santo Amaro. Em decorrência do rompimento do Brasil com as potências do Eixo, a escola passou a denominar-se Borba Gato e os funcionários alemães foram afastados de seu emprego. A escola passou a direção de uma brasileira, professora da escola desde 1933.

Em 1923, foi fundado o *Colégio Santana*, hoje *Colégio Imperatriz Leopoldina*, localizado no bairro de Santana, zona norte de São Paulo.

Desde o século XIX, já circulava em São Paulo o *Jornal Germânia*, fundado em 1878. Em 1923, foi incorporado pelo *Deutsche Zeitung (Jornal Alemão)*, em circulação a partir de 1897. O jornal *Deutscher Morgen (Aurora Alemã)*⁶³ de

⁵⁸ *Prontuário 23.219 do Colégio Visconde de Porto Seguro*. DEOPS-SP, DAESP.

⁵⁹ *Imigração Alemã no Brasil*, op. cit., p.19.

⁶⁰ *Prontuário 6.440 da Escola de Vila Mariana*. DEOPS-SP, DAESP.

⁶¹ Trinta e um membros desta sociedade tiveram prontuários abertos em seus nomes.

⁶² *Prontuário 94.674 da Escola de Santo Amaro*. DEOPS-SP, DAESP.

⁶³ *Prontuário 46.401 da Sociedade Alemã Deutscher Morgen ou Empresa Editora Aurora Alemã ou Deutscher Morgen*. DEOPS-SP. DAESP.

tiragem semanal e disponível ao público às quartas-feiras, desde 16 de março de 1932, tornou-se porta-voz das idéias nacional-socialistas incorporadas pelo redator do jornal Hans Henning von Cossel, que também ocupou o cargo de chefe nacional do Partido Nazista no Brasil. A publicação do periódico foi somente interrompida em 1941, quando as relações com a Alemanha se mostravam acirradas devido à tensão gerada pela Segunda Guerra Mundial⁶⁴.

A livre propagação dos grupos de direita identificados com o ideário do Segundo Reich, junto à comunidade alemã, pode ser avaliada pelo grau de radicalização dos órgãos de repressão, que oficialmente não se mostravam preocupados com a presença dos nazistas em território nacional. Mesmo porque muitas das autoridades do governo Vargas, como, por exemplo, Góis Monteiro, Filinto Müller, Francisco Campos, e o próprio presidente, viam na Alemanha um modelo ideal de Estado e de nação. Essa identificação com o regime nazi-fascista, por parte do governo Vargas, facilitou a criação do Partido Nazista no Brasil, que começou a funcionar formalmente a partir de setembro de 1931. A sede nacional dessa organização localizava-se no Rio de Janeiro, então capital federal do país. Somente em 1934 essa sede foi transferida para São Paulo, dada a importância econômica que adquiriu esta cidade, com o forte crescimento urbano e industrial⁶⁵. Tal partido funcionou abertamente até 1938, pouco depois dos decretos-lei 37 de 02 de dezembro de 1937, que dispunha sobre os partidos políticos e o 383 de 18 de abril de 1938, que vedava a estrangeiros a atividade

⁶⁴ DIETRICH, Ana Maria. *A Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*, op. cit., p. 186.

⁶⁵ MORAIS, Luís Edmundo de Souza. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*, op. cit.

política no Brasil⁶⁶. Segundo Marionilde Magalhães, a persistência do pangermanismo teria facilitado a identificação de muitos membros da comunidade alemã no Brasil com o ideário do nacional socialismo⁶⁷.

A comunidade alemã na cidade de São Paulo se fez presente no setor financeiro. Havia, ao longo do período estudado, o *Banco Germânico*⁶⁸ fundado, em 1901, com a denominação *Banco Brasileiro Alemão (BBA)*, e que foi, em 1931, incorporado pelo *Banco Alemão Transatlântico*⁶⁹, por sua vez fundado em 1910. Os bancos Germânico e Transatlântico foram investigados pela Polícia Política, que provou o envolvimento direto dessas instituições com o governo alemão do Terceiro Reich para fomentar as atividades do Partido Nazista e de espionagem no Brasil por meio de transações financeiras e de troca de informações, estando seus agentes legalmente protegidos como funcionários dessas entidades.

O fato de a comunidade alemã de São Paulo ser auto-suficiente - o que não deve ter sido diferente com relação às demais comunidades radicadas no sul do País - facilitou a "construção" da tese do enquistamento por parte das elites dominantes identificadas com o ideário nacionalista do governo fortalecido, após 1938. Dispondo de escolas, hospitais, igrejas e associações de lazer próprias, os alemães tornaram-se, durante o Estado Novo, um dos alvos do nacionalismo e do xenofobismo endossado pelas elites governantes. No entanto, se acompanharmos a trajetória das instituições alemãs criadas desde o final do século passado, constataremos que, até 1938, seus membros raramente foram

⁶⁶ DIETRICH, Ana Maria. *A Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*, op. cit., p. 186.

⁶⁷ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. "Racismo no Sul do Brasil: heranças de um mito". *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, pp. 165 -178, ago.-dez. 1993 a ago.-dez.1994.

⁶⁸ *Prontuário 25.414 do Banco Germânico*. DEOPS-SP. DAESP.

⁶⁹ *Prontuário 10.047 do Banco Alemão Transatlântico*. DEOPS-SP. DAESP.

importunados pelas autoridades oficiais. Com exceção, logicamente, daqueles que eram comunistas e que, como tais, estiveram sobre a vigilância do DEOPS. Assim, favorecidos pelo pensamento de que os representantes de uma raça branca, européia e pura eram desejáveis para compor a população brasileira, os alemães fortaleceram-se como comunidade étnica e política. Como exemplo dessa realidade temos a fundação, em 1897, do *Hospital Alemão*, atualmente *Hospital Oswaldo Cruz*, da Igreja Evangélica Alemã em 1891, e da *Câmara de Indústria e Comércio da Alemanha*⁷⁰, em 1916. Esta, no primeiro ano de funcionamento, teve suas atividades suspensas em consequência da participação do Brasil no Primeiro Conflito Mundial, em 1917. Em 1918, foram criados o *Centro Social Heydenreich* e a *Associação das Senhoras Evangélicas*.

Com o aumento da imigração judaica após 1933, a comunidade alemã radicada em São Paulo começou a ter o seu perfil alterado. Após essa data, o conceito de alemão judeu tornou-se cada vez mais depreciativo, em contraposição ao alemão ariano, antíteses adotadas pelos burocratas da imigração. A postura anti-semita sustentada pelo Estado varguista filtrou os imigrantes alemães, que passaram a ser selecionados segundo critérios étnicos e políticos. Apesar das restrições secretas impostas pelo governo Vargas, os alemães judeus conseguiam entrar no país na condição de turista ou então como católicos ou, ainda, com vistos diplomáticos. A chegada desses alemães na condição de refugiados políticos acelerou, segundo pesquisas recentes de Tucci Carneiro, a polarização da comunidade alemã radicada nos principais capitais das regiões Sul e Sudeste⁷¹. Parte dos alemães mantiveram-se identificados com a

⁷⁰ *Prontuário 47112 da Câmara de Comércio Teuto-brasileira*. DEOPS-SP. DAESP.

⁷¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*: op. cit.

política sustentada pelo nacional-socialismo na Alemanha, ou seja, com as idéias da extrema-direita, e outra parte, aderiu aos grupos de resistência que lutavam contra o autoritarismo varguista e contra o regime nazi-fascista. Dessa oposição surgiram várias organizações de cunho político que, por seu ideário anti-fascista, atuavam na clandestinidade. Daí a criação, em 12 de junho de 1943, da *Sociedade Movimento de Alemães Livres do Brasil*⁷², cujo propósito era de congregar estrangeiros contrários ao governo nacional-socialista implantado desde 1933, pelo governo de Hitler, na Alemanha (Doc. 4).

⁷² *Prontuário 49.636 de Karl Lustig Prean. DEOPS-SP. DAESP.*



**APELO DOS ALEMÃES LIVRES
DO BRASIL**

Se ajudarmos a reforçar a mobilização do Brasil, ajudaremos a apressar a vitória do Brasil e das Nações Unidas.

Diário de S. Paulo,
17-1-43

SÃO PAULO, 3 DE JUNHO DE 1943

Avenida São João, 108, 3.º andar, sala 45
Endereço Postal: Rua Aracajú, 253

Exmo. Sr. *aderente do Movimento*

Prezados amigos,

Cords. sauds.

Foi dirigida a seguinte carta ao

Exmo. Sr.

Major Hildeberto Vieira de Melo

D.D. Superintendente de Segurança Política e Social

NESTA

Respeitosas saudações.

A comissão executiva do Movimento dos Alemães livres do Brasil tomou conhecimento do despacho do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, publicado no dia 23 de Maio a. c. nos jornais paulistas, com o texto seguinte: — Ao requerimento de José Jany, queixando de que a Polícia desta capital não permite o funcionamento do "Movimento Austria Livre", foi dado o seguinte despacho: — "Arquive-se. O "Movimento", como associação de estrangeiros, não tem existencia legal e não pode funcionar nem no Distrito Federal nem em nenhuma outra parte do Brasil".

Informações das autoridades competentes do Distrito Federal e do Estado de S. Paulo mostraram claramente que a decisão do Exmo. Sr. Ministro da Justiça representa uma obrigação geral e fundamental. A com. exec. examinando a situação constatou que:

Quando o Movimento dos Alemães livres do Brasil no dia 12 de Maio de 1943 foi fundado tinha necessidade de:

Procurar e reunir os elementos anti-nazistas alemães, incondicionalmente leais ao Brasil;

Fazer ligações entre estes elementos dispersos;

Formar um bloco anti-nazista de inteira fidelidade ao Brasil;

Mostrar aos alemães do Brasil os caminhos para um auxílio eficaz às potências, que combatem contra Hitler;

Informar a colonia alemã em geral sobre o Hitlerismo bárbaro, ateu, anti-cultural, inimigo do povo brasileiro;

Juntar-se às forças anti-nazistas de todos os alemães livres do mundo;

Esclarecer incansavelmente o abismo insuperável que separa a Alemanha de Goethe e Beethoven da tribú selvagem dos Hitleristas.

Hoje podemos dizer que esta tarefa, limitada desde o começo, está cumprida.

Tem um nucleo forte e consciente de alemães livres,

contrapeso eficiente aos traidores nazistas,

1.2.3 - Nacionalismos e conflito

O período de maior tensão vivenciado pela coletividade alemã radicada no Brasil ocorreu entre as duas guerras mundiais. Mas foi durante o governo Vargas que as realizações de Hitler e a doutrina do nacional-socialismo se prestaram como paradigma de civilização, principalmente no combate ao comunismo e ao liberalismo.

Apesar dessa identificação com o ideário do Terceiro Reich, os alemães que viviam no Brasil não ficaram incólumes aos atos nacionalistas e xenófobos das autoridades brasileiras. O espírito de germanicidade não tinha condições de conviver ao lado da "brasilidade", visto que a proposta política e racial do Estado Novo era de manter a homogeneidade e combater as diferenças. Evidentemente o projeto de nação brasileira, defendido pelas autoridades oficiais e pela própria ação da Polícia Política, entrava em conflito com o projeto de nação da Alemanha interessada em ampliar o seu espaço vital. Vargas, tomando como parâmetro o perfil político de Hitler, defendia a manutenção de um Estado forte e centralizado, que instrumentalizasse o surgimento da "nação brasileira unificada e poderosa". Essa era a fórmula adotada tanto pelos regimes totalitários, caso da Alemanha, como autoritários, caso do Brasil. Interessava a ambos os ditadores, ainda que em graus diferenciados, legitimar o processo de dominação social⁷³.

O nacional-socialismo da Alemanha tentou dar um caráter mais fechado e, de certa forma, mais agressivo aos grupos de alemães espalhados pelo mundo. Essa postura manifestou-se também no plano do discurso quando, na década de

⁷³ Segundo Antônio Carlos A. Gil, este projeto de nação e etnicidade tem suas raízes no século XIX com a fundação do IHGB em 1938. Gil, A.C.A. "Nação e etnicidade na construção do Império", Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, n. 4, 1995, pp. 19-45.

1930, o termo “emigrado” foi substituído por “*alemão no exterior*”. O objetivo do Reich era destacar a idéia de que este devia se manter fortemente ligado à pátria e contribuir para sua expansão econômica e cultural. Houve, por parte das autoridades alemãs, uma exaltação do *Deutschum*, ou seja, da retórica nacionalista e do ritualismo patriótico. Atribuiu-se importância especial à defesa da língua e das tradições entre os descendentes com o intuito de desencorajar o processo de simbiose dos alemães com a sociedade local. Essa postura, no entanto, foi interpretada pelas autoridades brasileiras como forma de enquistamento, ou seja, de fortalecimento do "diferente" que, por tais razões, deveria ser combatido.

Para atingir seus objetivos, o governo brasileiro precisava controlar o mundo das associações, das escolas e da imprensa. Entretanto, embora as idéias nacional-socialistas tenham penetrado facilmente nesse universo, fica difícil avaliar o grau de participação das pessoas envolvidas. Além da adesão por parte da elite, não se pode dizer que a maioria dos alemães no Brasil tenha se identificado com o nazismo do ponto de vista ideológico. No entanto, fica evidente nos jornais da grande imprensa paulista e da comunidade alemã, e na correspondência particular confiscada pelo DEOPS, que existia forte simpatia por Hitler, pelo Terceiro Reich e, sobretudo, pela “nação” alemã, que passou a desfrutar de prestígio no plano internacional. A imagem da "nova Alemanha" despertava uma espécie de orgulho nacional entre os imigrantes alemães e seus descendentes, muito dos quais retornaram ao país de origem para lutar ao lado do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial⁷⁴.

⁷⁴ CARNEIRO, M.L.T., “*O caminho dos ratos*”. Comunicação apresentada junto ao Cedhal, FFLCH-USP, set. 2001.

Apesar disso, um núcleo antinazista atuou na comunidade alemã com o objetivo de reunir membros que obedecessem às leis brasileiras e que divulgassem à colônia alemã as barbaridades cometidas pelo governo de Hitler. Sua voz enfraqueceu-se até desaparecer em 1943, quando a Delegacia de Ordem Política e Social começou suas investigações e o fechamento da organização *Movimento de Alemães Livres* nesse mesmo ano. De qualquer forma, enquanto duraram os contrastes políticos no interior da comunidade alemã, a parte mais atenta da opinião pública local considerava que desse modo eram violadas as leis de hospitalidade. Em termos mais gerais, surgiu a convicção de que os centros nazistas/estrangeiros tendiam a impedir o abraqueiramento dos descendentes, e o próprio governo brasileiro acabou assumindo essa posição, a ponto de tomar medidas restritivas em relação às sociedades e escolas estrangeiras.

Com a deflagração do segundo conflito mundial, a comunidade alemã - assim como a italiana e a japonesa - começou a sofrer limitações. A declaração de guerra por parte do Brasil, em agosto de 1942, inaugurou o período mais difícil para os alemães. Essa situação repetiu-se em quase todos os países americanos e culminou com a capitulação do Eixo, em 1945. Uma das medidas mais prejudiciais adotada pelo governo brasileiro foi o bloqueio dos bens dos cidadãos alemães, com o objetivo de obter indenização prévia dos eventuais danos que o Brasil poderia sofrer no caso de uma agressão militar. De qualquer forma, já em outubro de 1942, o bloqueio foi retirado para as pessoas físicas com habitação fixa no Brasil. Entre as decisões que permaneceram em vigor até 1943, houve algumas particularmente penosas para os imigrantes, como as restrições impostas à liberdade de circulação no território brasileiro (Doc. 5) e, sobretudo, a

proibição de falar a própria língua em público (Doc. 6), questão que retomaremos no decorrer deste trabalho.

Superintendencia de Segurança Política e Social

N.

Anotação para o prontuário

O prêso Adolf Ammann
, foi nesta data recolhido
 á disposição da Delegacia de O.P.S.

Motivo da prisão procedente de
Santos

S. Paulo, 27 de Out. de 1942

[Assinatura]
 DELEGADO

NOTA — Um talão para cada prêso.

Superintendencia de Segurança Política e Social

N.º 4

Anotação para o prontuario

O preso Adam Uhrig
 _____, foi nesta data recolhido

á disposição da Delegacia de Ordem
Política

Motivo da prisão Faltar em (Liqua)
língua alemã

S. Paulo, 19 de Março de 1944

Justado de Dinamo

 DELEGADO de Plantão

Nota: Um talão para cada preso.

Mod. 68

2 – A COMUNIDADE ALEMÃ SOB SUSPEITA

2.1 – A Polícia Política e os estrangeiros indesejáveis

A prática repressiva dos aparelhos de Estado, sobretudo policial, teve início com a formação da república brasileira. Fases mais agudas caracterizaram a política adotada pelo Estado Novo (1937-1945) e pelo Regime Militar (1964-1985). A trajetória do DOPS enquanto órgão de repressão do Estado (1924-1983) sugere uma continuidade do pensamento autoritário, mesmo durante o período considerado de redemocratização, entre 1945-1964. Cabe ressaltar que o DOPS e suas extensões estaduais, as DEOPS, continuaram atuando expressivamente nesse interregno, com alto nível de ilegalidade.

Os anos de vigência institucional das DEOPS (1924-1983) não podem ser avaliados unicamente como marcos da ação repressiva e autoritária da polícia brasileira. Em primeiro lugar, porque o autoritarismo não se encontra representado em apenas uma instituição; em segundo lugar, porque há um processo contínuo que abrange desde a data de formação da polícia civil, que vai se estruturando até o momento de especialização em torno da ordem política e social. Neste momento houve a criação desse departamento dentro da própria polícia civil, que recebeu como legado, as práticas repressivas da República Velha, postura que persistiu até 1983. Isso sugere um padrão de dominação e poder que foram reforçados em alguns aspectos durante os governos autoritários de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar.

Lembramos que a polícia militar remonta aos tempos do Império, quando os regentes da Monarquia autorizaram as províncias a criar um corpo policial para

cuidar da ordem e segurança internas. Rafael Tobias de Aguiar, presidente de província de São Paulo, criou o Corpo Municipal Permanente, em 1831. Com a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, a milícia interveio no conflito social emergente entre os trabalhadores e os donos de fazendas. Com o objetivo de conter os protestos e as reivindicações sustentadas pelo movimento operário brasileiro, o governo do Brasil adotou medidas que garantissem a manutenção da ordem pública. Em 1906 veio uma comissão da França, comandada por Paul Balagny, com a tarefa de modernizar a polícia militar. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro:

"Especialmente após a missão francesa de 1906, a Força Pública paulista foi articulada com as forças armadas, como um exército contra rebeliões urbanas, com armamento pesado e soldados, à espreita de qualquer movimentação que pudesse ser classificada como subvertendo a ordem pública, com freqüência provocando nas ruas a violência que lhes competia eliminar".⁷⁵

A Força Pública estava subordinada formalmente aos interventores ou governadores dos estados brasileiros, respondendo aos anseios da elite local, que precisava, a todo custo, manter o *status quo*. Segundo Dallari, Armando de Salles Oliveira, assim que tomou posse do governo do estado de São Paulo, criou em 12 de abril de 1935 a Polícia Especial.

"Isso significava que a polícia política ficava a cargo da polícia civil, que desde então foi sendo cada vez mais aperfeiçoada para cumprir esta função. Em conseqüência foi reduzido o significado político da polícia militar, o que, aliás, coincidia com os desejos do governo federal".⁷⁶

Assim, para avaliarmos as diferentes fases de repressão à comunidade alemã radicada no Brasil e aos seus descendentes, se faz necessário reconstituir

⁷⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Polícia e crise política". In: *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 58.

⁷⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 66.

alguns aspectos que determinaram mudanças de comportamento (ação) e de discurso por parte da Polícia Política, tanto em nível federal como estadual.

Em outubro de 1930, a polícia paulista passou a ser subordinada à polícia do Distrito Federal. Esta, por sua vez, ficou sob a superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No entanto, a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça, vindo a exercer um poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais⁷⁷. A proximidade entre Filinto Müller, chefe de polícia, e o Presidente da República demonstra a importância que a polícia assumiu como órgão mantenedor da ordem durante os quinze anos em que Vargas esteve no governo.

Elizabeth Cancelli, em seu livro *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*, demonstra as transformações pelos quais passou a polícia civil do Distrito Federal, após 1930. Segundo a autora, o primeiro chefe de polícia federal foi o médico Batista Luzardo, que recompôs o quadro de delegados auxiliares e contratou dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque, para auxiliar no combate ao comunismo, encarado como uma ameaça internacional. A modificação estrutural mais significativa no serviço policial talvez tenha sido a extinção da Quarta Delegacia e a criação da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, no ano de 1933⁷⁸. A chamada DESPS, subordinada ao chefe de polícia, contava com um delegado, um secretário, dois auxiliares e três chefes de seção (Seção de Segurança Pública, Seção de Explosivos, Armas e Munições e Seção de Arquivo-geral) e ainda com investigadores extranumerários que foram

⁷⁷ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 52.

⁷⁸ *Decreto federal 22.332 de 10/1/1933*. Reajusta o serviço policial do Distrito Federal e dá outras providências.

sendo incorporados ao órgão, em quantidade proporcional ao momento político em que vivia o país⁷⁹.

No estado de São Paulo, em 29 de dezembro de 1934, foi criada a Superintendência de Ordem Política e Social (e o respectivo cargo de superintendente), que vigorou até a data de 31 de maio de 1938⁸⁰, quando foi substituída pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social. Esta era composta por um delegado nomeado pelo Secretário de Segurança Pública e um cartório. Subordinadas a ela estavam a Delegacia Especializada de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros, formada por um delegado, um escrivão, dois escreventes e três datilógrafos, e a Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições.]

A reorganização da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo só ocorreu em 31 de dezembro de 1938. Pelo decreto estadual 9893-B⁸¹, ela passou a denominar-se Delegacia de Ordem Política e Social e a ser dirigida por um delegado auxiliar nomeado pelo Secretário de Segurança Pública, responsável também pela delegacia especializada de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e pela de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros. A Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, estava organizada em Ordem Política e Ordem Social, ambas com seções de policiamento e de investigação, um Corpo de Segurança com 250 investigadores, um Serviço Reservado e prisões.

⁷⁹ CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p.54.

⁸⁰ *Decreto estadual 9.197 de 31/5/1938*. Extingue a Superintendência de Ordem Política e Social e cria as Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social e a de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros.

⁸¹ *Decreto estadual 9.893-B de 31/12/1938*. Reorganiza a Delegacia de Ordem Política e Social, aprova o respectivo regulamento e dá outras providências.

[Com a deflagração do Segundo Conflito Mundial, a fiscalização em torno dos estrangeiros tornou-se mais intensa. Em 1941, foi criada a Delegacia de Estrangeiros⁸², que passou a cuidar da mobilidade dos estrangeiros no território nacional, através da expedição de salvo-condutos⁸³.]

Com o golpe de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas no poder, a oligarquia cafeeira perdeu a liderança do governo para uma elite ligada aos setores industriais. Desta maneira, os movimentos sindicais ganharam muito mais força, provocando medo nesse novo segmento da elite, que, em contrapartida, estabeleceu formas mais atuantes de controle social. Nesse contexto, a polícia militar perdeu parte de sua atuação para a polícia civil, que ficou incumbida da prevenção dos movimentos sociais. Essa transferência de obrigações e sua especialização, nas questões de ordem política e social, são bastante significativas do processo de centralização federal, que garantiu a permanência de Vargas ao longo de quinze anos consecutivos de governo. A polícia militar só voltou a ter papel preponderante no combate aos crimes políticos, em 1969.⁸⁴

Pode-se perceber que a preocupação não era mais com uma vigília ostensiva de caráter preventivo. A DEOPS contou com várias delegacias, distribuídas nas principais cidades do estado de São Paulo. Sua atuação foi principalmente no sentido de sistematizar informações sobre as atividades

⁸² *Decreto-lei 3.183 de 09/04/1941*. Cria, na polícia civil do Distrito Federal, a Delegacia de Estrangeiros, e dá outras providências.

⁸³ *Portaria 7576 de 26/01/1942* e *Portaria 8604 de 30/10/1942* do Chefe de Polícia do Distrito Federal.

⁸⁴ ...“quando o decreto-lei 667 centralizou as polícias militares estaduais. Desvinculadas do controle do governador do Estado para submetê-las à coordenação e subordinação do próprio Exército. No Estado de São Paulo, que possuía uma Força Pública bem estruturada, ocorre um reforço das características de corporação, no sentido de torná-la mais militarizada nos procedimentos e com uma prática institucional de conteúdo político explícito”. FICHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 1985. p. 29. *Decreto-lei 667 de 02/07/1969*. Reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos territórios e do distrito federal, e dá outras providências.

políticas das populações, por região, a fim de traçar o perfil do inimigo externo. Este, segundo versão oficial, estava infiltrado no território nacional, impedindo a formação da brasilidade, e compunham-se, sobretudo de japoneses, alemães, italianos e poloneses. Nesse sentido, o estudo do acervo DEOPS ganha relevância, pois permite aprofundar as questões relativas às relações entre a Polícia Política e as comunidades étnicas, tema pouco explorado pela historiografia contemporânea.

Segundo Elizabeth Cancelli, as delegacias estaduais foram criadas nos moldes da DESPS⁸⁵ para atender às necessidades de centralização policial e de controle social dessas comunidades e dos grupos politicamente organizados na clandestinidade. [Cabia à autoridade policial prevenir o crime político, daí a vigilância constante e a prisão do suspeito mesmo antes que o delito fosse cometido. Essa prática nos revela a arbitrariedade da ação policial e o descaso em relação às garantias constitucionais dos cidadãos, fossem eles estrangeiros ou brasileiros.]

Com relação à repressão praticada especificamente contra a comunidade alemã após 1932, a documentação produzida pela Polícia Política extrapola o registro da burocracia cotidiana no interior das delegacias e revela que os alemães, assim como outras tantas minorias nacionais, não tiveram os seus direitos garantidos. Tais questões abrem a possibilidade de estudarmos a relação com o poder judiciário, uma vez que centenas de suspeitos autuados pela Polícia Política foram julgados no Tribunal de Segurança Nacional, durante os anos de 1936 a 1945. Um dos problemas apresentados é o controle institucional da violência ilegal praticada pelas autoridades públicas, que se configura como um

⁸⁵ CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p.57.

elemento essencial para a democracia. Segundo Norbert Elias⁸⁶, o estabelecimento do monopólio policial e militar pelo Estado, geralmente dá lugar à criação de espaços pacificados, nos quais o emprego da violência ocorre como exceção.

⁸⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

2.2 – A gestão de um projeto de identidade nacional

A consciência nacional se vale de formulações que passam pelo imaginário social, que, ao longo de um processo, determina quem faz parte ou não de uma mesma nação. A nação, ainda que desvinculada de um espaço geográfico próprio, pressupõe uma população limitada, sem número preciso de elementos. Esses têm que se sentir unidos por características facilmente reconhecíveis e que sejam comuns a todos. Esse elemento comum pode ser a religião, como é o caso dos judeus, que nascem em diversas partes do mundo, mas se reconhecem mutuamente como membros de uma mesma comunidade. A unidade que traz a idéia de nação é simbolizada por imagens que configuram uma verdadeira “construção” política.⁸⁷

Desde os tempos do Império havia a preocupação de caracterizar a população brasileira, ainda bastante identificada com os valores da cultura européia. Com a proclamação da República, sentiu-se a necessidade de elaborar um perfil de nação, baseado num modelo ideal de homem brasileiro, que, no entanto, não estava bem definido: oscilava-se entre um projeto de branqueamento da população e uma aceitação de que o povo brasileiro era mestiço. Entretanto, a questão racial sempre se fez presente no imaginário político, ditando regras e impondo conceitos determinantes de uma política de Estado.

Embora muitos autores argumentem que se tratava de mera coibição às atividades de estrangeiros consideradas subversivas - como as inspiradas nas

⁸⁷ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

práticas trabalhistas de países como a Itália, que forneceu grande parte da mão-de-obra operária para as indústrias em formação, principalmente em São Paulo -, fica evidente que subjazia um projeto de nacionalização que afetava os estrangeiros de acordo com sua nacionalidade. Essa postura discriminatória e intolerante em sua essência se fez presente no discurso oficial e na literatura científica em circulação nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Discriminados por sua religião, tendências políticas e, sobretudo por sua cultura, os estrangeiros, ainda que necessários como mão-de-obra especializada, passaram a ser avaliados sob o prisma de um saber técnico sustentado pelo Estado.

A partir de 1933, a entrada de milhares de judeus refugiados do nazismo obrigou o governo brasileiro a rever sua política patriótica. O conceito de homem trabalhador (em contraposição ao "parasita urbano") se prestou como critério de seleção dos imigrantes, encobrendo, segundo Tucci Carneiro, a postura anti-semita das autoridades diplomáticas e governamentais brasileiras⁸⁸. Coube à Polícia Marítima, às Missões Diplomáticas sediadas no exterior e ao Conselho de Imigração e Colonização selecionar o melhor imigrante. As regras eram ditadas pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Ministério do Trabalho, de comum acordo com a Presidência da República.

A Polícia Política do estado de São Paulo, criada em 1924, ficou responsável pelo controle interno, de forma a garantir a manutenção da ordem

⁸⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: op. cit.*

política na cidade e no campo. Com plenos poderes, deveria afastar aqueles que não se adequavam ao modelo de cidadão idealizado pelo Estado Nacional. Quem que não se adaptava às novas condições de trabalho ou perambulava pela cidade era considerado elemento perigoso e, como tal, deveria ser retirado de circulação. Os operários que traziam de seus países experiências políticas e propostas para melhorar as condições de trabalho, foram também avaliados como indesejáveis, independentemente da raça ou religião. Desconhece-se, até hoje, o número de operários alemães que, sindicalizados ou ligados ao Partido Comunista, foram considerados perigosos para Segurança Nacional e indiciados pelo DEOPS de São Paulo.

[O projeto de nacionalização idealizado pelo governo Vargas foi efetivamente colocado em prática a partir de 1938. Por meio de intensa vigília às comunidades estrangeiras, tentou-se dissipar os grupos enquistados no território nacional. Com a promulgação dos decretos-lei 1545 e 383, o governo federal acionou práticas repressivas que afetaram a vida cultural e política de estrangeiros e seus descendentes⁸⁹. O objetivo era romper os laços culturais que os mantinham ligados aos seus países de origem em prol da homogeneização da sociedade brasileira.]

Apesar de o projeto cultural de definição da brasilidade estar presente desde o período imperial, preservado por uma série de instituições como o Instituto Histórico Nacional, foi na República que a tendência xenófoba ganhou maior vulto. Ações concretas foram sustentadas por um aparato governamental,

⁸⁹ *Decreto-lei 1.545 de 25/8/1939*. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros e *Decreto-lei 383 de 18/4/1938*. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

que, vigiando a sociedade como um todo, procurava controlar a presença e as manifestações culturais de estrangeiros no país.

Os imigrantes alemães foram, desde a primeira metade do século XIX, bem aceitos, por assegurarem o povoamento de locais inabitados, principalmente em regiões fronteiriças do país, e também por contribuírem para o projeto de branqueamento da população brasileira. Entretanto, trouxeram consigo a língua, costumes e tradições, que tentaram preservar por meio da fundação de instituições culturais e educacionais. Segundo o discurso oficial, veiculado durante o governo Vargas tais manifestações culturais se chocavam com o projeto nacional e representava um fator de erosão da cultura nacional. No entanto, esta preocupação não é uma característica apenas dos anos 30 e 40 do século XX.

No Brasil, a preocupação com a questão nacional emerge em obras literárias como as de Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu⁹⁰. Nesse contexto, a literatura e a arte são pontos-chave para entender como intelectuais e artistas pensavam a questão nacional. Embora seja difícil enquadrá-los em um movimento comum, podemos dizer que o Romantismo se preocupou com a definição de um tipo que caracterizasse o povo brasileiro, definido por elementos que passavam pelas raízes culturais, como o idioma. Os representantes desse movimento literário sofreram influência de Iluministas como Rousseau, e acreditavam na teoria monogenista, segundo a qual todos os homens provêm de uma mesma origem. A figura do imigrante alemão, porém, praticamente não foi abordada no campo da literatura durante o período imperial.

Por outro lado, eram inúmeros os estudos que, de uma forma geral, se

⁹⁰ ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 5 ed. Brasília: Universidade, 1963.

preocupavam com a formação da identidade brasileira. Em consequência dos princípios das elites ilustradas, nem todos os grupos étnicos eram aceitos. Desde o final do século XIX, os negros foram cientificamente considerados elementos degeneradores da raça, razão pela qual defendia-se uma miscigenação com os elementos de raça branca europeia (portadores de germe civilizador e do progresso). O mesmo não aconteceu com relação aos "chinas" que, como orientais e de raça amarela, eram avaliados como de difícil assimilação, formadores de "quistos", imagem estereotipada que se manteve até a década de 1950.

[Por ser de raça branca e europeu, o alemão foi, nessa primeira fase, considerado um imigrante desejável, tendo, inclusive, sua vinda subvencionada pelo Estado. O discurso imigrantista argumentava que o alemão era um trabalhador produtivo e disciplinado, capaz, portanto, de incrementar a produção agrícola, sobretudo na região sul do Brasil, e assim atender à necessidade de aumentar a população brasileira nas regiões fronteiriças e garantir a ocupação do território. Dava-se, contudo, preferência àqueles que professassem a religião católica em detrimento dos protestantes, devido à preocupação de preservar um substrato na formação da cultura nacional.]

D. Pedro II preocupava-se com a questão da identidade brasileira, ressaltando sempre o papel desbravador do português. A fim de acompanhar as discussões em relação às questões nacionais que se travavam na Europa desde o início do século XIX e traçar a gênese da nacionalidade brasileira, o imperador incentivou a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nos moldes de uma academia europeia. Outra preocupação do imperador, com a criação do IHGB, era a de reforçar a organização do Estado segundo

padrões monárquicos, já que este se via ameaçado pela efervescência de repúblicas independentes, em vários territórios da América Latina.

O projeto de definição da identidade nacional foi assumido pelos historiadores e cientistas brasileiros, pois defendia-se que aqueles que ocupavam o topo da pirâmide social tinham o dever de esclarecer o restante da população. A idéia era inserir o Brasil - uma sociedade marcada por diferenças raciais - na tradição de civilização e progresso defendido pelo Iluminismo, tornando a população brasileira branca e européia.

Varnhagen, por exemplo, considerava que o âmago da brasilidade não estava no elemento indígena e sim na Real Casa de Bragança; considerava ainda que a mestiçagem do branco com o negro escravo era nocivo e capaz de levar o país a retroagir à barbárie. Seus projetos visavam nitidamente ao branqueamento da população brasileira e identificavam-se com os objetivos do IHGB⁹¹.

Já em João Francisco Lisboa, a ideologia do branqueamento aparecia muito mais sutilmente, e Capistrano de Abreu defendia a miscigenação, e seu projeto era construir uma "história cabocla".

No Naturalismo, movimento literário que se seguiu ao Romantismo, persiste a preocupação em definir o elemento representativo da nação brasileira, só que agora se valendo de explicações calcadas na natureza e nas ciências. O naturalismo brasileiro recebeu influências como o darwinismo social, o positivismo comteano e o evolucionismo de Spencer, teorias que assumiram importante posição na interpretação política e cultural ocidental, inclusive junto à *intelligentzia* brasileira.

⁹¹ Gil, A.C.A. "Nação e etnicidade na construção do Império". In: *Revista de História*, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, (4), p. 19-45, 1995.

Os princípios do evolucionismo social de Spencer davam à elite europeia a possibilidade de conferir sentido às diferenças entre as sociedades humanas no decorrer da história e de justificar a expansão mundial do capitalismo. Para isso, procurava comprovar a existência de superioridades naturais do europeu em relação ao resto do mundo. Segundo Sérgio Bairon:

*"Se, por um lado, o positivismo-darwinista-social trouxe problemas teóricos para a intelectualidade brasileira frente à questão da mestiçagem e da problemática da identidade nacional, por outro lado, deu guarida ao desenvolvimento do fantasma da raça-ariana-alemã, tão fortemente encontrado ainda na década de 1930 no Brasil: O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira"*⁹².

Lilia Moritz Schwartz, em seu livro *O espetáculo das raças*, faz um balanço historiográfico da importação de tais teorias pelos literatos brasileiros. Segundo ela, Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite e João Cruz Costa, entre outros autores, analisaram a importação dos modelos deterministas europeus pelos intelectuais brasileiros do século XIX e começo do XX e tiveram dúvidas sobre a pertinência de tais pensamentos aplicados ao contexto brasileiro, concluindo que tais teorias acabaram por colocar o Brasil como impossibilitado de criar algo novo.

A prática da cópia de modelos interpretativos europeus esteve vigente na produção historiográfica brasileira até tempos recentes, e chegou a ser resumida na expressão *idéias fora do lugar* de Roberto Schwarz. Roberto Schwarz⁹³ discute esta questão e sugere a apropriação de tais modelos, mas incorporados pelos autores à realidade brasileira. Lilia Schwarz vai nesta direção e aplica esta

⁹² BAIRON, Sérgio. "O fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão". In: *Revista de História*, São Paulo, n. 129/131, p. 25, 1993/1994.

⁹³ SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

questão na aceitação de teorias raciais durante o período de 1870 a 1930, tentando *fazer uma história social dessa idéias [...], na qual tenha lugar tanto a dinâmica de reconstrução de conceitos e modelos como o contexto em que essas teorias se inserem, que lhes confere ainda novos significados.*⁹⁴

O pensamento de Spencer, centrado na questão racial e não na cultural, teve grande aceitação por parte dos literatos brasileiros, embora alguns autores tenham preferido tomar como paradigma Gobineau, que acreditava que a “raça superior” iria desaparecer. Nossos literatos acreditavam que a República levaria esta nação ao progresso, por meio da miscigenação de raças e, conseqüentemente, do branqueamento da população.

Silvio Romero⁹⁵ foi um dos intelectuais que se preocuparam com a questão do nacionalismo e se inspiraram em Gobineau. Iniciou suas atividades na década de 1870 como crítico literário e propôs uma nova elaboração do estudo da cultura brasileira. Integrou a chamada Escola do Recife, que rejeitava as idéias monogenistas aceitas pelos românticos. Para Romero, o processo de miscigenação entre as três raças fundamentais - branca, negra e vermelha - conferia especificidade histórica à cultura brasileira. Apesar de negros e índios serem considerados inferiores, sua miscigenação com “raça superior”, isto é, com a população branca européia de imigrantes, garantiria o branqueamento da população. Como se vê, Silvio Romero, assim como outros autores que integraram a Escola de Recife, mostrava um certo otimismo, pois acreditava que o Brasil poderia vir a ser uma nação civilizada e em condições de acompanhar o

⁹⁴ SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹⁵ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 6a.Ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1960.

progresso verificado em países europeus, apesar da crescente miscigenação das raças.

O alemão, por ser branco e europeu, possuía todos os elementos étnicos para ser bem aceito como imigrante. Entretanto, Romero⁹⁶ alerta para o perigo da perda da identidade brasileira, tomando como exemplo o Sul do Brasil, onde a imigração germânica estava amplamente difundida e o uso do idioma alemão era corrente entre a população. Segundo Marionilde Brepohl Magalhães, do alemão reivindicava-se *"tão somente suas características biológicas e seu trabalho produtivo, mas não sua participação política ou cultural."* Pois

*"não compartilhava do passado desta nação [ou seja, da História] e também não pertencia ao seu futuro, por ser portador de uma cultura estrangeira. Devia, portanto, permanecer como um simples elo intermediário na formação biológica do povo brasileiro".*⁹⁷

No final do século XIX, entram em discussão várias questões a respeito do regime republicano. O liberalismo e a democracia estavam em pauta como esperança para a entrada do Brasil na modernidade vigente na Europa.

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, e José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem*, destacam que o grupo intelectual hegemônico do período imperial era o bacharel/burocrata, de conduta social moderada e voltado para a perpetuação dos interesses do grupo senhorial escravocrata. No final do século XIX, esse bacharel/burocrata perdeu espaço para a chamada "geração de 1870", grupo de intelectuais de idéias liberais que defendiam uma transformação radical na estrutura política e econômica, por meio da abolição da escravatura e da implantação do regime republicano. Entretanto, os intelectuais da geração de

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ MAGALHÃES, Marionil de Dias B. *Alemanha, mãe-pátria distante, utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998. p. 59.

1870 rapidamente se desiludiram com o projeto republicano aplicado, que deixou de lado o modelo jacobino, em favor de uma mescla do modelo norte-americano e positivista, e acabaram sendo afastados em favor daqueles que professavam um discurso científico harmonioso com os interesses da camada dominante industrial e agroexportadora.

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 caracterizaram-se como

*"um momento especial no sentido de configuração de uma "consciência" ou da busca de uma "identidade nacional" [...] radicalmente distinto do Velho Mundo, dotado de uma especificidade que tomava a "mestiçagem" como um de seus principais referenciais e cujo poder de sedução se revelava bastante grande."*⁹⁸

Médicos, engenheiros e educadores desempenharam o papel de principais articuladores e semeadores de novos modelos sociais. Foi um momento de redefinição não só política e econômica, mas também cultural. Discutia-se intensamente a identidade do país.

Na década de 1930, após o golpe de Getúlio Vargas, os projetos elaborados na década de 1920 encontraram meios para serem aplicados. Os intelectuais ocuparam cargos dentro da estrutura do Estado e dessa posição privilegiada discutiram a elaboração da modernidade brasileira a partir da equação identidade nacional - identidade cultural - identidade racial. Segundo Herschmann, *"a questão da identidade nacional passará menos pelo político e pelo econômico e mais pela questão racial"*.⁹⁹

Nessa busca da identidade racial para a população brasileira, a medicina contribuiu com a psicanálise. A teoria psicanalítica européia foi adaptada no Brasil por centros acadêmicos, como a Universidade do Rio de Janeiro (associada a

⁹⁸ HERSHMANN, Micael. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 29.

⁹⁹ Idem, p. 66.

trabalhos de neurologia), a Universidade da Bahia (associada a trabalhos de criminologia, psiquiatria forense, etc.) e a Universidade de São Paulo (associada à psiquiatria forense e a clínica psiquiátrica). A teoria psicanalítica não ficou, contudo, restrita às universidades, mas extrapolou os meios acadêmicos e encontrou defensores em aliança com o Estado, que aplicaram tais idéias no saneamento da população dentro de um projeto político-social a serviço da modernização.

Segundo Herschmann, a preocupação de médicos sanitaristas girava em torno da “degeneração da raça brasileira” decorrente da mestiçagem com os negros e os índios, que “tornavam o brasileiro indolente, preguiçoso, indisciplinado, extremamente erotizado e promíscuo”.¹⁰⁰

Oliveira Vianna também se preocupou com o atraso econômico e cultural brasileiro, orientando-se pelas concepções evolucionistas e pelas teorias raciais. Defendia o branqueamento da raça brasileira e a inviabilidade do regime democrático, pois compreendia a política como uma ciência passível de ser orientada por critérios objetivos e determinada por fatores que escapavam à mera vontade dos indivíduos. Neste contexto, Vianna realizou uma série de estudos acerca de aspectos positivos da germanidade, exaltando as qualidades dos alemães, considerados “imigrantes desejáveis”.

A partir de 1934, Oliveira Vianna¹⁰¹ atuou junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passando a chefiar a comissão formada para elaborar o leis relativas à imigração. A questão do branqueamento permeava as discussões em várias instituições brasileiras, como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o

¹⁰⁰ Ibidem, p. 69.

¹⁰¹ VIANNA, Oliveira. *As Populações Meridionais no Brasil*. Niterói: UFF, 1987; *Raça e Assimilação* (1932).

Museu Emílio Goeldi, as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia. Em todos esses espaços, a questão que colocava era: como forjar uma nação à moda europeia num Brasil de população predominantemente mestiça?

Na República, os intelectuais que procuraram definir o elemento nacional foram chamados a ocupar cargos na burocracia estatal. Por esse motivo, suas obras são importantes fontes para o entendimento das razões que orientavam o Estado a tomar atitudes em prol de um projeto político que assegurara a nacionalidade de seus cidadãos.

Esse movimento não ocorreu apenas no Brasil. Muito pelo contrário, a questão da definição do nacional parece ter sido central em vários países europeus, principalmente aqueles que adotaram um regime de cunho totalitário. Países como a Alemanha e a Itália definiram muito precisamente quem eram seus respectivos cidadãos, e tomaram atitudes xenófobas e excludentes para com aqueles que não se identificavam com o modelo idealizado.

[Durante o governo Vargas, verificou-se no Brasil essa mesma tendência, pois foram implantadas no Brasil políticas de exclusão e intolerância. Entretanto, a grande dificuldade em traçar o perfil do elemento propriamente nacional deu margem a inconsistências e preconceitos de natureza racial e política. Foi nesse contexto que o alemão judeu passou a ser considerado cidadão *indesejável*.]

3 – ETNICIDADE E AUTORITARISMO

3.1 - Alemães comunistas e a idéia de uma revolução

O ano de 1930 sugere uma ruptura em termos políticos e administrativos, ao instaurar uma nova concepção das atribuições do Estado no que tange às aspirações nacionalistas. A "Política dos Governadores" foi quebrada com a deposição do presidente Washington Luís Pereira de Sousa pela Aliança Liberal, no final desse ano. Embora não tenham sido implementadas transformações significativas na estrutura social e econômica do país, os movimentos de contestação à nova ordem política acirraram-se nesse período, engendrando mudanças nos mecanismos repressores, a fim de assegurar-se sua manutenção.

Na tentativa de limitar a atuação dos movimentos de esquerda, recrudescidos com a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e com a eclosão do movimento comunista em 1935, o Estado ficou cada vez mais atento às atividades dos cidadãos ligados ao pensamento de esquerda, sobretudo aqueles que traziam uma certa experiência revolucionária de seus países de origem. Essa situação talvez explique o fato de,

"a partir de 1935, o estigma de "comunista" ter crescido e tomado a forma de um monstro político, moral e social sob a alegação de que colocava em risco a formação do Estado nacional brasileiro"¹⁰².

O cuidado por parte da polícia com as ideologias estrangeiras disseminadas nos meios operários se explica pelo fato de estas serem consideradas perturbadoras da produção e da ordem moral e social. Tal concepção estava atrelada ao processo de industrialização, iniciado no começo

¹⁰² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*: op. cit., p. 114.

do século XX. Cidades brasileiras como São Paulo, que contaram com capital e mão-de-obra imigrante européia, transformaram-se em verdadeiros núcleos de agitação política ao concentrar grande número dos partidários comunistas e anarquistas. Havia, ainda, os fascistas, que, após 1930, proliferaram pelas comunidades italianas da capital e interior do Estado.

Os comunistas se tornaram alvo constante das investidas policiais.

Segundo Elizabeth Cancelli:

*"Primeiro, porque eles representavam uma ideologia de esquerda que questionava fundamentalmente as premissas do capitalismo e das lideranças que diziam representantes da burguesia e da "nova ideologia"; segundo, porque efetivamente eram combatidos nas ruas pelos integralistas e respondiam às provocações, utilizando-se de métodos similares; terceiro, porque realmente tentaram se organizar internacionalmente e transformar o mundo de acordo com suas concepções políticas; e quarto, porque de fato ensaiaram ingenuamente tomar para si o poder do país em 1935"*¹⁰³.

Os comunistas sofreram perseguições policiais praticamente durante toda a Era Vargas, em alguns períodos com maior intensidade, como os anos compreendidos entre 1930 e 1937 e depois de 1943. O período compreendido entre 1934 e 1937 foi particularmente marcado pelo autoritarismo, que se manifestou de maneira contundente na forma de denúncias, prisões, torturas, expulsões e extradições¹⁰⁴ de comunistas.

Em 5 de julho de 1935, Luís Carlos Prestes, presidente da Aliança Nacional Libertadora e membro do Partido Comunista no Brasil, lançou um manifesto no

¹⁰³ CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p. 81.

¹⁰⁴ A expulsão tem caráter administrativo, ou seja, é realizado pelo Executivo. O Estado age no seu exclusivo interesse, desembaraçando-se do estrangeiro nocivo à ordem social (pública), por ato espontâneo. A pessoa expulsa adquire a liberdade ao deixar nossas fronteiras. Já a extradição tem duplo caráter, administrativo e judiciário, sendo a palavra final dada pela Justiça. A extradição é um ato de direito internacional pelo qual no exercício de sua soberania, o Estado entrega sob jurisdição, para fins de ver julgado pela prática de certos crimes, ou para cumprir determinada pena, a outro país (Estado) competente e que o tenha solicitado. O extraditado é entregue às autoridades do país solicitante. O processo de extradição depende de tratados entre os países envolvidos. A deportação é somente legal para os nacionais, pois os estrangeiros indesejáveis não são deportados, mas expulsos do território nacional. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: op. cit., 106.

qual valorizava os levantes tenentistas da década de 1920 e afirmava que o povo só chegaria ao poder por meio de combate. O governo Vargas reagiu ao manifesto do líder comunista com muita violência. A sede da ANL e boa parte de seus núcleos distribuídos por todo os estados foram fechadas pela polícia.

Militantes comunistas inconformados com o fechamento do partido decidiram usar a força para derrubar o governo, que reagiu prontamente e com violência. Como resposta do Estado à "Intentona Comunista", surgiu a Lei de Segurança Nacional, que legitimou a caça sistemática aos comunistas. A polícia passou a prender e a torturar todos os simpatizantes da ANL. As cadeias das principais cidades encheram-se de presos políticos. Entre eles, estavam Luís Carlos Prestes, sua mulher, Olga Benário, e o escritor alagoano Graciliano Ramos. Foi decretado estado de sítio, o que possibilitou o desencadeamento de uma repressão ainda maior, liderada pelo chefe de polícia federal, capitão Filinto Müller, que se viu investido de poderes absolutos. Filinto proibiu o porte de armas no Rio de Janeiro, instituiu o salvo-conduto (todos aqueles que quisessem sair da cidade deveriam requerê-lo junto à Delegacia Especial de Ordem Social e Política) e expediu mandados de prisão para as pessoas fichadas na delegacia como anarquistas, comunistas, socialistas, trotskistas e membros ou meros simpatizantes da ANL¹⁰⁵. Atuou ainda, como chefe da Polícia Política e Social do Rio de Janeiro, na questão da entrada de judeus em território brasileiro¹⁰⁶. Além de germanófilo, Filinto era um anti-semite convicto, pois os judeus eram associados ao comunismo, como podemos perceber pela atuação da Polícia Política.

¹⁰⁵ MORAIS, Fernando. *"Olga"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 106.

¹⁰⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "Memorial Filinto Müller" In: *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., pp. 338-343.

O discurso anticomunista e as campanhas cívicas para construção de um novo país fizeram com que grande parte da população aprovasse qualquer manifestação contra os comunistas e auxiliasse a polícia com informações para sua perseguição. A prática da delação foi amplamente estimulada pelas autoridades.

A partir de novembro de 1935, o governo brasileiro tomou uma série de medidas de combate ao comunismo. Exigiu permissão especial da polícia para todos os que quisessem viajar, o sistema de radiodifusão passou a ser controlado, as licenças para operar rádios de ondas curtas foram suspensas e o noticiário das rádios restringiu-se ao que estava sendo publicado nos jornais.¹⁰⁷

Os imigrantes passaram a ser apontados como os responsáveis pela formação de "quistos raciais e ideológicos perigosos à segurança nacional". Na tentativa de afastá-los dos círculos do poder e do contexto político e social, o Estado brasileiro passou a prender todos aqueles, que além de estrangeiros, fossem suspeitos de estarem exercendo atividades comunistas. Confirmadas as acusações, iniciava-se o processo de expulsão do território nacional.

Nessa caça aos comunistas, o Brasil se identificava com os países de regime fascista, e Vargas não ocultava sua admiração pelo ideário nazista. Isso explica, em parte, a colaboração do DOPS com a Gestapo, principalmente nos anos críticos entre 1935 e 1937. José Joaquim Lima e Silva de Aragão, embaixador brasileiro em Berlim, tentou várias aproximações entre Brasil e Alemanha, sobretudo por meio da colaboração entre estes dois órgãos de

¹⁰⁷ MORAIS, Fernando. "*Olga*", op. cit. Essas medidas governamentais, adotadas no combate ao comunismo, seriam utilizadas mais amplamente no momento da deflagração da Segunda Guerra Mundial, quando os estrangeiros, principalmente aqueles identificados com os países que compunham o Eixo foram também perseguidos.

repressão policial. Após novembro de 1935, o Brasil se aproximou da polícia alemã, pois essa tinha interesse na posição chave que o Brasil ocupava contra o comunismo. Desse combate participaram nações que, alguns anos mais tarde, se enfrentariam em uma guerra mundial. O FBI e o serviço de inteligência inglês também fizeram acordos com a Polícia Política brasileira com a finalidade de eliminar o comunismo, considerado inimigo comum e uma ameaça internacional.

Segundo Elizabeth Cancelli,

"o pacto com a Alemanha era relativamente simples, mas bastante objetivo e violento. Dele constam: 1) a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimentos em geral contra o comunismo, anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado; 2) o intercâmbio de material, informações e provas sobre o comunismo, anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado. Vigilância mútua para o esclarecimento de ações comunistas, anarquistas etc; 3) trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha; 4) encaminhamento de idéias sobre ação dos policiais para combate e possível execução de comunistas, anarquistas etc"¹⁰⁸.

Os primeiros alemães a caírem nas malhas da Polícia Política foram intelectuais e operários comunistas e anarco-sindicalistas, entre os quais aqueles que sofreram perseguições e chegaram a ser expulsos ou extraditados para a Alemanha, como, por exemplo, Olga Benário¹⁰⁹ e Elizabeth Sabrowisk, a Sabo, além de outros membros do Comitê Executivo da Internacional Comunista, que

¹⁰⁸ CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p. 90.

¹⁰⁹ O caso de Olga Benário é bastante significativo. Membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista, veio para o Brasil acompanhar Luís Carlos Prestes, na tentativa de promover a revolução socialista em nosso país. Na opinião dos russos, nosso país e sobretudo as classes operárias estavam preparadas para o socialismo. Segundo o livro de Fernando Moraes, a Internacional Comunista dispunha de tantos recursos que enviou vários estrangeiros para auxiliar Luís Carlos Prestes em sua missão no Brasil: Arthur Ewert, dirigente da III Internacional e do Partido Comunista Alemão (outros nomes usados por ele: Harry Berger, Arthur Brown), Rodolfo Ghioldi e sua mulher, Carmen Alfaya de Ghioldi, o casal Barron, os belgas Léon-Jules Vallée e sua mulher, Aphonsine, Paul Franz Gruber e sua mulher, Erika. Todos foram instalados de maneira bastante confortável nos melhores bairros do Rio de Janeiro, com exceção de Prestes, que preferiu morar em bairro operário. Muitos deles tinham passaportes tão bem falsificados que conseguiram enganar as autoridades de diversos países. Várias das pessoas citadas acima foram presas pela Polícia de Filinto Müller, que às vezes demorava meses averiguando a verdadeira identidade de seus perseguidos, conhecidos apenas por seus apelidos. Devido aos interrogatórios promovidos pela polícia, Olga Benário foi localizada e presa. Durante a reclusão foi engendrada sua extradição para Alemanha, onde, após dar a luz a Anita Leocádia, filha de Prestes, foi mandada para um campo de concentração. Acusada de ser judia e comunista, Olga Benário foi morta em uma câmara de gás. "Olga", op. cit

acompanhavam Luís Carlos Prestes na tentativa de promover a revolução socialista no Brasil. Entretanto, esses são apenas alguns nomes conhecidos numa trama que envolveu outras pessoas. No estudo da documentação da Polícia Política encontramos, por exemplo, os casos de Rodolpho Leipsk e Ernst Joske, dois alemães cujos nomes constam em uma relação de expulsos no período de novembro de 1935 a outubro de 1937. Ambos foram acusados de estar envolvidos com o Partido Comunista em São Paulo.

No prontuário de Rodolpho Leipsk, consta que ele veio da Alemanha em 1919 aos 15 anos de idade. Foi acusado de chefiar no Brasil uma “célula de rua”¹¹⁰, nas proximidades do Largo Belém, pois possuía em sua residência material considerado pela polícia “prova de suas tendências comunistas”. Ficou preso no Presídio Político Maria Zélia e teve seu material apreendido. Em declarações prestadas à polícia, relatou que assistiu a comícios da Aliança Nacional Libertadora, pela qual teve alguma simpatia, mas que depois se tornou trotskista.

Ernst Joske trabalhava como guarda-livros no Banco Alemão Transatlântico, e era sócio do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em 17 de janeiro de 1936, foi detido no presídio político juntamente com Sidéria Galvão, sob

¹¹⁰ “Inicia-se a carreira comunista em “células” composta de seis a oito indivíduos que atuam nas fábricas e nos meios operários. Os agentes de ligação das “células” se comunicam com os “Comites de Zona”, que, por sua vez, dão conta de seus trabalhos aos “Comitês Regionais”. Em cada capital do Estado, ou cidade importante, existe um “Comitê Regional”, e todos os Comitês Regionais se entendem e prestam obediência ao Comitê Central do Partido Comunista, que é a entidade que transmite ordens a todos os membros do Partido, dentro do país. As instruções e ordens são emanadas do Bureau Político, que estuda todas as questões concernentes aos interesses do Partido Comunista Brasileiro. Além dessas organizações, que têm funcionamento perfeito, existem as “comissões” como as de propaganda, de imprensa, finanças, intelectuais”. Cópia do Relatório de Venancio Ayres, delegado de Ordem Social, de 9 de maio de 1936. *Prontuário 544 de Sidéria Galvão*. DEOPS-SP, DAESP.

a acusação de serem comunistas¹¹¹. Em investigações realizadas sob as ordens do delegado de Ordem Social, Venâncio Ayres, Joske declarou ter ascendência judaica e, por isso, ser contra o regime nazista. Recebeu portaria de expulsão do país por ter material comunista em sua casa e por ajudar o Socorro Internacional Vermelho.

Outro caso: no dia 7 de dezembro de 1936, o alemão Hans Dreifus solicitou visto de entrada brasileiro no Consulado do Brasil em Gênova,. Alguns dias depois, provavelmente após ter desembarcado no Brasil, a Inspetoria da Polícia Marítima de Santos enviou um comunicado¹¹² à Delegacia Regional de Santos, denunciando suas supostas ligações com as Fábricas de Munições e Armamentos da União Soviética. A Superintendência de Ordem Política e Social mandou então investigar o suposto “agente comunista”. Os investigadores apuraram, entretanto, que Hans Dreifus não possuía documentos pessoais que permitissem que se desse continuidade às investigações, e o inquérito foi concluído. Nada mais se sabe sobre esse caso, mas ele é expressivo de uma prática policial que fez inúmeras vítimas. Baseava-se em certos estigmas como, por exemplo, o fato de o cidadão ser alemão judeu, pertencer ou manter contato com alguma instituição na Rússia, etc., para considerá-lo “inimigo”.

O caso de Ernst Joske, anteriormente mencionado, revela que o governo brasileiro estava preocupado com um suposto complô secreto internacional, organizado pelos judeus com vistas a dominar o mundo, idéia propagada nos *Protocolos dos Sábios do São*, traduzido no Brasil, em 1933. A construção desta

¹¹¹ No prontuário relativo a essa professora primária, irmã da famosa atriz Patrícia Galvão, a Pagu, encontramos informações sobre as atividades “subversivas” de ambos; segundo a polícia, os dois atuavam “em parceria”.

¹¹² Cópia do comunicado da Inspetoria da Polícia Marítima de Santos para a Delegacia Regional de Santos. Inspetoria da Polícia Marítima de Santos. Santos, 28/12/1936, doc. 2., fl 2. *Prontuário 420 de Hans Dreyfus*. DEOPS-SP, DAESP.

visão referendou a elaboração de livros (cuja autoria era atribuída aos israelitas) que versavam sobre um plano de extensão do socialismo ao mundo todo¹¹³.

O judeu alemão Guilherme Henrique Gustavo Hermão, natural de Breslau, foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional por fazer propaganda comunista e ter material comprometedor em sua residência¹¹⁴. Em 1932, chegou a São Paulo e passou a trabalhar na Fábrica de Manufaturas de Folhas de Madeira, no bairro de Pinheiros. Solicitou um passaporte ao Consulado Alemão para regressar a Alemanha a fim de receber uma herança. De volta ao Brasil, comprou um sítio no município de Bury, no Estado de São Paulo, onde passou a residir com sua esposa, Isabel Elfrida Helena Hermão. Foi acusado de envenená-la, o que provocou sua morte em agosto de 1936. Esta acusação deu início às investigações criminais e políticas.

A polícia apreendeu em sua residência: uma bandeira vermelha, um exemplar do livro comunista "A Nova Rússia" de autoria de J. Alvarez, um recorte de jornal contendo a fotografia de Olga Prestes e um volume de músicas impressas contendo a Internacional, além de armamentos.

Segundo colegas de trabalho na Fábrica de Manufaturas, Hernão participava de reuniões comunistas na Barra Funda¹¹⁵, que pegaria em armas se a

¹¹³ Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, circulou pela Alemanha a obra denominada *Protocolos dos Sábios do Sião*, usada pelos nazistas para doutrinar a população alemã contra os judeus, uma vez que atribuía ao povo semita a intenção secreta de dominar o mundo através de uma organização que controlaria a imprensa, o governo e as finanças de todas as nações. Entretanto, esse panfleto foi uma falsificação utilizada pelos nazistas, a partir de uma sátira escrita em 1864, por Maurice Joly contra Napoleão III, imperador da França. A divulgação dos *Protocolos* abrangeu todo mundo ocidental. Foi traduzida para o português, em 1933, por Gustavo Barroso sendo, constantemente, citado pelos integralistas. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo no Brasil*: op. cit. p. 60.

¹¹⁴ *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman*. TSN-AN-RJ.

¹¹⁵ Assentada de Miguel Schuster, primeira testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman*. TSN-AN-RJ.

"Revolução de 1932" fosse comunista¹¹⁶ e que se tratava de um judeu comunista que exerceu espionagem na França¹¹⁷. Devido a falta de provas que comprovassem as "atividades extremistas", Clovis Krueel de Moraes, adjunto de procurador, mandou arquivar o processo, em 14 de junho de 1939¹¹⁸.

Vale ressaltar que, a partir de 1933, o Brasil passou a receber contínuas levadas de alemães judeus que, pressionados pelo nacional-socialismo e pela prática do anti-semitismo no Terceiro Reich, buscaram refúgio no Brasil. A maioria desses refugiados era de nacionalidade alemã, austríaca, tcheca e polonesa, e só se concedia visto àqueles que estivessem de acordo com o projeto étnico-político articulado pelo Estado nacional.

Para aqueles judeus que fugiam das perseguições nazistas, assim como para tantas outras pessoas que não concordavam com os regimes totalitários implantados em países como a Alemanha e Itália, a América representava a esperança de uma vida tranqüila, longe dos horrores da guerra, embora não fosse fácil deixar todos os seus pertences e mudar para este continente.¹¹⁹ Lembremos de que o Estado de Israel só seria criado depois de terminada a Segunda Grande Guerra.

Mas às portas da América estavam se fechando para aqueles que procuravam uma saída da Europa. A partir de 1935, observa-se a restrição à

¹¹⁶ Assentada de Hugo Herzholz, segunda testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368 de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman*. TSN-AN-RJ.

¹¹⁷ Assentada de Antonio Solani, terceira testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368 de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman*. TSN-AN-RJ.

¹¹⁸ Promoção de Clovis Krueel de Moraes, adjunto de procurador. Procuradoria. Tribunal de Segurança Nacional. Justiça Federal. rio de Janeiro, 14/06/1939. *Processo 368 de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman*. TSN-AN-RJ.

¹¹⁹ "Propunha-se a dissolução dos quistos raciais nipônicos e germânicos, considerados um perigo militar e que se encontravam organizados entre nós, contra o Brasil e a América" CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*: op. cit., p. 104.

entrada de judeus na América como um todo, e no Brasil em particular. Segundo Lesser¹²⁰, se, no período compreendido entre os anos de 1929 e 1934, o número de judeus imigrantes soma 19.557 (com destaque para os anos de 33 e 34), no período de 1935 e 1937, esse número se reduz a 7.179, ocorrendo, portanto, uma queda de 36,07%. Seguindo a tendência de redução, durante os anos em que vigorou o Estado Novo, o número contabilizado é de apenas 9.292.

A partir de 1937, com a instalação do Estado Novo liderado por Vargas e com a supressão da possibilidade de redemocratização do país, percebe-se um aperfeiçoamento ainda maior das práticas repressivas. O regime ditatorial instaurado, cujo atributo principal era a formação de um governo forte, centralizador do poder e apartidário, sustentava a proliferação de ideais nacionalistas baseados no xenofobismo e na intolerância a comportamentos divergentes. Tais idéias fundamentaram as teorias eugenistas¹²¹ inspiradas no fascismo italiano, que pregava a necessidade da construção de uma nova Itália, com um povo forte, vigorizado nos esportes e com pensamento concentrado no futuro da pátria. No Brasil, segundo Tucci Carneiro, essa temática extrapolou os discursos acadêmicos e refletiu a política de imigração em três sentidos: racial, político e econômico.

Diante do projeto de uniformização cultural, étnica e ideológica pretendida pelo governo Vargas, só restava a exclusão dos grupos estranhos ao projeto de

¹²⁰ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Tradução de Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p.104.

¹²¹ A eugenia surgiu no século XIX como uma nova "ciência" destinada a aperfeiçoar a raça humana, estando diretamente relacionada à ideologia racista e às teorias evolucionistas. Caberia à eugenia eliminar os elementos de decadência, incentivar o aprimoramento das estruturas mentais e físicas e selecionar gerações futuras. A fundamentação da "ciência eugênica" é atribuída a Francis Galton (1822-1911). Na Alemanha, o movimento liderado por Plezt (1860-1840) preocupou-se em defender o aprimoramento racial da raça branca. Na década de 1920, foi fundada no Brasil a Sociedade Brasileira de Cultura Eugênica. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo da era Vargas: op. cit.*, p. 106.

nacionalização e formuladores de qualquer forma de contestação ao regime imposto. E o modelo proposto como ideal para o homem brasileiro se encaixava nos ideais do regime nazista, pois propunha um tipo físico que se assemelhava ao germânico, ariano puro.

Durante os anos do Estado Novo, os estrangeiros sentiram na pele o peso do sentimento nacionalista engendrado por Vargas. Mesmo aqueles que já residiam no Brasil havia mais de vinte anos, não conseguiam se livrar da repressão xenófoba. A Polícia Política, bem equipada e articulada internacionalmente, contava com suporte legal para vigiar comunidades estrangeiras concentradas no Brasil, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país. Após 1938, os alemães, poloneses e austríacos estavam entre os “grupos de risco”.

3.2 - Conflitos de identidade: brasilidade *versus* germanidade

Teuto-brasileiros são os descendentes de alemães que nasceram no Brasil. Durante as primeiras décadas do século XX, os teutos acreditavam que a sua nacionalidade estava calcada na concepção romântica de que faziam parte de uma cultura, um povo e uma língua comum que lhes conferiam uma identidade étnica que suplantava a nacionalidade brasileira. Isso era possível porque o critério de nacionalidade adotado pelo sistema jurídico da Alemanha era o de *ius sanguinis*, ou "origem sangüínea"¹²². Por esse critério, todo aquele que fosse filho de alemães era também alemão e, como tal, deveria cultivar sua cultura e sua língua, independentemente do país onde houvesse nascido. Entretanto, esse sentimento nacional não impedia que os indivíduos pertencentes à comunidade alemã residente no Brasil se considerassem cidadãos brasileiros¹²³.

Para preservar suas tradições culturais, a comunidade alemã mantinha espaços tais como escolas, sociedades esportivas e recreativas, além de bares e restaurantes, que funcionavam como pontos de encontro dos seus membros. A imprensa teve um papel preponderante na manutenção do idioma alemão, colaborando para difundir a cultura germânica entre os teuto-brasileiros. Em São Paulo, havia vários jornais e revistas que circulavam somente em idioma alemão. Esses periódicos se prestavam como elo de ligação entre a velha Alemanha e o novo Brasil. Dentre os principais periódicos estavam o *Jornal Germânia*, o *Deutsche Zeitung*, o *Deutsche Morgen* etc. Nos lares alemães a língua

¹²² Pelo critério de *ius sanguinis*, será nacional todo aquele que for filho de nacionais. A nacionalidade decorre, portanto, do parentesco, do vínculo de sangue. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 323 .

¹²³ A cidadania, neste sentido, se refere ao gozo dos direitos políticos.

portuguesa era raramente falada, e nas escolas as crianças aprendiam a falar e escrever em alemão.

Com o Estado Novo, a repressão contra a comunidade alemã acentuou-se, como consequência da política nacionalista e xenófoba empreendida pelo governo Vargas. Os intelectuais que pensavam a questão da nacionalidade passaram a ser cooptados para trabalhar em funções públicas, onde tinham a oportunidade de poder desenvolver seus projetos dedicados à construção da brasilidade. Desta maneira, percebemos um conflito de valores: o projeto político calcado em parâmetros modernistas, que pretendia uma sociedade homogênea na qual a língua portuguesa ocupava um lugar privilegiado, único. A nacionalidade brasileira era entendida nos parâmetros do *ius solis*¹²⁴, que se refere ao local de nascimento. Todos os descendentes de alemães eram considerados brasileiros e, como tais, deveriam compartilhar da cultura nacional evitando formar quistos enclavados no território nacional¹²⁵.

A partir de 1937, os Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho e da Justiça articularam medidas restritivas com o objetivo de impedir a implementação de projetos de colonização e povoamento que visassem facilitar a entrada no país de elementos "indesejáveis".

Segundo Tucci Carneiro, autoridades diplomáticas e militares chegaram até mesmo a contestar a entrada de poloneses no Brasil, considerados "imperialistas

¹²⁴ Pelo critério de *ius solis*, ou origem territorial, a nacionalidade é determinada pelo local de nascimento, isto é, são consideradas nacionais todas as pessoas que nascem no território de determinada nação. SILVA, José Afonso da, op. cit., p. 323.

¹²⁵ Segundo José Afonso da Silva, a maioria dos Estados europeus prefere a regra de *ius sanguinis*, com base na qual a saída de nacionais para outros países não importará em redução dos integrantes da nacionalidade. Já os países americanos, no qual está incluso o Brasil, acolhem a do *ius solis*, pelo qual os descendentes de imigrantes passam a integrar a sua nacionalidade, o que não ocorreria se prevalecesse o critério de sangue. No Direito Constitucional vigente no período, o nacional era o brasileiro nato ou naturalizado, ou seja, aquele que se vincula, por nascimento ou naturalização, ao território brasileiro. SILVA, José Afonso da, op. cit., pp. 323-324.

e inassimiláveis” e tratados como nocivos à Segurança Nacional¹²⁶.

Em 1938, foram decretadas medidas que visavam dismantelar os laços culturais que fugissem ao padrão tido como ideal. A sociedade deveria comportar-se como um todo orgânico e nacional. Para tanto, foi decretada uma série de leis contrárias à presença do elemento estrangeiro em território nacional¹²⁷. Em 7 de fevereiro de 1938, uma portaria do Chefe de Polícia Federal proibiu as transmissões radiofônicas e a circulação de jornais e revistas em língua estrangeira¹²⁸. A Polícia Civil do Distrito Federal passou a exigir o cumprimento do decreto-lei 59, de 11 de dezembro de 1937, que obrigava o licenciamento e a nacionalização das sociedades estrangeiras com fins culturais, beneficentes ou de assistência, clubes e escolas, referidas nos artigos 3 e 4 do decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938 (exigia-se que o presidente fosse brasileiro, assim como dois terços da diretoria)¹²⁹. A licença dependia do parecer da Delegacia Especializada de Segurança Política e Social sobre os antecedentes políticos e sociais dos componentes da diretoria e da Delegacia de Estrangeiros sobre a regularidade do pedido.

A partir de 1938, os estrangeiros passaram a ser considerados pelo governo brasileiro um sério perigo ao país. Segundo um relatório, assinado pelo general José Maria de Vasconcelos, os alemães eram tidos como não-

¹²⁶ O curso *Discurso da Intolerância* foi ministrado por Tucci Carneiro junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 1999.

¹²⁷ Em 1938, fica clara a preocupação do governo federal em criar leis concernentes à permanência de estrangeiros no país: *Decreto-lei 392 de 27/4/1938*. Regula a expulsão de estrangeiros; *Decreto-lei 394 de 28/04/1938*. Regula a extradição; *Decreto-lei 479 de 8/6/1938*. Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros; *Decreto-lei 554 de 12/7/1938*. Dispõe sobre o inquérito policial para o efeito de expulsão de estrangeiros.

¹²⁸ CANCELLI, Elizabeth, op. cit.

¹²⁹ *Decreto-lei 383 de 18/4/1938*. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências; e *Decreto-lei 59 de 11/12/1937*. Dispõe sobre registro das sociedades civis a que se refere o artigo 4 do decreto-lei 37, de 2 do corrente mês.

assimiláveis, representando nítido perigo à estabilidade do "nosso sentimento de pátria e de nacionalidade". Nesse documento foram apontadas algumas causas fundamentais para a perpetuação da impossibilidade de assimilação dos alemães: o lar, o jardim de infância, a escola, a igreja e as associações (esportivas, de classe, recreativas e culturais). Em 25 de setembro de 1939, foi decretado que as escolas e demais órgãos públicos deveriam colaborar para a adaptação dos descendentes de estrangeiros, por meio do ensino e uso da língua portuguesa e do cultivo à História do Brasil e ao sentimento patriótico. O mesmo decreto estabelecia que as escolas não poderiam ser dirigidas por estrangeiros e que o Ministério da Educação e Saúde exerceria vigilância sobre o ensino de línguas e de História e Geografia do Brasil. Os serviços religiosos deveriam ser conduzidos em português e nos negócios não poderia haver qualquer pronunciamento em língua estrangeira¹³⁰.

[O rompimento diplomático do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, levou a seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a tomar uma série de medidas, com a finalidade de manter a coerência nacional, ordeira e disciplinar, em todo o território nacional, sobretudo em relação ao aspecto cultural.

Por determinação do Estado, estava proibido:

- 1) a execução, ou canção dos hinos alemães, italianos e japoneses;
- 2) saudações peculiares a estas nações;
- 3) a utilização dos idiomas desses países em conversas em lugares públicos;

¹³⁰ *Decreto-lei 1545 de 25/08/1939*. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

- 4) a manifestação ostensiva e pública de simpatia à causa dessas potências;
- 5) a arrecadação de livros e materiais de propaganda política em favor desses países, existentes em livrarias, ou casas particulares;
- 6) a exibição, em lugar acessível ao público, de retratos de membros das nações do Eixo;
- 7) a reunião de súditos do Eixo, mesmo em residências particulares, para comemorações de caráter privado;
- 8) a troca de idéias, ou discussão, em lugar público, sobre a situação internacional.¹³¹]

Cabia à polícia:

- a) anular as autorizações de porte de armas e arrecadar as armas de qualquer espécie, estipulando um prazo máximo de 15 dias para que fossem entregues; anular também as negociações de armas, munições e materiais explosivos que, por ventura, estivessem em andamento;
- b) apurar e proibir o funcionamento clandestino de estações emissoras;
- c) estabelecer policiamento nos portos e nas embarcações, atracadas ou não, e nas proximidades das embarcações;
- d) manter rigoroso policiamento nas usinas de luz e força e nos estabelecimentos bancários, detendo qualquer pessoa, estrangeira ou brasileira, suspeita de prejudicar o funcionamento daquelas unidades ou de frustrar o controle exercido pelo governo;
- e) suspender o funcionamento de sociedades civis de tiro e apreender-lhes o

¹³¹ *Decreto-lei 4766 de 01/10/1942. Define crimes militares e contra a segurança de Estado, e dá outras providências*

armamento;

f) exercer severa fiscalização sobre as estações radioamadoras, sobretudo aquelas pertencentes a estrangeiros, cuja existência deveria ser denunciada à Chefia de Polícia¹³².

Em 28 de janeiro de 1942, a Portaria 7.572 da Chefia de Polícia vinha reforçar o decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, ao determinar que “*nenhuma reunião de sociedade, clube e quaisquer outros estabelecimentos para fins culturais, beneficentes ou de assistência, poderá ser realizada sem prévia autorização e a presença da autoridade encarregada da fiscalização*”. Nessas disposições estavam incluídas as sociedades alemãs, japonesas, italianas, entre outras.

Essa ordem oficial encheu os arquivos policiais de documentação, pois, em função da vigilância e da lógica da suspeição, todo material informativo (e “comprometedor”) era apreendido. Do mesmo modo, todos os atos das entidades visadas eram supervisionados pelo “SS” e relatados detalhadamente pelos investigadores, zelosos de sua função policialesca.

Tudo parecia indicar que a população estava a caminho de vivenciar uma verdadeira rede de ações punitivas a tudo que não se definisse expressamente como “brasileiro” ou “nacional”. O Estado tornava-se, literalmente, “Pai de Todos”, e passava a orientar o comportamento individual e coletivo da sociedade, ela mesma eminentemente patriarcal. As ações antiestrangeiras assumiram uma clara orientação na formação da brasilidade, reafirmando um projeto nacional indisposto às diferenças étnicas ou ideológicas. É importante ressaltar que, a

¹³² *Decreto-lei 4766 de 01/10/1942*. Define crimes militares e contra a segurança de Estado, e dá outras providências

partir de 1937, a política imigratória anti-semita tornou-se sistemática e radical, com a instituição de circulares secretas e as restrições de visto aos refugiados judeus alemães, o que intensificou o clima de tensão que pairava sobre esse segmento da comunidade, que, em contrapartida, criou seus mecanismos de defesa. Foi nesse momento que o grupo judaico askenazin fortaleceu seus laços de solidariedade, atuando com o objetivo de resgatar familiares em trânsito na Europa invadida pelos nazistas. Importantes organizações judaicas internacionais, mediante acordo com companhias de viagem, conseguiam trazer para o Brasil grande número de alemães cujas vidas estavam em perigo. Muitos entraram no país na condição de turistas ou como católicos, estratégia empregada para driblar as regras impostas pelas circulares secretas¹³³.

No acervo do DEOPS de São Paulo, identificamos vários prontuários que dizem respeito às instituições alemãs que, em decorrência do projeto nacionalista, foram obrigadas a assumir uma nova identidade jurídica e cultural, o que, para muitos, significava negar suas tradições. Um caso bastante conhecido é o do Clube Germânia, que depois de sua nacionalização passou a se chamar Esporte Clube Pinheiros, mudança registrada nos diferentes papéis timbrados dessa sociedade. Cabe ressaltar que tais instituições não passavam pelo processo de nacionalização sem maiores contestações. No caso da Sociedade Recreativa e

¹³³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Brasil: um refúgio nos trópicos*. São Paulo, op. cit.

Esportiva Schuetzen-Verein¹³⁴ (Doc. 7), sediada na Avenida Emmerich, 203, em Santos, a manutenção da tradição germânica foi apontada como condição *sine qua non* para sua preservação enquanto organização comunitária, ainda que identificada com o ideário nazista:

*"Foram ouvidos e qualificados os trinta e um alemães que compareceram à assembléia, realizada em 5 de março de 1942, no qual foi deliberado que a sociedade não desejava nem se nacionalizar nem se dissolver. Todos de "uma vez" justificaram não desejar a nacionalização da sociedade, porquanto se tratava de uma organização alemã, legalmente registrada no Ministério da Justiça. Também não interessava a sua dissolução, uma vez que queriam conservar intacta a herança de seus antecessores"*¹³⁵.

Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, em 28 de janeiro de 1942, essa sociedade de atiradores ao alvo passou a representar para a Polícia Política um perigo a ser combatido. Ficou registrado em um relatório de investigação do DEOPS/SP que

*"esses homens mais se preocupavam com seus sentimentos patrióticos do que com a sua intenção na comunidade nacional. Seria portanto, uma tolerância condenável, concordar com atos de semelhante rebeldia às ordens emanadas do governo do Paíz que os acolheu com carinho e que lhes facilitou todos prosperar e progredir"*¹³⁶.

No dia 8 de julho de 1942, foi instaurado inquérito por determinação do Major Superintendente de Segurança Política e Social, a fim de que fossem devidamente apurados os motivos da resistência dos componentes desse grupo à sua nacionalização. A Delegacia de Ordem Política de São Vicente procedeu ao

¹³⁴ *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos*. DEOPS-SP, DAESP.

¹³⁵ Relatório de Francisco José Nova, delegado de Polícia, para o delegado auxiliar regional de polícia. São Vicente, 8/7/1942. *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos*. DEOPS-SP, DAESP.

¹³⁶ Relatório de Francisco José Nova, Delegado de Polícia, para o delegado auxiliar regional de polícia. São Vicente, 8/7/1942. *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos*. DEOPS-SP, DAESP.



Documento 7 - Fotografia apreendida. Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos. DEOPS-SP, DAESP.

arrolamento dos bens móveis e imóveis da dita sociedade¹³⁷. O inquérito foi remetido ao Tribunal de Segurança Nacional, em 26 de julho de 1942.

Os trinta e um membros da *Sociedade Schuetzen-Verein* foram presos em outubro de 1942, em Santos, e enviados para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, onde ficaram detidos em média três dias. Sofreram processo no Tribunal de Segurança Nacional, sendo todos absolvidos em 28 de janeiro de 1943.

Nesse caso, como em tantos outros, ao estigma de “estrangeiro indesejável” somou-se o de “nazista perigoso”. Mesmo antes de 1942, a polícia se mostrava atenta aos encontros que ligassem os alemães à política do Terceiro Reich, mas sem “proibir” totalmente sua realização, atitude justificada em decorrência da “política de neutralidade” sustentada por Getúlio Vargas, que, até então, não ocultava suas simpatias pela imagem da nova Alemanha idealizada pelos nacional-socialistas.

Em 20 de abril de 1940, ocorreu uma festa, promovida pelo Consulado Alemão, na Sociedade dos Atiradores de Blumenau. O objetivo era comemorar o aniversário de Hitler, e contou com a presença de investigadores da Polícia Política do estado de Santa Catarina. O evento foi descrito pelo Serviço Secreto, frisando o momento em que os alemães prestaram juramento a Hitler. A polícia recolheu o nome dos 456 participantes da festa, identificando os que eram ligados ao Partido Nazista. O DEOPS-SP abriu um prontuário para cada um desses cidadãos contendo o relatório da investigação, bem como o depoimento de dois alemães que integravam a festa.

¹³⁷ Auto de Arrolamento dos bens imóveis e móveis da Sociedade Schuetzen-Verein. Delegacia de Polícia de São Vicente. *Processo 2434 de Kurt Ernst Weinrauch*. TSN-AN-RJ.

O Colégio Alemão, situado na rua Olinda, na capital paulista, sofreu intervenção em 1942, quando teve seu nome alterado para Instituto Visconde de Porto Seguro. O ensino de língua alemã foi suprimido para alunos não alfabetizados, menores de dez anos. O Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, nomeou Antonio Ferreira de Almeida Junior para o cargo de diretor do colégio, anteriormente ocupado por Gustav Adolf Hoch, que havia falecido. Segundo o relatório da Superintendência de Segurança Política e Social, esta escola se preocupava em "cuidar do enaltecimento da Alemanha, com conseqüente prejuízo para a obra de nacionalização". Por essa razão, dezesseis membros alemães do corpo diretivo e docente da escola foram indiciados e procedeu-se a um levantamento de provas nas instalações do colégio¹³⁸.

Tal investigação revelou que "a ex-escola-alemã era um pedaço da Alemanha dentro do Brasil." (Na verdade, era um reduto da Alemanha em geral, como país, e não dos domínios de Hitler e do nazismo.) O novo diretor da escola, Almeida Junior, encontrou entre o material didático 74 rolos de filmes de 16 milímetros, que foram colocados fora de uso por terem legendas em alemão. Tais filmes foram enviados ao Ministério de Educação, para que se fizesse sua censura prévia e se traduzissem as legendas para o português, tornando-os assim novamente aptos a serem exibidos e emprestados a outras escolas.

Devidamente orientado pelo diretor, o delegado-adjunto da Superintendência de Segurança Política e Social, Fernando Braga Pereira da Rocha, conclui em seu relatório que "aquela casa de ensino caminha para o completo abasileiramento. Transformou-se num meio para a realização dos

¹³⁸ Cópia do relatório de Fernando Braga Pereira da Rocha, delegado-adjunto. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 12/5/1943. *Prontuário 23.319 do Colégio Visconde de Porto Seguro*. DEOPS-SP, DAESP.

nossos fins nacionalistas". A Escola de Comércio de Vila Mariana, também em São Paulo, conhecida como Escola Alemã, também sofreu inquérito policial instaurado pela mesma Superintendência de Segurança Política e Social, em 1943.

3.3 – Alemães em tempo de guerra

Uma outra questão que interferiu no tratamento dado ao estrangeiro alemão veio à tona no momento em que se alterou a política diplomática brasileira em relação aos países do Eixo. O ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, fez com que o governo brasileiro participasse da Conferência de Chanceleres, que teve como resultado o rompimento das relações brasileiras com os governos alemão e italiano, em 28 de janeiro de 1942. Isso ocorreu não tanto por incompatibilidade ideológica com os países nazi-fascistas, mas, sobretudo por pressões internacionais, principalmente por parte dos Estados Unidos, que tentavam garantir o Brasil como aliado de seus projetos políticos e humanitários. Entretanto, segundo Tucci Carneiro, apesar dessas pressões, o governo brasileiro procurou sustentar, junto à Liga das Nações, uma política indefinida e sem compromisso com a causa dos refugiados judeus alemães, austríacos e poloneses, que, diante do avanço das tropas nazistas, eram empurrados para fora de seus países de origem¹³⁹. Vargas restringiu ainda mais a entrada de imigrantes e, atuando nos bastidores, procurou ganhar a confiança dos dois blocos de poder, jogando ora a favor da Alemanha, ora a favor dos Estados Unidos. Articulou acordos comerciais secretos até o momento em que, pressionado pelos acontecimentos internacionais, se viu obrigado a entrar na guerra, assumindo publicamente a sua posição.

Em maio de 1941, o Brasil conseguiu que os Estados Unidos se comprometessem a financiar parte da construção da Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, essencial para o crescimento da economia brasileira. A partir

139 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*: op. cit.

desse acordo, Getúlio Vargas se aproximou cada vez mais dos Aliados, permitindo a instalação de bases aeronavais no Nordeste. A indefinição foi superada quando navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães¹⁴⁰. O governo brasileiro reagiu prontamente, com a incorporação ao patrimônio nacional de dezesseis navios de nacionalidade alemã e italiana ancorados em portos brasileiros¹⁴¹. Sob pressão de manifestações populares, o Brasil entrou oficialmente na guerra, em 31 de agosto de 1942¹⁴².

A guerra e sua conjuntura, sobretudo a tomada de posição do Brasil em favor dos Aliados, impôs novas restrições às comunidades estrangeiras radicadas no país: em nome da Segurança Nacional, o governo montou estratégias de defesa baseadas na intensificação do controle policial. Em um comunicado para a Delegacia de Ordem Política e Social percebe-se uma mudança na postura da polícia:

*"Por determinação superior estive, no mês de setembro findo, na colônia alemã de Macaré, onde constatei que os alemães dali estão sob as vistas da polícia. Os elementos mais exaltados e que se regozijaram com o torpedeamento dos nossos navios mercantes, foram presos"...*¹⁴³

A América do Sul se tornou local estratégico para o esforço de guerra alemão. Isso fica claro com a implantação, neste continente, do Abwehr, importante órgão de espionagem alemão cuja finalidade era obter o maior número possível de informações sobre o movimento de navios no Atlântico, sobretudo no

¹⁴⁰ No decorrer da guerra, foram afundados trinta e seis navios mercantes brasileiros e quase mil pessoas morreram.

¹⁴¹ *Decreto-lei 4.611 de 24/8/1942*. Incorpora ao patrimônio nacional, navios de nacionalidade alemã ou italiana.

¹⁴² *Decreto 10.358 de 31/8/1942*. Declara estado de guerra em todo o território nacional.

¹⁴³ Comunicado de Lutgardes Poggi de Figueiredo, delegado-adjunto, ao delegado especializado de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo. São Paulo, 14/1/1943. Fl 108. *Prontuário 550 (vol. 2) da Delegacia Regional de Presidente Prudente*. DEOPS-SP, DAESP.

hemisfério Norte. As informações secretas obtidas pelo Abwehr– provenientes não só do próprio Brasil, mas também de outros países da América, inclusive os Estados Unidos - eram enviadas preponderantemente por via radiotelegráfica: alemães residentes no Brasil que ocupavam cargos-chave e eram bem relacionados foram escolhidos para transmitir essas informações para a sede desse órgão de espionagem na Alemanha. Descobriu-se que a comunicação telegráfica se fazia muito mais facilmente na direção norte-sul, ou vice-versa, do que no sentido leste-oeste. Assim, importantes questões militares e econômicas norte-americanas cruciais para Berlim, chegariam melhor se canalizadas para estações clandestinas localizadas no Brasil e depois retransmitidas para Alemanha. Em contrapartida, os Estados Unidos montaram forte esquema de controle aos espões alemães implantados neste país.

Segundo Ana Maria Dietrich, a documentação do acervo do DEOPS de São Paulo revela que, em 1931, antes mesmo da ascensão de Hitler ao poder, já havia uma organização política formada por alemães no Rio de Janeiro, centrada em torno de idéias nazistas. Em 1934, o Partido Nazista possuía uma organização mais diversificada e ampliada, cuja sede ficava na cidade de São Paulo¹⁴⁴.

Stanley Hilton, em *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, considera que a Alemanha, visando enfraquecer a Inglaterra, buscou impedir que gêneros fossem transportados em navios dos Estados Unidos até a Inglaterra. Para tanto, precisava de informações sobre as rotas dos navios e submarinos que realizavam

¹⁴⁴ DIETRICH, Ana Maria. "O Partido Nazista em São Paulo" *Inventário Deops: Alemanha*, módulo I. Ana Maria Dietrich, Eliane Bisan Alves, Priscila Ferreira Perazzo; Maria Luiza Tucci Carneiro organizadora; prefácio Dieter Strauss; introdução Nilo Odália: Arquivo do Estado de São Paulo, 1997, p. 25.

esse transporte. O autor aponta ainda que a Inglaterra se encontrava impossibilitada de produzir tudo de que necessitava para sua subsistência, tendo, portanto, que importar matérias-primas, alimentos e equipamentos dos Estados Unidos. Como a frota naval britânica era superior à alemã, seria temeroso combatê-la por mar, onde certamente seria derrotada. Assim, a tática empregada pelo governo alemão foi, primeiro, enfraquecer economicamente a Inglaterra por meio da obstrução do comércio marítimo com o Atlântico Norte, e depois, destruí-la. A sede do partido nazista teria o propósito de ajudar no mapeamento das trocas comerciais efetuadas entre Inglaterra e Estados Unidos. O governo norte-americano promoveu então forte propaganda ideológica contra a Alemanha, ressaltando a ameaça nazista no hemisfério sul e sugerindo que o governo brasileiro se prevenisse contra a comunidade alemã residente no Brasil, pois esta poderia se mobilizar a favor dos nazistas. Stanley Hilton menciona a seguinte acusação, proferida pelo presidente norte-americano: “que lhe chegara às mãos um mapa secreto alemão que mostrava como Hitler planejava dividir a América Latina depois de conquistá-la”.¹⁴⁵

Em um relatório reservado da Sétima Divisão da Delegacia de Santos, datado 30 de julho de 1943, o delegado Afonso Celso informa que a marinha norte-americana comunicou ao capitão dos portos do estado de São Paulo e inspetor da Polícia Marítima do Porto de Santos a provável ação inimiga na Zona do Atlântico Sul:

Acabamos de receber informações que indicam a probabilidade, bastante certa, de que o inimigo tentará imediatamente as seguintes ações no Atlântico Sul:

a) Operação de lançamento de minas por meio de submarinos;

¹⁴⁵ HILTON, Stanley. *A guerra secreta no Brasil a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, (1939-1945)*. São Paulo: Nova Fronteira: 1983, p.32.

- b) *Tentativa de desembarcar agentes secretos e sabotadores;*
- c) *Ataques súbitos as bases*

Adverte-se uma vigilância segura, com cuidado especial em assuntos de segurança pública e marítima. Ademais, também se adverte que, visto a natureza confidencial do assunto, se tomem providência para que estas informações tenham a mínima distribuição consoante com a necessária efetuação das diligências"

Diante disso o delegado Afonso Celso conclui: "*Nessas condições, a vinda de elementos do "eixo" a esta cidade e outros pontos do litoral vem trazer perigo à população e aumentar a vigilância da polícia, que luta com dificuldade por falta de elementos.*" Esse tipo de informação alimentava o clima de desconfiança que atingiu não apenas os setores burocráticos e paramilitares do governo, mas também a população atenta às notícias veiculadas pela grande imprensa.

Esses fatos tiveram conseqüências para as comunidades alemãs, japonesas e italianas residentes no Brasil, pois, em nome da Segurança Nacional, o governo brasileiro tomou uma série de medidas contra elas. Além disso, devido ao pensamento expansionista dos dirigentes dos regimes totalitários, o governo brasileiro decidiu se precaver contra a hipótese de ser invadido. Assim, em 26 de agosto de 1942, foi criada a Defesa Passiva Antiaérea, cuja função era ensinar à população brasileira como proceder em caso de bombardeamento aéreo inimigo¹⁴⁶. Para tanto, eram realizados treinamentos de escurecimento das casas de bairros da cidade de São Paulo, determinados por esse órgão. A divulgação das instruções e dos locais era feita através dos meios de comunicação (imprensa, rádio e cinema), além de panfletos ilustrados e circulares veiculados em espaços educacionais (escolas públicas e privadas), culturais (teatros) e

¹⁴⁶ *Decreto-lei 4624 de 26/08/1942. Cria o serviço de Defesa Passiva Antiaérea e dá outras providências.*

demais locais de circulação da população em geral (estradas de ferro, bondes e estabelecimentos comerciais).¹⁴⁷

Esses treinamentos ficaram conhecidos como *blackout*. Tocava-se uma sirene e todos deveriam apagar as luzes do local, permanecer em silêncio e cobrir as janelas com panos pretos para que o inimigo não detectasse do alto de seu avião a existência de população naquela região. Durante o treinamento, não se podia utilizar o telefone, apenas o rádio deveria permanecer ligado para receber mais instruções. Os bombeiros foram treinados para apagar qualquer incêndio durante um eventual bombardeio, sempre levando em conta a preocupação de dissimular a existência de aglomerações urbanas.

Tentou-se distribuir caixas de primeiros socorros à população para que as pessoas soubessem dar os primeiros atendimentos aos feridos dos bombardeios inimigos, até que os serviços da Cruz Vermelha chegassem ao local. A distribuição desse material se daria através das fábricas cadastradas e contaria com os chamados “prestamistas”, encarregados de explicar seu uso para os familiares¹⁴⁸. Em decorrência dessa situação, a vigilância aumentou em torno de todos os cidadãos que pudessem vir a ser identificados com a política expansionista dos países do Eixo. Critérios de identificação eram articulados pelas autoridades policiais preocupadas em “classificar” o inimigo (real ou imaginário):

"Não devemos esquecer duas categorias de cidadãos: os pacifistas e os quinta-colunistas. Um e outro procurarão, voluntária ou involuntariamente, perturbar e

¹⁴⁷ Comunicado (cópia) de Venâncio Ayres, delegado regional do Setor de Defesa Passiva Anti-Aérea para Acádio Nogueira, secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública. São Paulo, 21 de outubro de 1942. DPAAe, Ordem 8635, pacote 04, pasta 01, caixa 08. DAESP.

¹⁴⁸ Declaração de Antonio Henrique de Almeida Filho. DPAAe, Ordem 8635, pacote 04, pasta 01, caixa 08. DAESP.

*ridicularizar os trabalhos de treinamento. Estes, apontados, deverão ser "isolados" pela polícia civil."*¹⁴⁹

Assim; embora não haja qualquer prova dos alegados desígnios territoriais do regime de Hitler no Brasil ou em qualquer outro país da América do Sul, a propaganda norte-americana surtiu efeito na atuação da polícia diante dos "súditos do Eixo", residentes no Brasil, e o controle policial se estendeu, concentrando-se em suas instituições de cultura, lazer, comércio e educação, tais como clubes, escolas e empresas comerciais.

É importante lembrarmos também que grande parte das instruções para o treinamento de guerra foi retirado de manuais norte-americanos traduzidos para o português e difundido à população brasileira.

Tais procedimentos criavam um ambiente de guerra que interferia no imaginário social e levava a população a acreditar que seria realmente possível uma invasão inimiga no território nacional. Nem mesmo os alemães judeus escapavam do rótulo de "cidadãos do Eixo", apesar das terríveis perseguições anti-semitas empreendidas por Hitler, aliás, [de acordo com as Leis de Nuremberg, os judeus haviam sido considerados apátridas,] termo que foi, inclusive, endossado pelas autoridades diplomáticas brasileiras.

A partir de 1938, os estrangeiros passaram a representar para o governo brasileiro um sério perigo ao país. Segundo um relatório assinado pelo general José Maria de Vasconcelos, os alemães "não eram assimiláveis" e representavam grave perigo à estabilidade do "nosso sentimento de pátria e de nacionalidade. Nesse documento foram apontadas algumas das causas fundamentais para a

¹⁴⁹ Cópia do Comunicado de Venâncio Ayres, delegado regional do Setor de Defesa Passiva Antiaérea para Acádio Nogueira, secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública. São Paulo, 21/10/1942. DPAAe, Ordem 8635, pacote 04, pasta 01, caixa 08. DAESP.

perpetuação da impossibilidade de assimilação dos alemães: o lar, o jardim de infância, a escola, a igreja e as associações esportivas, de classe, recreativas e culturais.

Em 1º de setembro de 1943, foi emitida e distribuída a todos os delegados de polícia dos municípios paulistas uma circular que regulava a transferência de residência de estrangeiros no país (Doc. 8). Esse documento, produzido depois que o governo brasileiro definiu seu apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, acarretou inúmeras conseqüências no cotidiano dos "súditos do Eixo" (o que incluía até os naturalizados). A partir dessa circular, alemães, japoneses, italianos, romenos e eslovacos tinham que solicitar licença para transferir sua residência, mesmo dentro do município onde moravam. A licença era pleiteada através de requerimento, e nela deveria constar:

*"o nome das pessoas que pretendiam mudar-se, filiação, nacionalidade, naturalidade, dia, mês e ano do nascimento, estado civil, profissão, número da carteira modelo 19 ou da certidão modelo 20, residência atual e para onde pretendiam mudar-se, esclarecendo a rua, número da casa, bairro e entre quais quarteirões ficava localizada a nova residência, quando se tratava de zona urbana, ou o bairro, distrito ou propriedade agrícola, quando se tratava de zona suburbana ou rural".*¹⁵⁰

Nos casos de mudança da família, o requerimento poderia ser feito em nome do chefe da família. Cidadãos naturais de "nação amiga ou neutra" estavam dispensados de qualquer autorização desse tipo.

Nessa circular fica claro que o núcleo familiar constituía a célula da sociedade, o que expressa os valores cristãos vigentes durante o período estadonovista. E também a ameaça representada pelos familiares, como o cônjuge; filhos e filhas, enteados e enteadas, sobrinhos e sobrinhas, além de

¹⁵⁰ Circular de transferência de residência de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política de Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP, DAESP.

CIRCULAR

São Paulo, 1.º de setembro de 1943.

Sr. Delegado de Polícia,

Com relação às transferências de residência dos súbditos dos países do "Eixo" e seus aliados, recomendo suas providências no sentido de serem observadas, doravante, as instruções abaixo, ficando sem efeito as anteriormente expedidas por esta Delegacia.

1.º — Não podem mudar-se sem prévia licença da Polícia as pessoas naturais dos países do "Eixo" e seus aliados;

2.º — São súbditos dos países do "Eixo" e seus aliados, para os efeitos desta circular, os naturais dos seguintes países: Alemanha, Itália, Japão, Austria, Hungria, Bulgária, România e Eslováquia, mesmo que tenham obtido a cidadania brasileira, por título declaratório ou naturalização;

3.º — Para obter essa licença, os interessados deverão dirigir-se, em requerimento devidamente selado e com firma reconhecida, ao Delegado de Polícia do município onde residem;

4.º — O requerimento, que deverá ser selado com Cr.\$ 3,00 em selos do Estado, mais o selo de Educação e Saúde, deverá conter o seguinte, por extenso: nome das pessoas que pretendem mudar-se, filiação, nacionalidade, naturalidade, dia, mês e ano do nascimento, estado civil, profissão, número da carteira modelo 19 ou da certidão modelo 20 e lugar onde a mesma foi expedida, residência atual e para onde pretendem mudar-se, esclarecendo a rua, número da casa, bairro e entre que quarteirões fica localizada a nova residência, quando se tratar de zona urbana, ou o bairro, distrito ou propriedade agrícola, quando se tratar de zona suburbana ou rural;

5.º — Tratando-se de família, bastará um só requerimento, assinado pelo respectivo chefe, observadas as instruções do item anterior, e, a autorização concedida a êste, será extensiva a toda a família;

6.º — Outrossim, o que se deve levar em conta, quando se trate de família, é a nacionalidade do respectivo chefe.

Sendo o chefe brasileiro ou natural de nação amiga ou neutra, a mudança da família independe de licença, ainda que entre seus componentes existam estrangeiros naturais dos países enumerados no item 2.º, salvo se houver, com relação a qualquer destes, alguma razão especial de suspeita, hipótese em que as restrições que contra êles couberem se aplicarão a toda a família, devendo a autoridade tê-las em vista quando o caso chegar ao seu conhecimento;

7.º — Para os efeitos desta circular consideram-se membros da família do requerente, desde que vivam em sua companhia e sob sua responsabilidade:

- I — O cônjuge;
- II — As filhas, enteadas, sobrinhas e irmãs solteiras ou viúvas;
- III — Os filhos, enteados, sobrinhos e irmãos menores ou incapazes;
- IV — Os pais;
- V — Os netos;
- VI — Os avós.

8.º — Entregue o requerimento na Delegacia, a autoridade o encaminhará, independente de ofício, ao Delegado do município para o qual o interessado pretende mudar-se, afim de ser informado sobre a conveniência ou não da mudança;

9.º — Recebendo o requerimento, a autoridade do destino o informará e devolverá, com a possível urgência, à autoridade remetente, e esta, de acôrdo com a informação, o deferirá ou não, dando ciência do seu despacho ao interessado;

10.º — No caso de ser o requerimento deferido, a autoridade visará o salvo-conduto dos interessados, anotando, nas folhas de "Observações", que os mesmos estão autorizados a transferir seu domicílio para o município tal, notificando-os de que deverão apresentar-se ao Delegado do município de sua nova residência, dentro do prazo de dez dias, para a anotação de suas residências na carteira modelo 19 ou certidão modelo 20;

11.º — Para a apreciação dos casos as autoridades deverão levar sempre em conta o seguinte:

a) — que não é recomendável o aumento de densidade de populações da mesma nacionalidade nos "quistos" ou núcleos de japoneses e alemães já existentes;

b) — que, no interesse da Segurança Nacional, não se devem localizar os estrangeiros mencionados no item 2.º, nas proximidades de pontos estratégicos importantes, tais como: quartéis, usinas elétricas, grandes indústrias, pontes importantes, etc.;

12.º) — Quando o indivíduo que transfere sua residência for suspeito, tal fato deverá ser comunicado por ofício ao Delegado de Polícia da nova residência, para a devida vigilância;

13.º) — Quando a mudança de residência for para outro Estado, deverá o interessado se dirigir a esta Delegacia, em requerimento, na forma dos itens 3.º e 4.º;

14.º) — Nenhuma pessoa natural dos países mencionados no item 2.º poderá mudar-se de outro Estado para o de São Paulo, sem autorização prévia desta Delegacia;

15.º) — Toda vez que, proveniente de outro Estado, chegue, de mudança, ao município, alguma pessoa natural de qualquer dos países do "Eixo" ou de seus aliados, sem a autorização a que se refere esta circular, o Delegado local comunicará imediatamente o fato a esta Delegacia, informando, desde logo, se há ou não inconveniente em que o aludido forasteiro fique morando no município e, enquanto aguarda a decisão desta Delegacia, manterá vigilância em torno do mesmo, podendo fazê-lo esperar detido na Cadeia local, se houver razões de maior gravidade para isso;

16.º) — Nos casos de transgressão das presentes instruções, proceder-se-á de conformidade com a espécie:

a) — se a desobediência foi intencional, os transgressores deverão ser detidos e recambiados ao município de origem, fazendo-se as necessárias investigações em torno de suas atividades;

b) — se a transgressão se deu por ignorância, o caso poderá ser resolvido com advertência e obrigação de o interessado cumprir (mesmo posteriormente à mudança) as instruções desta circular;

17.º) — Na Capital, as transferências de residência estão a cargo desta Delegacia, à qual deverão os interessados se dirigir em requerimento e na forma dos itens 3.º e 4.º;

18.º) — Em todos os casos de mudança de domicílio deverão ser cumpridas as formalidades previstas no Decreto-Lei n.º 3010, relativamente à anotação na carteira modelo 19 ou certidão modelo 20;

19.º) — As mudanças dos súbditos dos países referidos no item 2.º, dentro do mesmo município, serão resolvidas pelas respectivas autoridades;

20.º) — Mudança para o litoral de qualquer estrangeiro compreendido no item 2.º só se concederá em casos especialíssimos, mediante prévia autorização do Sr. Superintendente de Segurança Política e Social.

Os pontos do litoral acima referidos são os seguintes: — ANA DIAS, ARIRI, ARARAPIARA, AREIA-BRANCA, BERTIOGA, BIGUÁ, CAMBURI, CARAGUATATUBA, CAMBURIÚ CEDRO, COLÔNIA JAPONESA, CANANÉA, CUBATÃO, ESTALEIRO, FORMOSA (Ilha de S. Sebastião), GASPAR RICARDO, GUARUJÁ, ITATINGA, ITAPEMA, ITARIRI, ITANHAEM, ITABERÁ, IGUAPE, ITAÚNA, JARAÇATIÁ, JUQUIÁ, JACUPIRANGA, MARANDUBA, MOCOÓCA, MANOEL DA NOBREGA, PORTO-NOVO, PEDRO TAQUES, PRAIA GRANDE, PERUIBE, PEDRO DE TOLEDO, PADRE ANCHIETA, PEDRO BARROS, PRELADO, PARIQUERA-ASSÚ, PORTO SABAÚNA, PIMENTA, RAPOSO TAVARES, REGISTO, SANTOS, S. VICENTE, S. FRANCISCO, S. SEBASTIÃO, SAMARITÁ, SUARÃO, SETE BARRAS, UBATUBA, VILA BALNEÁRIA, VILA ATLÂNTICA e VERDE MAR;

21.º) — Os interessados, cujos requerimentos forem deferidos nesta Capital, terão seus nomes publicados na imprensa local, depois do que poderão mudar-se, independente de qualquer outra formalidade policial, devendo, porém, comparecer à Delegacia Especializada de Estrangeiros (caso a nova residência seja nesta Capital), ou na delegacia do Município (caso a nova residência seja no Interior), dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da mudança, afim-de ser feita a devida anotação em suas carteiras modelo 19 ou certidão modelo 20.

Saudações atenciosas.

— AUGUSTO GONZAGA —

Delegado do Ordem Política e Social

Documento 8 - Circular de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP. DAESP.

Sup. Seg. Política e Social
PROT. GERAL
Data de Entrada 8 8 ABR 1944
Processo nº 19028

irmãos e irmãs menores e incapazes, pais, netos e avós que conviviam com aqueles que estavam fora dos padrões ideológicos e culturais pretendidos para a nação em construção.

O controle sobre os “súditos do Eixo” era exercido por meio da burocratização dos órgãos, que, desmembrados em diversos departamentos e seções, contavam com profissionais nem sempre preparados para suas funções e normalmente guiados por valores nacionalistas e xenófobos.

[A organização da polícia, por outro lado, era surpreendentemente rápida; contando com um instrumento bastante precioso e moderno para época - o rádio - , os delegados das diversas cidades do estado de São Paulo conseguiam vigiar a mobilidade dos estrangeiros, instalando uma geopolítica do controle. Essa prática do cerceamento da mobilidade dos estrangeiros demonstra uma preocupação com o perigo, sobretudo militar que estes representavam, tanto no nível do real quanto do imaginário.

O delegado recebia o requerimento e, quando se tratava de transferência para outro município, deveria informar-se com a autoridade local sobre a conveniência de tal mudança; era preciso evitar, sobretudo a formação de “quistos” e a proximidade dos estrangeiros de “pontos estratégicos” militares brasileiros, ambas questões relacionadas com a soberania e a segurança nacional:]

a) não é recomendável o aumento de densidade de populações da mesma nacionalidade nos “quistos” ou núcleos de japoneses e alemães já existentes;

b) que, no interesse da Segurança Nacional, não se devem localizar os estrangeiros mencionados no item 2 (alemães, japoneses, italianos, romenos e eslovacos), nas proximidades de pontos estratégicos importantes, tais como: quartéis, usinas elétricas, grandes indústrias, pontes importantes, etc.¹⁵¹.

¹⁵¹ Circular de transferência de residência de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política de Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP, DAESP.

Há ainda, na circular, uma menção especial à formação de "quistos" no litoral: mais do que em qualquer outro lugar, era preciso evitar que os "súditos do Eixo" habitassem a costa brasileira, tornando o país preza fácil em caso de invasão inimiga (a polícia não duvidava que tais estrangeiros passariam imediatamente para o lado daqueles com quem se identificavam culturalmente, armando-se contra exército brasileiro).

O caso de Dam Kungel¹⁵² é exemplar. Prontuariado como lavrador, possuía terras em Presidente Venceslau e pediu título de domínio à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo. Por ser "alemão", foi investigado pela Superintendência de Ordem Política e Social, que averiguou seu histórico político e social e a possível "localização estratégica do lote".

A preocupação com a Segurança Nacional chegou a repercutir na prática do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e seus respectivos braços nos estados (DEIP), censuraram a divulgação de operações militares brasileiras em órgãos de imprensa. Como lembra Silvana Goulart, em seu estudo sobre o DIP e o DEIP:

*"era proibida a divulgação das operações estratégicas da forças armadas brasileiras, o transporte de material bélico, o contingente de soldados enviados ao front, o recrutamento, etc."*¹⁵³

Assim o controle de informações sobre a guerra, a localização do inimigo evitando sua concentração e proximidade a pontos estratégicos demonstra o cuidado por parte do governo com a espionagem de guerra, e também com a rápida mobilização da comunidade agora encarada como inimiga dentro do território nacional.

¹⁵² *Prontuário 49.518 de Adão Kungel*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁵³ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: op. cit.

A população também demonstrava medo diante do “perigo militar” representado pelos estrangeiros. No prontuário de Adolf Keru, há uma carta-denúncia de Francisco Pereira (Doc.9). Este teria viajado a São Paulo, hospedando-se em uma casa onde vivia um garoto que lhe contara coisas sobre as “atitudes suspeitas” de seu vizinho alemão (Adolf Keru). Ao retornar a Santa Rosa, Francisco Pereira escreveu uma carta apontando os “indícios” que o levavam a desconfiar de Keru: o alemão residia sozinho, às vezes fazia barulhos “diferentes”, recebia visita de outros alemães e tinha sido visto “riscando mapas”. Concluía sua carta dizendo considerar necessário que a polícia investigasse o alemão para saber se se tratava de fato de um “traidor”. Palavras finais da carta: sendo ele um “brasileiro”, sentia-se “obrigado a observar essas coisinhas de nossos traidores” e “ser interessado pelo o bem de nosso Brasil”.

Imbuído de sentimentos nacionalistas, o cidadão comum passa a ser um vigilante do comportamento de pessoas “suspeitas”, tornando-se ele próprio um espião. Esse foi também o caso de Oswaldo Guerra, que, por causa de uma conversa ouvida em um bar, decidiu denunciar Egon Goldchaalk como “elemento bastante nocivo, verdadeiro inimigo do nosso povo e de nosso Querido Brasil”:

Oswaldo conhecia um dos senhores que estavam no bar e, ao aproximar-se, ouviu que Egon Goldchalk lhe contava que entrara no Brasil como turista e conseguira naturalizar-se brasileiro, pois, cursara Direito “em uma de nossas Escolas Superiores, permitindo-o (sic) assim obter um diploma e exercer a profissão de advogado.”

ENCAMINHE-SE
26 ABR 1944

Santa Rosa 25 de abril 1944
 Delegacia de Investigação em Falso
 saber as seguintes informações
 inquiri um Sr. Alemão na
 Rua Juaimbe 3ª casa adiante da
 casa N.º 811 e notei alguma
 diferença sobre o que um mineiro
 me contou este Sr. Alemão mas
 sozinho notei que ele não tem impresso
 notaõ ardezes algum barulho diferente
 e as vezes ^{em casa} chegam alguns outros alemães
 e foi visto fazendo alguns mapas e
 por tanto eu sabendo disto me
 interessei a comunicar para ver
 si interessa a investigação investigar
 esse dito alemão para ver si elle
 esta tratando de qualquer traição
 contra o nosso Brazil eu acho que
 todos nos Brasileiros Seremos obrigado
 a observar estas coizinhas dos nossos
 traidores e na mais sou este
 que me interesse pelo os Bem
 di nosso Brazil

Francisco Pereira

O sentimento de xenofobia aparece claramente. O estrangeiro não é bem visto como morador do país, pois se aproveita dos benefícios que são oferecidos e passa a ser um concorrente profissional. Oswaldo Guerra declarou que o próprio Egon Goldchalk afirmara que viera ao Brasil indicado pelo Partido Nazista a pedido do cônsul alemão do Rio de Janeiro, e que fazia reuniões em sua casa com a presença de um italiano chamado Adelmo Pucciarelli, ex-presidente do extinto partido fascista Dopolavoro (Doc. 10)

As circulares também previam os casos de transgressão, que poderiam ser institucional ou por ignorância:

a) se a desobediência for institucional, os transgressores deverão ser detidos e recambiados ao município de origem, fazendo-se as necessárias investigações em torno de suas atividades;

*b) se a transgressão se deu por ignorância, o caso poderá ser resolvido com advertência e obrigação de o interessado cumprir (mesmo posteriormente à mudança) as instruções desta circular.*¹⁵⁴

Durante o período da guerra, os pedidos de salvo-conduto são os documentos que mais se destacam dentre aqueles que se referem à mobilidade dos alemães em São Paulo. Mesmo para deslocamentos dentro do próprio estado de São Paulo, era necessário enviar um requerimento ao delegado de Ordem Política e Social, indicando a localidade a que a pessoa se destinava e o prazo de sua estadia. Uma vez expedido o requerimento, o estrangeiro estava autorizado a empreender a viagem, sendo obrigado a exibi-lo sempre que lhe fosse solicitado. Devido ao imenso número de pedidos, criou-se a caderneta de salvo-condutos¹⁵⁵, fornecida pela Superintendência de Segurança Política e Social para

¹⁵⁴ Circular de transferência de residência de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política e Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁵⁵ Caderneta de salvo-conduto. Superintendência de Segurança Política e Social. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios de Segurança Pública. s/data/ s/doc fl.01. *Prontuário 7.874 de Adolfo Vohs*. DEOPS-SP. DAESP.

Exmo. Sr. Major
e Social de São Paulo.

Superintendente da Ordem Política
e Social de São Paulo

São Paulo, 21 de [] de []
Superintendente de Seguros
Política e Social

Formulo a presente a fim de poder me dirigir a V.
Excia., para lhe expôr o seguinte:

Primeiramente: Chamo-me Oswaldo Guerra, reservista,
e resido á rua Baguery, 56, nesta Capital. Em seguida, pe-
ço desculpas á V. Excia. por fazê-lo perder alguns minu-
tos do seu preciosissimo tempo, mas na qualidade de Bra-
sileiro penso sêr-me um dever cooperar no que me fôr pos-
sível pelo bem estar de minha Querida Patria, e portanto,
nãõ seria possível, ou melhor, o mais ediondo de todos os
crimes, se deixasse passar incolume o que eu ouvi, quando
dois senhores, num bar, á praça da Sé, comentavam á res-
peito de alguns individuos de nacionalidades alemã e ita-
liana, que segundo, parecem sêr elementos bastante nocivos
verdadeiros inimigos do nosso povo e de nosso Querido Bra-
sil.

Sendo eu conhecido de um deles, cujo nome é Sr. An-
tonio Silva, residente á Av. Celso Garcia, 3.138, casa, 28,
aproximei-me mais para melhor ouvir o que ambos conversa-
vam. Pôde, assim, ouvir que se referiam a um "tal" Egon
Goldchak, alemão, funcionario de uma grande firma indus-
trial aqui instalada, os quais comentavam ter o mesmo vin-
do ao Brasil na qualidade de turista, conseguindo, entre-
tanto, aqui, naturalisar-se brasileiro, possivelmente, com
documentos falsos, mas que o mesmo sempre afirmára ter vin-
do indicado pelo partido nazista, a pedido do consul ale-
mão, com séde no Rio de Janeiro.

Conseguiu o "tal" Egon Goldchak cursar Direito em
uma de nossas Escolas Superior, permitindo-o assim á obter
um Diploma e exercer a profissão de advogado, prestando
seus serviços á firma em que trabalha. Conseguiu, ainda,

Conto certo
28.8.43
Hilary

obter um certificado de Reservista. (não sabem sê de 2ª ou 3ª categoria)

Disseram, mais, que esse mesmo individuo tem por âmbito formar reuniões em sua residencia á rua Avaré, 43, (Pacaenbú) delas participando um italiano de nome Adelmo Pucciarelli, ex-presidente do extinto Dopolavoro e ex-membro do falecido partido facista que se radicavam aqui em nossa Capital.

Manifestou o Sr. Antonio Silva vontade de ir até a Superintendencia da Ordem Politica e Social afin de expôr á V. Excia., tudo quanto sabe a respeito desses individuos, mas com receio de que os mesmos viessem a saber ter sido ele o autor da denuncia, poderia ele sofrer perseguições por parte dos mesmos, pois que ele é empregado da firma da qual os "tais" Egon Goldchak e Adelmo Pucciarelli são membros componentes da Diretoria.

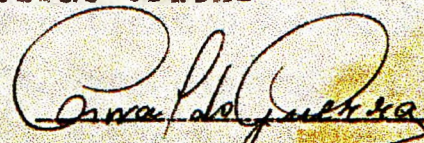
Tenho certeza, Sr. Major, que se V. Excia. mandasse intimar o Sr. Antonio Silva, o mesmo lhe forneceria dados preciosos, e com a melhor bõa vontade, referente a "tais" individuos.

Quanto a outra pessoa que conversava com o Sr. Silva, soube chamar-se Dr. Teixeira, advogado, parecendo-me estar o mesmo tambem bastante ao par da vida desses individuos. Tenho certeza que o Dr. Teixeira tambem se prontificaria a fornecer detalhes a respeito.

Lamento não saber o endereço do Dr. Teixeira para da-lo á V. Excia, mas o Sr. Antonio Silva deve saber, pois os mesmos são amigos intimos

Sem mais, um Viva Bem Forte ao Nosso Querido
BRASIL.

Atenciosamente, subscrevo-me, pondo-me inteiramente as vossas ordens.



(a.) Oswaldo Guerra

facilitar a expedição de salvo-condutos e aperfeiçoar o controle, uma vez que o histórico de viagens do indivíduo ficava em um só documento. A caderneta trazia os procedimentos que deveriam ser tomados pelos estrangeiros que pretendiam viajar (Doc. 11).

Chegando ao local de destino, o estrangeiro deveria apresentar-se à autoridade policial, para que esta efetuasse as anotações necessárias em sua caderneta. Ao término do prazo descrito no salvo-conduto, o estrangeiro tinha que solicitar novo "visto" para retornar ao local de origem, pois, cada visto tinha validade para apenas uma viagem.]

Segundo Elizabeth Cancelli, foi a partir de novembro de 1935 que o governo brasileiro "*exigiu que todos que quisessem viajar deveriam ter uma permissão especial da polícia*"¹⁵⁶. O controle da locomoção dos indivíduos foi inicialmente empregado para localização de comunistas durante as fases mais agudas de repressão policial, compreendidas logo após a Intentona de 1935 e a elaboração fantasiosa do Plano Cohen, em 1937. Por volta de 1938, quando Getúlio Vargas começou a se dedicar com mais cuidado à questão da formação da brasilidade, o salvo-conduto passou a servir para controlar os estrangeiros. A intenção era coibir a concentração de "quistos raciais".

Depois de 1942, quando o Brasil definiu sua participação na guerra ao lado dos Aliados, a caderneta de salvo-conduto foi importante na descoberta e prevenção de planos de sabotagem e envio de informações militares para o inimigo. É nesse momento que o estrangeiro visado por esse instrumento de controle passa a ser o oriundo de países do Eixo ou que estão sob o seu domínio. O caso de Adolf Grunebaum é ilustrativo da alteração dos motivos de uso do

¹⁵⁶ CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p.117.

DOCUMENTOS EXIBIDOS			
Cart. Mod. 19: 5381	Cert. reg. n.º	Salvo-Conduto Nº 323783	
Reg. Geral: 77 816	De Curitiba-Paraná		
NOME DO PORTADOR (POR EXTENSO)			
Adolfo Vofs			
ASSINATURA DO PORTADOR			
FILIAÇÃO	Pat	Ferdinando Vofs	
	Mãe	Maria Brantigan	
NACIONALIDADE		NATURAL DE	
alemã		Grafscraft	
DATA DO NASCIMENTO		EST. CIVIL	SEXO
4	3	8	M
<small>Dia</small>	<small>Mês</small>	<small>Ano</small>	<small>Profissão</small>
			religioso
N.º de Carteira expedida		RESIDÊNCIA	
		Convento Ste. Antonio-Póá-S. Paul	

Documento 11 - Caderneta de salvo-conduto. Superintendência de Segurança Política e Social. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios de Segurança Pública. *Prontuário 7.874 de Adolfo Vofs*. DEOPS-SP. DAESP

salvo-conduto: ele teve seu salvo-conduto suspenso, no final de 1937, nas palavras de Washington Osório de Oliveira, juiz federal da Primeira Vara do Estado de São Paulo, pelo “sobrevindo da guerra”.

Dessa maneira, o salvo-conduto reforça a circular de transferência de residência, criada especificamente para o controle de circulação dos “súditos do Eixo”. Verifica-se que as medidas tomadas pelo governo sofreram transformação para se adaptarem aos vários estigmas que vão surgindo no decorrer da Era Vargas.

A maioria dos pedidos de salvo-conduto era feita por funcionários de firmas ou indústrias nacionais conhecidas, como Klabin¹⁵⁷ (Doc. 12), Manufatura de Brinquedos Estrela¹⁵⁸ (Doc. 13), Cia de Melhoramentos de São Paulo¹⁵⁹, dentre outras, que precisavam obter permissão para viajar a serviço. Podemos citar os casos de Adolfo Weil¹⁶⁰, refugiado israelita e funcionário da Manufatura de Brinquedos Estrela LTDA., que solicitou vários salvo-condutos para viajar a Santos e a Florianópolis, durante os anos de 1944 e 1945, com o intuito de exibir aos clientes mostruários de artigos produzidos pela firma. Siegfried Adler¹⁶¹, gerente desta firma, solicitou, em 1944, salvo-conduto a Weil, lembrando que, em 1938, este não pode viajar a Santos por não ter obtido a dita autorização.

Outros exemplos: o requerimento de salvo-conduto para Adam Spich foi assinado por Jacob Klabin Lafer, diretor da indústria Klabin de Celulose, para este viajar ao Paraná, onde estava localizada esta indústria; já Albert Falk, funcionário

¹⁵⁷ *Prontuário 42.697 de Adam Spich.* DEOPS-SP, DAESP.

¹⁵⁸ *Prontuário 20.505 de Herbert Cohn e prontuário 20.403 de Adolf Weil.* DEOPS-SP, DAESP.

¹⁵⁹ *Prontuário 40.362 de Adalbert Konneccy e Prontuário 20.403 de Adolf Weil.* DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶⁰ *Prontuário 20.403 de Adolf Weil.* DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶¹ *Requerimento de Siegfried Adler a Fernando Braga Pereira da Rocha, delegado de Ordem Política e Social. Gerência da Manufatura de Brinquedos Estrela LTDA. São Paulo, 3/11/44. Prontuário 20.403 de Adolf Weil.* DEOPS-SP, DAESP.

INDUSTRIAS KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE S. A.



SEDE:
RUA FLORENCIO DE ABREU, 54
Caixa Postal, 524

SÃO PAULO, 11 de Abril de 1944.

Ao Sr. Dr. Delegado Chefe da Seção de Salvo-Conduitos.

Nesta .

Prezado Senhor,

Serve a presente para certificar que JOHANNES WILHELM MOLLER vae prestar seus servigos na construção de nossa Fabrica de Papel e Celulose, no Paraná, necessitando de salvo-conduto para dirigir-se a Pirai, naquele Estado.

Atenciosamente,

CARTORIO DO TABELIAO MENOTTI

São Paulo, 11 de Abril de 1944
INDUSTRIAS KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE S/A.

Reconheço a Assinatura de João
São Paulo, 11 de Abril de 1944
Em test. da verdade,

JACOB KLABIN LAFER
Diretor.





Manufatura de Brinquedos

ESTRELLA S.A.

SÃO PAULO

RUA JOAQUIM CARLOS, 266
Caixa Postal 4414 - Fone: 3-4134
End. Telegr.: "BRINQUELLA"

São Paulo, 3 de Abril de 1945

Exmo. Snr.

Dr. CHEFE DO SERVIÇO DE SALVO-CONDUTOS
CAPITAL

Prezado Snr.

Pela presente confirmamos que o sr. Adolfo Weil, nosso viajante para a cidade de Santos desde 1937, deve se dirigir em viagem para aquela cidade a-fim de tratar da exibição, aos nossos fregueses, de mostruários de artigos de nosso sortimento para o corrente ano.

Agradecendo de antemão a atenção que ao mesmo for dispensada, firmamo-nos, com o maior acatamento e real apreço,

Atenciosamente,
MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELLA S.A.

D/asa. MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELLA S.A.

67 - Avenida Uma Voz - Tels.: 3-2813 e 3-1007

Reconheço a [assinatura]

S. Paulo, 3 de Abril de 1945

Em test.º [assinatura] da verdade.

Escriventes autorizados Luiz A. N. Caldas
Herculano M. Corrêa - Luiz Borba de Araújo

Dr. Fernando Meirelles
10.º Tabalão - Bucharia



da Importadora e Exportadora de Material Ferroviário LTDA, solicitou vários salvo-condutos para viajar por cidades de vários estados, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. [Antes de deferir o salvo-conduto, o delegado de polícia de São Paulo solicitava, através de radiotelegrama, informações sobre o caso, para evitar eventuais problemas.]

[As medidas do governo para dificultar as viagens de “súditos do Eixo” interferiram na vida profissional das pessoas: pode-se dizer que funcionários brasileiros gozavam da preferência das firmas em detrimento dos estrangeiros, pois não tinham os mesmos empecilhos de locomoção.]

Para não serem tão prejudicados, alguns funcionários inventavam maneiras de driblar as regras impostas. Ernst Georg Friemann, por exemplo, técnico-têxtil da Companhia de Produtos Químicos Industriais M. Hamers requereu¹⁶² à superintendência um salvo-conduto para “viajar dentro do Estado de São Paulo, com exceção do litoral, com o fim de orientar alguns fabricantes de tecidos no emprego de diversos produtos têxteis”.]

Em outubro de 1942, a Secretaria de Segurança Pública remeteu às delegacias regionais de polícia a Circular Reservada 78 e o Radiotelegrama 2.177, solicitando a relação dos automóveis do município pertencentes aos “súditos do Eixo”¹⁶³ e ditando uma série de novas regras: o proprietário do veículo deveria assinar o termo de arrolamento e compromisso¹⁶⁴ pelo qual se responsabilizava a entregar imediatamente à autoridade competente seu

¹⁶² Requerimento de salvo conduto de Ernest Georg Friemann a Superintendência de Ordem Política e Social. fl 02. São Paulo 31/5/194. *Prontuário 20.423 de Ernest Georg Friemann*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶³ Ofício de Miguel de Castro Peres, delegado de polícia adjunto ao major superintendente de Segurança Política e Social. Delegacia Regional de Polícia de Bauru. Bauru, 31 de dezembro de 1942. *Prontuário 552 (4º vol) da Delegacia Regional de Bauru*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶⁴ Termo de compromisso e responsabilidade. Delegacia de Polícia de Bauru. *Prontuário 552 (4º vol) da Delegacia Regional de Bauru*. DEOPS-SP, DAESP.

automóvel, assim que requisitado; que o veículo deveria ser apenas conduzido por motorista brasileiro, designado pela polícia; e que trafegasse somente nos serviços da lavoura.

Havia também medidas restritivas em relação à carteira de motorista e à compra de gasolina por "súditos do eixo". Alfredo Otto Guilherme¹⁶⁵, por exemplo, foi preso por comprar gasolina clandestinamente. Estes pedidos, somadas às informações contidas nas fichas de qualificação, permite-nos traçar um primeiro perfil da sociedade alemã fixada na capital paulista.

O simples fato de um indivíduo de origem alemã querer mudar de residência poderia levantar suspeita sobre suas atividades políticas. Após 1939, esse controle foi se aprimorando com base no aperfeiçoamento da burocracia policial que, a partir das incidências cotidianas, foi se adequando e sistematizando sua conduta.

Alfredo Kohler¹⁶⁶, por exemplo, que havia sido preso em 1943, chegou a ficar nove dias à disposição da polícia para "simples averiguações". O alerta foi dado quando este requereu, no mesmo ano, transferência de residência da Rua Maranhão, 491, bairro de Higienópolis, para Rua Anhangabaú, 1092, apartamento 1. Logo em seguida, pediu para se transferir da Rua Anhangabaú, 1092, para Rua Quintino Bocayuva, no Tatuapé. A polícia, desconfiada, averiguou seus antecedentes políticos junto à Polícia de Joinville, local onde havia sido expedida a carteira de identidade do suspeito.

¹⁶⁵ Registro de prisão de Alfredo Otto Guilherme Schimacher. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 14/02/1944. *Prontuário 9.174 de Alfredo Otto Guilherme Schimacher*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶⁶ *Prontuário 10.594 de Alfredo Kohler*. DEOPS-SP, DAESP.

Outras solicitações comuns eram para viagens de férias em cidades como Poços de Caldas, Santos e Rio de Janeiro, ou para visitas a familiares. Entretanto, independentemente do local ou do motivo, se o indivíduo fosse identificado como “do Eixo”, era caso de suspeição. Alfred Grünwald com 74 anos, morador do Asilo dos Velhos da Sociedade Religiosa Israelita, pediu, em 1944, permissão para visitar sua filha adoentada, residente em Bertioga. Tal pedido foi indeferido. No ano seguinte, de posse de atestado médico que comprovava sofrer de hipertensão e que recomendava repouso a beira-mar, o mesmo Alfred Grünwald pediu autorização para viajar para o litoral, o que foi novamente negado, de acordo com a circular¹⁶⁷ que não permitia a estada de “súditos do Eixo” em locais estratégicos, como a costa brasileira.

Por essa mesma razão, durante o ano de 1944, Adam Gefeld¹⁶⁸ teve que abandonar a cidade de Santos, onde residiam sua mulher e filhos, até dezembro de 1945. Situação semelhante foi vivenciada por Adolfo Ammann¹⁶⁹ (Doc. 14), radicado no Brasil desde 1924 e que trabalhava em Cubatão, Santos e Guarujá como cozinheiro. Em 1942, ele foi preso por morar no litoral e não possuir documento que comprovasse sua identidade (Doc. 5). No ano seguinte, Adolfo foi transferido para o Presídio de Imigração de São Paulo. Na conclusão dos autos, está escrito que sua prisão se deveu ao fato de ele portar apenas passaporte como prova de sua identidade, e não a carteira modelo 19, exigida a todos os estrangeiros.

¹⁶⁷ Circular de transferência de residência de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política de Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶⁸ *Prontuário 9.815 de Adam Gefeld*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁶⁹ *Prontuário 43.658 de Adolf Ammann*. DEOPS-SP, DAESP.



SUPERINTENDENCIA DE SEGURANÇA POLITICA E SOCIAL

SÃO PAULO

CHEFIA DO "SERVIÇO SECRETO"

INFORMAÇÃO

ADOLF ARMANN - Apresentado a ésta Delegacia com Of. 1490, da Delegacia Regional de Policia de Santos - Foi detido por ser alemão, trabalhando no Guarujá, néssa Região, sem possuir qualquer documento de identidade - Foi em 27-10-42, recolhido ao xadrez desta Superintendência. =

São Paulo, 21-7-1943

[Assinatura ilegível]

= CHEFE DO "SS" =

<u>CHEFIA DO "SS"</u>	
JUNTE-SE AO PRONTUARIO	
SP.	22 de Julho 1943
<i>[Assinatura]</i>	
Del. Esp. D. Pol. Social	

HBM/SS. =

A constante troca de informações entre as Delegacias de Ordem Política e Social possibilita ao historiador mais atento desvendar os mecanismos de atuação que caracterizaram este órgão repressor nas décadas de 1930 e 1940. Dados considerados importantes a respeito do "suspeito" eram, diariamente, informados através de radiotelegramas e relatórios de investigação trocados entre as dezenas de sedes estaduais. Uma mera constatação de residência podia confirmar suspeita de ligações com os países do Eixo, redes de espionagem ou propaganda nazista.

Essa prática pode ser constatada no caso de Andreas Gehret, acusado, em 1943, de ser "súdito do Reich". A tramitação da documentação segue uma lógica articulada de forma a levantar suspeitas sobre aqueles que, comprometidos ou não com o nazismo, tivessem nacionalidade alemã. O controle dessa comunidade - que no ano de 1943 totalizava cerca de 33.397 alemães no estado de São Paulo, 20.702 dos quais na capital paulistana - se fazia não apenas sobre o livre direito de ir e vir, mas também sobre a posse de objetos que pudessem emitir informações sobre o Brasil ou receber notícias do exterior, como, por exemplo, aparelhos transmissores e receptores de mensagem¹⁷⁰ ou máquinas fotográficas.

Em 1942, Adolpho Arnhold¹⁷¹ e Hans Lewin, ambos nascidos na Alemanha, foram levados à Superintendência de Ordem Política e Social, porque o primeiro estava fotografando a represa de Santo Amaro enquanto conversavam em alemão (Doc. 15). Nos termos de declaração de ambos está a declaração de Adolpho Arnhold de morava no Brasil havia dois anos, tendo fugido da Alemanha

¹⁷⁰ *Decreto-lei 2985 de 27/01/1941*. Dispõe sobre o emprego de aparelhos de telecomunicações no território nacional enquanto durar a guerra atual e *Decreto-lei 4701 de 17/09/1942*. Dispõe sobre o comércio de aparelhos de rádio transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências.

¹⁷¹ *Prontuário 7.495 de Adolfo Arnhold*. DEOPS-SP, DAESP.

Superintendência de Segurança Política e Social

N.º

Anotação para o Prontuário

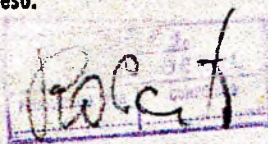
O prêso: *Adolpho Arnhold* —
Arnhold foi nesta data recolhido
 á disposição da Delegacia de *C. P.*
Social

Motivo da prisão: *por testar as fotos -*
gafia de repêta de Itó. Quirós

São Paulo, *24* de *7* de 19*42*

[Assinatura]
 DELEGADO

NOTA: — Um talão para cada prêso.



Mod. 68

por ser contra o regime nazista. Alegou ainda ser naturalizado norte-americano e que estava fotografando a região por se sentir atraído pela beleza da paisagem (Doc. 16).

Os detalhes contidos nos relatórios dos investigadores e nas declarações prestadas pelos "suspeitos" possibilitam a (re)construção do discurso policial articulado com base na lógica da desconfiança. Por outro lado traz também à tona, o descompasso entre as dezenas de secções especializadas de cada departamento que, nem sempre, conseguiam lidar adequadamente com as múltiplas informações armazenadas em seus arquivos. O desaparecimento de documentos e objetos (provas do crime), o confisco e o arquivamento de provas desnecessárias e a produção de uma "papelada sem finalidades específicas" nos comprova o amadorismo da nossa polícia política seduzida pelo discurso nacionalista sustentado pelo governo Vargas.

Em 31 de outubro de 1942, Alfred Georg Kieper¹⁷², a partir de denúncias feitas por seus colegas de trabalho do *Bar e Restaurante Pingüim*, situado na Praça do Correio, onde desempenhava a função de chefe de frios do balcão, foi acusado de dirigir constantemente insultos ao Brasil, aos brasileiros e as autoridades, ouvir transmissões de estação de rádio alemã, receber com entusiasmo notícias de vitórias da Alemanha, ficar satisfeito e comentar o fato entre os colegas. Segundo os denunciantes, Kieper se entendia muito bem com os alemães que freqüentavam o Bar Pingüim, comunicando-se sempre na sua língua materna. Foi também acusado de ter desenhado um navio, tendo dito aos denunciantes "que esse bastava para tomar conta do Brasil". Referindo-se a um

¹⁷² *Prontuário 11.203 de Alfred Georg Kieper*. DEOPS-SP, DAESP.

Cart. Identidad
R. Juiz. n° 439.135
Carteira 19 - Refmérica
 HANS LEWIN
 TÉCNICO ESPECIALISTA EM FOTOSTAMPA
 QUADROS PARA ESTAMPARIA DE TECIDOS

Marcos

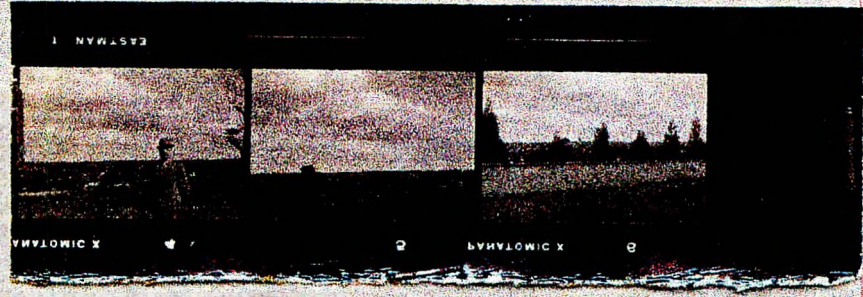
RUA JOÃO PINHEIRO, 98
 TELEFONE: 7-5188

SÃO PAULO

Carteira 19 - n° 63.579
R. Juiz. 603.858
 Adolpho Arnhold
maqueline do haitiano
haitiano

1776, Av. Paulista

SÃO PAULO



Documento 16 - Material apreendido. Prontuário 7.497 de Arnhold. DEOPS-SP. DAESP.

desfile dos estudantes, disse: "eles iriam ver quando a Alemanha vencesse"¹⁷³. Durante a busca efetuada em sua residência, a polícia apreendeu retratos de Hitler; revistas e um aparelho de rádio de marca Philips, tipo 534 A, no 1993, seis válvulas, de ondas curtas e longas adquirido na rua Santa Efigência, 146, acompanhado da nota de compra. Devido a apreensão de seu rádio, Alfred Kieper solicitou devolução de seu aparelho, razão pela qual foi aberto um novo prontuário, anexado ao principal. A constatação do desaparecimento do rádio de Kieper provou uma nova mobilização policial, expressiva dos erros e acertos de nossas autoridades, despreparados para a prática de uma investigação mais apurada e profissional. O caso do "rádio de Georg Kieper" expressava muito bem esta situação, além de trazer à tona, a mentalidade que prevalecia junto ao "SS" do DEOPS, manipulado pela doutrinação oficial gerenciado pelo Estado simpático às práticas autoritárias.

Finalizada a guerra, os súditos do eixo que tiveram que deixar a zona litorânea, começaram o processo inverso. Solicitaram a delegacia de ordem política e social para regressar a cidade costeira onde viviam. Este é o caso de Adam Gelfed¹⁷⁴, já mencionado acima, que teve seu pedido deferido para retornar a Santos, onde viviam sua mulher brasileira e seus quatro filhos. O mesmo ocorreu com Adda Cohn, israelita refugiada, que morou na França de 1933 a 1937. Justificou a intenção de morar em Santos por encontrar nesta cidade melhores condições de ganhar a vida e ter amizade com alguns de seus moradores.

¹⁷³ Relatório (cópia) da sub-chefia de Ordem Política para o delegado especializado de Ordem Política e Social. São Paulo, 31/8/1942, fl 02. *Prontuário 11.203 de Alfred Georg Kieper*. DEOPS-SP, DAESP.

¹⁷⁴ Parecer de João Queiroz de Assumpção Filho, delegado especializado de Ordem Política. Ao delegado auxiliar. Delegacia de Ordem Política e Social. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo, 27/12/1945. *Prontuário 9.815 de Adam Gelfed*. DEOPS-SP, DAESP.

As manifestações simbólicas alusivas ao nazismo passaram a ser coibidas. Em Santos, o proprietário de uma sorveteria e de um bar tinha no assoalho das duas casas comerciais um mosaico com cruces gamadas desde de 1918, data da edificação do prédio que abriga os dois estabelecimentos. Em relatório ao delegado de polícia de Santos, Luiz Tavares da Cunha, delegado adjunto da Superintendência, explica que com a entrada do Brasil na guerra, seu antecessor ordenou ao inquilino que raspasse as suásticas. Entretanto, este apenas as cobriu com uma massa que com o contínuo pisar da freguesia se desgastou.

Alberto Oncken, gerente da *Farmácia Alemã*, de propriedade de sua esposa Ellen Oncken, foi denunciado por J. Carvalho Parreiras, diretor do Serviço de fiscalização do Exercício Profissional do Departamento de Saúde da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública por utilizar a cruz gamada nos rótulos dos impressos de receitas. Em 1940, a Delegacia de Polícia de Rio Claro abriu um inquérito para ouvir o acusado, os proprietários das tipografias onde foram impressos os formulários e alguns clientes. Procedeu-se a apreensão dos rótulos e dos clichês destinados a sua confecção.

Oncken alegou que utilizou a cruz gamada nos rótulos das receitas sem finalidade de propaganda política e que não pertencia a nenhuma célula nazista. Já utilizava a "Águia Negra" nos rótulos e com a implantação do regime nazista, apenas a substituiu pela cruz gamada, pois era a insígnia de seu país de origem. Este inquérito policial foi levado ao Tribunal de Segurança Nacional. Atendendo o Ministério Público, este tribunal deferiu o arquivamento do inquérito, pois os autos não ofereceram elementos de culpabilidade do acusado¹⁷⁵.

¹⁷⁵ *Processo 1476 de Alberto Onken. TSN -AN-RJ.*

3.4 – Sociedades vigiadas

3.4.1 - Movimento de Alemães Livres

Inúmeros foram os movimentos de resistência ao nazismo organizados em nível internacional e nacional. Diferentes segmentos da esquerda e principalmente aqueles que estavam sendo discriminados e perseguidos pelo nacional-socialismo optaram por intervir junto à sociedade brasileira com o objetivo de esclarecer a população sobre a situação em que se encontrava a Europa. Grande parte destas iniciativas foram acionadas por imigrantes judeus e militantes comunistas que, desta forma, atacavam dois alvos: o nazismo de Hitler e o autoritarismo (dito "facista") de Vargas. A bandeira de luta se fazia em nome da democracia e contra Hitler, nomeado como *"homem-símbolo da selvageria, do ateísmo e da contra-cultura"*.¹⁷⁶

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, reorganizou-se o Movimento de Alemães Livres do Brasil, sociedade que, segundo seus membros, tinha um caráter de congregar estrangeiros contra o governo nacional-socialista implantado desde 1933, pelo governo de Hitler, na Alemanha (Doc. 17).

Fundada em 12 de junho de 1943 pretendia a formação de uma sociedade de fins culturais entre alemães radicados fora da Alemanha. Procurava reunir os elementos anti-nazistas alemães, incondicionalmente leais ao Brasil e divulgar à colônia alemã sobre o *Hitlerismo bárbaro, ateu, anti-cultural, inimigo do povo*

¹⁷⁶ Carta Aberta do presidente honorário do Movimento dos Alemães Livres ao Major Vieira de Melo, Superintendente de Segurança Política e Social. S/ FI. *Prontuário 49.636 Karl Lustig Preat.* DEOPS-SP, DAESP.

Alemanha Livre - México

II.º ano - N. 7 - pág. 31/32

Ao Povo Alemão

O I.º congresso de alemães anti-hitleristas das Américas, reunido no México e saudado pelo Presidente General Avila Camacho, irradiou ao povo alemão um apelo, assinado pelo ant. Presidente da Academia de Letras da Prússia, Henrique Mann (Los Angeles), irmão do grande Thomas Mann, pelos escritores Ludwig Renn (México), Balder Olden (Montevideu) e Anna Seghers (México) conhecida no Brasil como autora do livro "A setima cruz", pelo ex-ministro da Justiça da Prússia Dr. Kurt Rosenfeld (Nova York) e os representantes católicos Príncipe Hubertus zu Loewenstein (Newfoundland, USA) e Carlos de Lustig-Prean (São Paulo).

São as seguintes as palavras do comovente apelo:

"Nós, que hoje falamos a vós, somos alemães que se reuniram numa base democrática apesar de opiniões divergentes no terreno da política e da religião. Vivemos em países, nos quais a liberdade da palavra, da imprensa e da religião está assegurada. Podemos dizer livremente o que pensamos, sem ser perseguidos pelas crueldades da Gestapo, como ha dez anos acontece na Alemanha. Faltaríamos ao nosso sagrado dever se não levantássemos bem alta a nossa voz, para que esta vos alcance além do Oceano: de nossa grave preocupação a respeito do presente e do futuro do povo alemão.

Ha quatro anos, homens e mulheres alemães, vós participais dessa guerra mortífera, da qual ainda não podemos ver o fim. O mundo ecó do gemer dos povos oprimidos, escravizados pelo tacão de Hitler, apesar da sua derrota inevitavelmente proxima. Em cada familia alemã lamenta-se um ou alguns mortos, treme-se pelos vivos, que amanhã poderão repousar num tumulto sem nome e sem numero. Não na Inglaterra, como Goering promoveu com fanfarronadas, mas na propria Alemanha, na vossa Alemanha as noites estão despedaçadas pelo uivar das sereias e os estampidos das bombas, e o sol dos dias ilumina destroços fumegantes e mortos carbonizados nas vossas cidades. Compreendeis agora a loucura de vossos sacrificios, a demencia criminosa dos planos de Hitler duma conquista do mundo? Ainda não compreendeis que Hitler e o seu bando colocam em grave perigo a existencia nacional da Alemanha?

Sabemos por meio de muitas testemunhas oculares e pelas afirmações e depoimentos de prisioneiros da guerra que cresce de mês ao mês na Alemanha o conhecimento do fato, que os pretextos, com os quais Hitler incentivou o povo alemão para a guerra, nada foram de outro molde senão o da vaidade, ilusão e fraude. O povo alemão sabe em parte que o direito está do lado oposto, do lado das nações unidas. Sabemos que já existem milhões de alemães dentro da Alemanha que pensam sobre o grave problema de consciencia. Como podemos por um fim ao terror sangrento que Hitler trouxe à patria e ao mundo? Como ainda podemos achar um caminho para uma paz justa?

E, mesmo conhecendo a evolução ainda servis aos nazistas, tornando-vos lacaios e escravos dos nazis para uma mobilisação total, que começou depois da derrota de Stalingrado e que conduz a aventuras mais desesperadoras do que as do Ludendorff de 1918. A mobilisação total trará o esgotamento geral, e o completo extenuamento do povo alemão como nos tempos da guerra de trinta anos.

Falemos a Vós no momento em que:

O arruinador da Alemanha, Adolfo Hitler, envia outra vez centenas de milhares de jovens filhos de mães ale-

mãs apenas saídos da escola ao matadouro, quando esse "guia" encaminha para a catastrophe novas centenas de milhares de homens, endurecidos pela vida, e sacrifica como carne para canhões nas ultimas ofensivas, sem nenhuma probabilidade de sucesso, quanto as forças aereas das nações unidas de semana em semana conduzem golpes mais fortes aos terrenos industriais alemães, quando se aproxima a hora do desembarque dos exercitos anglo-americanos na propria Europa, quando se aproxima a tenaz que fechará o ocidente ao oriente.

Neste momento verdadeiramente trágico da historia do povo alemão queremos advertir-vos com todo o impeto da nossa convicção:

Libertai-vos do luto desesperador, da letargia, fazei-livres do medo perante a Gestapo, fazeis união entre vós! Reconheceis afinal que a vossa força reunida tem um papel decisivo na salvação do povo alemão e do país das garras dos gangsters regentes.

Não só os alemães do estrangeiro e do além-mar olham com todas as esperanças para vós; todos democratas do mundo inteiro esperam, que o povo alemão enfim faça uma separação bem clara entre si e o Hitlerismo.

Não acrediteis nas palavras do ministro da mentira: Goebbels, que a Alemanha será destruçãda ou rasgada e que por causa disso deveis lutar até a ultima hora e ao ultimo homem. Os "planos", usados pela propaganda do Goebbels, são planos de grupos isolados e reacionarios, não são os dos povos democráticos. O que os estadistas lideres como Getulio Vargas, Roosevelt, Stalin, Churchill, Camacho, Tchang-Kaischek, Benes, De Gaulle e as nações unidas querem, é a destruição total do nazi-imperialismo e da maquina de guerra prussiana, o julgamento e a destruição total dos criminosos, que tanta desgraça fizeram ao povo alemão e ao mundo. O povo alemão achará o caminho a uma paz justa e ocupará um lugar honesto dentro da familia dos povos democraticos, se pode contribuir visivelmente com feitos proprios na luta para a liberdade da humanidade da peste parda.

Nós tomamos conhecimento duma "conferencia nacional de paz" na Rhenania no mês de Dezembro de 1942, animada pela consciencia da responsabilidade para o futuro. O carater superpartidario é um simbolo promissor da formação duma aliança: pró paz e pela renovação democrática da Alemanha. A conferencia é um começo, mudando a luta das forças subterrancas, duma minoria numa luta nacional sem diferenças de classes, partidos e religiões.

Operarios, camponeses, cidadãos. Officiais e soldados.

Começais com feitos; usais cada possibilidade e cada ocasião nas fabricas, nas aldeias, nos caminhos de transportes, na etapa e na frente dos combates, para prejudicar a maquina de guerra e para poder acelerar a derrota do Hitler.

Sabotar a guerra do Hitler é o maior feito patriótico no serviço da libertação e da salvação do povo alemão.

Combater contra a guerra do Hitler abre o caminho a uma nova Alemanha, na qual a liberdade do povo será garantida, a uma Alemanha que será um estado verdadeiramente democrata e pacifico. Abaixo Hitler, o destruidor do povo alemão!

Viva a Alemanha livre de amanhã!"

*brasileiro e esclarecer o abismo insuperável que separa a Alemanha de Goethe e Beethoven da tribo selvagem dos Hitleristas*¹⁷⁷.

Seus membros se reuniam sem autorização do DEOPS, postura que deve ser interpretada como um "desvio de norma", daí a necessidade de agir na clandestinidade. O fato de a Polícia Política enquadrar este movimento (anti-nazista) como perigoso a ordem social é sintomático da política de aparências sustentada pelo governo Vargas. Ações repressivas como estas demonstram que o regime não estava "resolvido" quanto ao seu distanciamento frente às potências do Eixo (símbolo do totalitarismo europeu) e as nações aliadas (símbolo da democracia européia e americana). A sede social do Movimento de Alemães Livres do Brasil estava localizada à avenida São João, 108, 3º andar, sala 45. Esta sociedade motivou, em 1943, uma investigação detalhada por parte da Polícia Política sobre suas atividades e seus membros. O "Movimento de Alemães Livres do Brasil" teve vários presidentes como o Dr. Kurt Fabien e o Sr. Carlos Von Lustig Prean.

Segundo relatório policial elaborado pelo investigador "extra-quadro" 59, designado para apuração deste caso, tal sociedade encerrou suas atividades como organização política legalizada, conforme se apreende de declarações de seu presidente Karl Lustig von Prean, publicadas no jornal "A Noite", de São Paulo. Nas fichas cadastrais de seus membros, constavam os motivos pelos

¹⁷⁷ Carta Aberta do presidente honorário do Movimento dos Alemães Livres ao Major Vieira de Melo, Superintendente de Segurança Política e Social. S/ FI. *Prontuário 49.636 de Karl Lustig Prean*. DEOPS-SP, DAESP.

quais cada um se declarava inimigo do nazismo. Nos arquivos da sociedade, a polícia encontrou relatórios de investigação de caráter político, elaborados pelos ativistas líderes do movimento. Tal documentação foi entregue a Superintendência de Segurança Política e Social, na suspensão desta organização, como declarou Karl Lustig von Prean aos associados.

O Movimento de Alemães Livres passou a denominar-se, em 1946, *Associação Democrática Alemã* ou *Deutsch Demokratische Verinigung* com a tarefa de

"liquidação da influência nazista entre os alemães por meio do trabalho cultural, e social, em que se devem difundir informes sobre a Alemanha e os alemães, daqui e de outros países;

que se propõem a trabalhar por uma assimilação democrática dos Alemães no Brasil e finalmente, apóia todas as medidas do governo nesse sentido para que o futuro representante diplomático da Alemanha possa encontrar uma organização juridicamente e de fato, enraizada no Brasil; para que os alemães possam colaborar com todas as outras organizações democráticas, nacionais e estrangeira, juntamente com as representações diplomáticas das Nações Unidas.

Desta maneira se previam em reparar os prejuízos que o Nazistas causaram e que devem servir neste trabalho com base as resoluções de Postdam no seu conjunto e o efeito progressista da aplicação delas"¹⁷⁸.

Segundo a polícia, o caráter da organização se alterou depois da mudança de seu nome e de seus membros, envergando para o comunismo. No ato da fundação em junho de 1943, a Sociedade contava com 17 membros dentre os quais estavam João Penteado Erskine Stenveson (vice-presidente) e Stefan Baron (segundo secretário).

Em 23 de fevereiro de 1946, as 15:30, o Serviço Secreto do DEOPS teve informação de que "elementos alemães" se reuniam no prédio da Rua Conselheiro Furtado, 191, em São Paulo. Constatado o fato, procedeu-se à apreensão de documentos escritos em alemão e português, dentre os quais

¹⁷⁸ Cópia da ata de fundação da Associação Democrática Alemã de São Paulo. S/ FI. *Prontuário 225 (2^o vol.) de João Penteado E. Stenvenson*. DEOPS-SP, DAESP.

estava a ata de fundação da sociedade, transcrita pela polícia e recortes dos jornais O Dia de 24/2/1946, da Folha da Noite e da A Noite, ambos de 25/2/1946.

Um inquérito policial apurou que a instituição *Movimento de Alemães Livres do Brasil* havia sido fundada “sob inspiração de elementos comunistas, tais como Abelcio Bittencourt Dias e Stefan Baron”., quando interrogado se “ele teria possibilidade de propagar, futuramente, o programa do Partido Comunista na Associação”, respondeu que “sim, pois reunido o número de democratas que aceitam discussão sobre a doutrina mais avançada como seja o socialismo, seria mais um passo para a consecução do programa do Partido Comunista do Brasil”.¹⁷⁹

Stefan Baron, confessou em suas declarações ter “simpatia pelo comunismo”. A polícia procedeu a apreensão de material comunista, tais como documentos e livros, que corroboram sua confissão.

¹⁷⁹ Termo de declaração de Abelcio Bitencourt. S/ Fl. *Prontuário 225 (2^o vol.)*, de João Penteado E. Stenvenson, DEOPS-SP, DAESP.

3.4.2 - Sociedade Esportiva Zukunft ou Clube Israelita

Em 29 de março de 1932, o chefe de Gabinete de Investigações, nome ilegível, solicitou ao chefe de polícia a cassação da licença de funcionamento do *Clube Israelita* ou *Sociedade Esportiva Zukunft* (futuro, em alemão) conforme pedido do delegado de Ordem Política e Social¹⁸⁰.

Há no prontuário uma listagem manuscrita dos documentos apreendidos na casa situada na Rua Amazonas, 6 que permitiu a Polícia Política concluir que esse local servia de sede para outras organizações: *Procon*, *Centro de Cultura Proletária Israelita*, *Centro de Cultura Israelita*, *Sociedade de Esporte e Ginástica Judaica*, *São Paulo Idische Sport*, *Organization Zukunft*, *Clube Esportivo Makkabi* e *Bicor*, além de mais três sociedades: *Sociedade Beneficente Israelita*, *Organização Auxiliadora de Operários* e *Círculo Israelita*.

Dessas sociedades foram apreendidos exemplares de jornais estrangeiros. Entre eles: *Reiter Stern*, *Freiheit*, *Societ Russian Pictorial*, *Reconstructino*, *The Worhers Monthy*, *Der Hammer*, *Pioner*. “revista mensal mundial infantil, edição de Buenos Aires, comunista para perverter as crianças” *The Future*, *The Nation*, *Der Idischer Poer*.

Do material apreendido concluiu-se que:

- 1) As organizações beneficentes são fachadas para mandar dinheiro para Rússia, onde comunistas remetem o dinheiro para o país de origem com recursos para propaganda e atividade de comunista.
- 2) Servem como organizações, dividas por nacionalidade, preparatórias para entrada em organizações “puramente comunistas”

¹⁸⁰ Prontuário 2.431 do Partido Comunista . DEOPS-SP, DAESP.

3) Organizações de ginástica e beneficente guardam documentos de organizações operárias internacionais.

4) Trabalho dos comunistas com crianças

3.4.3 - Partido Socialista Alemão

Membros da comunidade alemã sob a direção de Walter Schlegel fundaram o *Partido Socialista Alemão*¹⁸¹. Segundo o relatório de polícia este grupo socialista alemão queria o fim do "regime Hitletrista" na Alemanha e para isso associaram-se aos comunistas alemães. Os membros do partido reuniam-se às sextas-feiras no *Restaurante Gruta do Alemão*¹⁸², localizado no Edifício Martinelle, situado a Avenida São João no centro da capital paulista.

Para a Polícia Política não apresentavam nenhum perigo, pois, "limitavam-se, exclusivamente, a combater o regime do Sr. Hitler, na Alemanha."¹⁸³

A Sociedade Teutônica foi investigada pela Polícia Política, em 1935. Segundo o relatório de investigação esta sociedade era formada pelos empregados da Companhia Brahma, e segundo a vizinhança se tratavam de pessoas de "bom procedimento".¹⁸⁴

¹⁸¹ *Prontuário 68461 do Partido Socialista Alemão*. DEOPS-SP. DAESP.

¹⁸² *Prontuário 68458 do Restaurante Gruta do Alemão*. DEOPS-SP. DAESP.

¹⁸³ Relatório (cópia de 12/06/1946) sem assinatura e remetente. *Prontuário 12699 de Walter Schlegel*. DEOPS-SP. DAESP.

¹⁸⁴ Relatório de investigação de assinatura ilegível pata Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. Gabinete de Investigações. São Paulo, 17/01/1935, fl.11. *Prontuário 68.487 da Sociedade Teutônica*. DEOPS-SP, DAESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de 1930-1945, a Polícia Política empreendeu uma ação sistemática contra as comunidades estrangeiras radicadas no Estado de São Paulo e, em especial, na capital. Esta investida deve ser interpretada como resultado do projeto político de nacionalização sustentada pelo governo Vargas que elegeu inimigos da nação. O alemão, ainda que representante de uma raça pura, foi um destes inimigos. No entanto, a repressão a esta comunidade deve ser avaliada no tempo e espaço específicos.

A vigilância contra a comunidade alemã se manifestou em diferentes momentos, sendo o auge entre 1938-1945. A gestão de estigmas articulados em torno do alemão estrangeiro tem suas raízes no início do século XX.

Após a Primeira Guerra Mundial, estereótipos anti-Alemanha, moldados pelos acontecimentos nacionais e internacionais interferiram no cotidiano desses indivíduos. Dentre os vários rótulos empregados pelo discurso policial podemos destacar o de *estrangeiro*, *comunista*, *judeu* e *nazista*, estigmas condicionados à posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando o país se definiu ao lado dos Aliados. Desde 1938, com as leis nacionalistas, o indivíduo que possuía ascendência estrangeira era considerado como "perigoso" a ordem pública e social. Preocupadas em formar uma nação com identidade cultural e racial fortes as autoridades governamentais brasileiras articulavam estratégias de controle e repressão tendo como referência à tese do enquistamento (da infusibilidade, segundo Oliveira Vianna).

O conceito de nação está desvinculado de um espaço geográfico, mas pressupõe uma população limitada, sem número preciso de elementos. Esse

conjunto de pessoas tem que se sentir unidas por características facilmente reconhecidas e que seja comum a todas elas. Esse elemento comum pode estar presente na religião, como no caso dos judeus, que nascem nas diversas partes do mundo, mas que se reconhecem como um povo. A unidade que traz a idéia de nação é simbolizada por múltiplas imagens que caracterizam uma comunidade. O símbolo passa a ser uma construção política.

Desde o Império, renomados intelectuais brasileiros preocuparam-se em caracterizar a população brasileira influenciados pelos teóricos racialistas europeus. Com a proclamação da República, sentiu-se a necessidade de gestar um projeto de nação construído a partir dos elementos nacionais. No entanto, vingou aquele que tinha como objetivo principal branqueamento da população em detrimento de outros segmentos que pregavam a mestiçagem como saída para o Brasil cuja sociedade encontrava-se esgarçada por tantos anos de escravismos. Assim podemos considerar que, apesar da circulação destes discursos antagônicos, a imagem positiva do alemão se prestou, até a década de 30, como modelo ideal de cidadão. Do ponto de vista estético, o "ariano" sempre se prestou como parâmetro ideal de beleza a ser alcançado pela população brasileira.

O projeto de nacionalização idealizado pelo governo Vargas foi efetivamente aplicado pela Polícia Política que, através de intensa vigília investiu contra as comunidades estrangeiras. As práticas repressivas legalizadas pelo Estado Novo afetaram a vida cultural e política dos alemães e seus descendentes. O objetivo imediato era de dismantelar seus laços culturais, interpretados como elementos de erosão à cultura brasileira, em favor da homogeneização racial. Apesar do projeto cultural de definição da brasilidade estar presente desde o período imperial foi durante a República, que esta

tendência xenófoba ganhou vulto e teve ações concretas. O aparato censor e repressivo se estendeu à sociedade como um todo que através de delação, da prisão e expulsão regulava o comportamento dos estrangeiros no país. Através da documentação da Polícia Política constatamos que os alemães foram perseguidos em distintos momentos, ora por suas manifestações culturais se chocarem com o projeto nacional, ora como inimigo militar, por estarem envolvidos enquanto parte beligerante das nações em guerra.

As primeiras ações efetivamente repressivas contra os alemães se fizeram contra aqueles que eram ativistas ou simpatizantes comunistas. Após a Intentona Comunista à idéia de perigo estrangeiro somou-se o conceito de complô judaico-comunista que se encaixava como uma luva nos judeus alemães que, a exemplo de Olga Benário e Elizabeth Sabrowisk, atentavam contra o poder estabelecido.

A repressão policial foi dura com esses indivíduos que identificados como idéias de esquerda pretendiam "fazer a revolução", revolução esta frustrada em Weimar, na Alemanha.

A partir de 37, com a supressão da possibilidade de redemocratização do país e a instalação do Estado Novo, percebe-se um aperfeiçoamento ainda maior das práticas repressivas e de controle da comunidade alemã. Em consequência da situação de guerra na Europa, centenas de alemães judeus se refugiaram no Brasil, sendo que, muitos deles, haviam ocupado cargos políticos ou administrativos durante o governo socialista de Weimar, outros identificados com o ideário do Terceiro Reich tornaram-se suspeitos de espionagem, após 1942. Qualquer alemão "judeu ou ariano" era passível de suspeição podendo vir a ser acusado de espionagem em prol dos interesses do Eixo. Mas, nem por isso, os alemães deixaram de ser considerados como paradigma de civilização e raça.

Cria-se aí um impasse.

Se por um lado, os alemães tinham a admiração do governo brasileiro, por serem sinônimo de raça pura, condição *sine qua non* para o real processo de branqueamento da população, por outro lado, eles simbolizavam uma ameaça a construção da brasilidade. A germanidade não tinha condições de sobreviver em um país contrário às diferenças étnicas e políticas.

Uma outra questão que interferiu no tratamento dado aos alemães veio á tona no momento em que, deflagrada a Segunda Guerra Mundial, eles passaram a ser estigmatizados como “súditos do Eixo”, de forma generalizada. Esta situação de conflito e tensão deve ser avaliada como resultante da pressão norte americana que, em nome dos ideais democráticos exigiu a definição política por parte do governo Vargas. Este, até então, não havia ocultado suas simpatias pelos regimes totalitários, dentre os quais o nacional-socialismo. Atuando nos bastidores, Vargas procurou ganhar a confiança dos dois blocos de poder jogando ora a favor da Alemanha, ora a favor dos Estados Unidos. Articulou acordos comerciais secretos até o momento em que, pressionado pelos acontecimentos internacionais, se viu obrigado a entrar na guerra, assumindo publicamente compromisso com os Aliados.

A conjuntura da guerra forçou o Brasil a impor restrições às comunidades estrangeiras radicadas no país, dentre as quais a alemã. Assim, a repulsa ao cidadão alemão radicado no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial deve ser interpretada como um sinal de decomposição das relações com a Alemanha, cujo grau de proximidade e distanciamento se fazia de acordo com os interesses políticos de Vargas.

No sentido metafórico da palavra, o alemão foi percebido como “estrangeiro” somente após 1938 quando lhe foi delegada a posição de “inimigo interno”. Após 1942, sua imagem foi redefinida alimentando sentimentos de desconfiança, ódio e aversão. No momento imediato ao final da guerra, esta imagem tornou-se ainda mais negativa em decorrência das atividades praticadas pelos nazistas nos campos de extermínio e concentração na Europa ocupada.

Após 1945, inaugurou-se uma nova fase para as múltiplas comunidades alemãs radicadas no mundo. As relações sociais entre alemães judeus e não-judeus ficaram desgastadas diante dos crimes praticados pelos nazistas contra a Humanidade.

FONTES

a) Policiais

Arquivo do Estado de São Paulo

Prontuários:

- _____ 29.721 da Sociedade Beneficente Alemã. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 1.051 do Esporte Clube Pinheiros. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 23.219 do Colégio Visconde de Porto Seguro. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 6.440 da Escola de Vila Mariana. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 94.674 da Escola de Santo Amaro. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 46.401 da Sociedade Alemã Deutscher Morgen ou Empresa Editora Aurora Alemã ou Deutscher Morgen. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 25.414 do Banco Germânico. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 10.047 do Banco Alemão Transatlântico. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 47.112 da Câmara de Comércio Teuto-Brasileira. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 49.636 de Karl Lustig Prean. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 544 de Sidéria Galvão. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 420 de Hans Dreyfus. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 225 (2^o vol.) de João Penteado E. Stenvenson. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 2.431 do Partido Comunista. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 68.461 do Partido Socialista Alemão. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 68.458 do Restaurante Gruta do Alemão. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 12.699 de Walter Schlegel. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 68.487 da Sociedade Teutônica. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 550 (vol. 2) da Delegacia Regional de Presidente Prudente. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 24.032 de Alfred Grünwald. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 49.518 de Adão Kungel. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 7.874 de Adolfo Vohs. DEOPS-SP. DAESP.
- _____ 42.697 de Adam Spich. DEOPS-SP, DAESP.

- _____ 20.505 de Herbert Cohn. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 40.362 de Adalbert Konneccy
- _____ 20.403 de Adolf Weil. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 20.423 de Ernest Georg Friemenn. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 552 (4^ovol) da Delegacia Regional de Bauru. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 7.495 de Adolfo Arnhold. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 11.203 de Alfred Georg Kieper. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 9.815 de Adam Gefeld. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 50.342 de Egon Felix Gottschlak. DEOPS-SP, DAESP.
- _____ 26.322 de Adolfo Keru. DEOPS-SP, DAESP.

Relatórios:

_____ (cópia) de Venancio Ayres, delegado de Ordem Social, de 9 de maio de 1936. *Prontuário 544* de Sidéria Galvão. DEOPS-SP, DAESP.

_____ de Francisco José Nova, delegado de Polícia, para o delegado auxiliar regional de polícia. São Vicente, 8/7/1942. *Prontuário 7.383 da Sociedade Recreativa e Esportiva Schuetzen-Verein de Santos*. DEOPS-SP, DAESP.

_____ (cópia) de Fernando Braga Pereira da Rocha, delegado-adjunto. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 12/5/1943. *Prontuário 23.319, do Colégio Visconde de Porto Seguro*. DEOPS-SP, DAESP.

_____ (cópia, de 12/06/1946) sem assinatura e remetente. *Prontuário 12.699 de Walter Schlegel*. DEOPS-SP, DAESP.

_____ de investigação de assinatura ilegível pata Costa Ferreira, delegado de Ordem Política e Social. Gabinete de Investigações. São Paulo, 17/01/1935, fl.11. *Prontuário 68.487 da Sociedade Teutônica*. DEOPS-SP, DAESP.

Ofício de Venâncio Ayres, delegado auxiliar da Diretoria Geral ao Superintendente de Segurança Política e Social. São Paulo, 24/06/1942. *Prontuário 7.497 de Arnhold*. DEOPS-SP, DAESP.

Circular de transferência de residência de Augusto Gonzaga, delegado de Ordem Política de Social. São Paulo, 1/9/1943. *Prontuário 24.032 de Alfred Grünwald*. DEOPS-SP, DAESP.

Parecer de João Queiroz de Assumpção Filho, delegado especializado de ordem política ao delegado auxiliar. Delegacia de Ordem Política e Social. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo, 27/12/1945. *Prontuário 9.815, de Adam Gefeld*. DEOPS-SP. DAESP.

Requerimento de Herbert Cohn ao Chefe do Serviço de Salvo-Conduto. São Paulo, 01/02/1944. *Prontuário 20.505, de Herbert Cohn*. DEOPS-SP, DAESP.

Requerimento de Adalbert Konecny, funcionário da Companhia Melhoramentos ao delegado da Ordem Política e Social. São Paulo, 28/11/1994. *Prontuário 40362, de Adalbert Konecny*. DEOPS-SP. DAESP.

Caderneta de salvo-conduto. Superintendência de Segurança Política e Social. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios de segurança pública. S/data/ s/doc fl.01. *Prontuário 7.874, de Adolfo Vohs*. DEOPS-SP. DAESP.

Salvo-Conduto de Rolf Herzenberg. Serviço de Salvo-Conduto. Delegacia de Ordem Política e Social. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo, 21/03/1945. *Prontuário 55.539, de Rolf Herzenberg*. DEOPS-SP, DAESP.

Comunicado (cópia) da Inspeção da Polícia Marítima de Santos para a Delegacia Regional de Santos. Inspeção da Polícia Marítima de Santos. Santos, 28/12/1936, doc2., fl 2. *Prontuário 420, de Hans Dreyfus*. DEOPS-SP, DAESP.

Auto de Arrolamento dos bens imóveis e móveis da Sociedade Schuetzen-Verein. Delegacia de Polícia de São Vicente. *Processo 2434 AP 1255, de Kurt Ernst Weinrauch*. TSN-AN-RJ.

Termo de declaração de Abelcio Bitencourt. S/ Fl. *Prontuário 225 (2º vol.)*, de João Penteado E. Stenvenson, DEOPS-SP, DAESP.

b) Documentos confiscados:

Carta Aberta do presidente honorário do Movimento dos Alemães Livres ao Major Vieira de Melo, Superintendente de Segurança Política e Social. S/ Fl. *Prontuário 49.636, Karl Lustig Prean*. DEOPS-SP, DAESP.

Ata (cópia) de fundação da Associação Democrática Alemã de São Paulo. S/ Fl. *Prontuário 225 (2º vol.)*, de João Penteado E. Stenvenson. DEOPS-SP, DAESP.

c) Cartas de Delação:

Carta denúncia de Osvaldo Guerra ao Major Superintendente de Ordem Política e Social. *Prontuário 50.342, de Egon Felix Gottschlak*. DEOPS-SP. DAESP.

Carta denúncia de Francisco Pereira a Delegacia de Investigação. Santa Rosa, 25/04/1944. *Prontuário 26.322, de Adolfo Keru*. DEOPS-SP. DAESP.

d) Judiciais

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Processos:

- _____ 1476 de Alberto Onken. TSN-AN-RJ.
- _____ 5.032 de Alberto Spier. TSN-AN-RJ.
- _____ 4935 AP 2241 de Alberto Adão Haemmerle. TSN-AN-RJ.
- _____ 2791 de Alberto Kocker e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 6499 de Benedito Pereira Lima e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 3902 AP 1868 de Friedric Grog Groh e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 2567 AP 1406 de Friedrich Johann Riess. TSN-AN-RJ.
- _____ 368 de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman. TSN-AN-RJ.
- _____ 6036 AP 3010 de Gustav Hue de Pohl. TSN-AN-RJ.
- _____ 5102 AP 2713 de Herbert Andre Frederico Wilkens e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 3764 de Herman Adolph Hoffmann. TSN-AN-RJ.
- _____ 1551 de Herbert Sack e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 2434 AP 1255 de Kurt Ernst Weinrauch. TSN-AN-RJ.
- _____ 4522 AP 2278 de Kurt Ciryllus Lock e outros. TSN-AN-RJ.
- _____ 2346 AP 1266 de Ricardo Idrani e outros. TSN-AN-RJ.

Assentada de Miguel Schuster, primeira testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman.* TSN-AN-RJ.

Assentada de Hugo Herzholz, segunda testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman.* TSN-AN-RJ.

Assentada de Antonio Solani, terceira testemunha, a Antonio Pinto do Rego Freitas, delegado de falsificações de defraudações. Gabinete e Investigações. São Paulo, 16/10/1936. *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman.* TSN-AN-RJ.

Promoção de Clovis Krueel de Moraes, adjunto de procurador. Procuradoria. Tribunal de Segurança Nacional. Justiça Federal. Rio de Janeiro, 14/06/1939. *Processo 368, de Guilherme Henrique Gustavo Hermão ou Herman Acherman.* TSN-AN-RJ.

Rótulo do Receituário da Farmácia Alemã. Rio Claro. *Processo 1476, de Alberto Oncken.* TSN-AN-RJ.

e) Legislação

Biblioteca da Faculdade de Direito/ USP e Biblioteca do Tribunal de Justiça Federal

Lei 581 de 04/09/1850

Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império.

Lei 3353 de 13/05/1888

Declara extinta a escravidão no Brasil.

Decreto 2040 de 28/09/1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

Decreto 1641 de 07/01/1907

Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do Território Nacional.

Decreto 4269 de 17/01/1921

Regula a repressão do anarquismo.

Decreto Estadual de 10/01/1933

Dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

Decreto 23873 de 15/02/1934

Dá organização ao Conselho da Defesa Nacional.

Decreto 24776 de 14/07/1934

Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências.

Lei Ordinária 38 de 04/04/1935 - Lei de Segurança Nacional

Define crimes contra a ordem política e social.

Lei 244 de 11/11/1936

Institui o Tribunal de Segurança Nacional

Decreto-lei 37 de 02/12/1937

Dispõe sobre partidos políticos.

Decreto-lei 59 de 11/12/1937

Dispõe sobre registro das sociedades civis a que se refere o artigo 4 do decreto-lei 37, de 2 do corrente mês.

Portaria do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 07/02/1938

Decreto-lei 341 de 17/03/1938

Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao registro de comércio, e dá outras providências.

Decreto-lei 383 de 18/04/1938

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

Decreto-lei 389 de 25/04/1938

Regula a nacionalidade brasileira.

Decreto-lei 392 de 27/04/1938

Regula a expulsão de estrangeiros.

Decreto-lei 394 de 28/04/1938

Regula a extradição.

Decreto-lei 406 de 04/05/1938

Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Território Nacional.

Decreto-lei 431 de 18/05/1938

Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

Decreto Estadual 9.197 de 31/5/1938.

Extingue a Superintendência de Ordem Política e Social e cria as Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social e a de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros.

Decreto-lei 479 de 08/06/1938

Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.

Decreto-lei 554 de 12/07/1938

Dispõe sobre o inquérito policial para o efeito de expulsão de estrangeiros.

Decreto 3010 de 20/08/1938

Regulamenta o decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Território Nacional.

Decreto 3016 de 24/08/1938

Aprova regulamento para execução do disposto no artigo 6º do decreto-lei número 383, de 18 de abril de 1938.

Decreto-lei 868 de 18/11/1938

Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário.

Decreto-lei 869 de 18/11/1938

Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.

Decreto-lei 1006 de 30/12/1938

Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Decreto Estadual 9893-B de 31/12/1938.

Reorganiza a Delegacia de Ordem Política e Social, aprova o respectivo regulamento e dá outras providências.

Decreto-lei 1261 de 10/05/1939

Dispõe sobre a composição do Tribunal de Segurança Nacional.

Decreto-lei 1377 de 27/06/1939

Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros nos casos do artigo 3º, alíneas a e b do decreto-lei número 479, de 8 de junho de 1938.

Decreto 4517 de 12/08/1939

Dá organização a secção de segurança nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto 4554 de 02/08/1939

Modifica o decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Decreto-lei 1545 de 25/08/1939

Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

Decreto-lei 1561 de 02/09/1939

Aprova as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas.

Decreto-lei 1966 de 16/01/1940

Uniformiza em todo o Território Nacional a taxa de registro de estrangeiros.

Decreto-lei 2979 de 23/01/1941

Dispõe sobre o registro de aparelhos receptores de radiodifusão.

Decreto-lei 2983 de 25/01/1941

Dispõe sobre a internação de beligerantes.

Decreto-lei 2985 de 27/01/1941

Dispõe sobre o emprego de aparelhos de telecomunicações no Território Nacional enquanto durar a guerra atual.

Decreto-lei 2986 de 27/01/1941

Dispõe sobre as normas que devem seguir os navios mercantes quando em águas jurisdicionais brasileiras.

Decreto-lei 3034 de 10/02/1941

Altera a redação do artigo 13 de decreto-lei número 1.545, de 25 de agosto de 1939.

Decreto-lei 3082 de 28/02/1941

Toma-se obrigatório o registro dos estrangeiros entrados no país em caráter "temporário" e dá outras providências.

Decreto-lei -003175 de 07/04/1941

Restringe a imigração e dá outras providências.

Decreto-lei 3183 de 09/04/1941

Cria, na Polícia Civil do Distrito Federal, a Delegacia de Estrangeiros, e dá outras providências.

Decreto-lei 3191 de 10/04/1941

Dispõe sobre ação judicial entre súditos de países beligerantes não residentes no Brasil.

Decreto-lei 3199 de 14/04/1941

Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

Decreto-lei 3200 de 19/04/1941

Dispõe sobre a organização e proteção da família.

Decreto-lei 3297 de 22/05/1941

Dispõe sobre o contrato de professores estrangeiros para os estabelecimentos de ensino profissional.

Decreto-lei 3424 de 15/07/1941

Prorroga o prazo para o registro dos estrangeiros que se encontram no país em caráter permanente.

Decreto-lei 3580 de 03/09/1941

Dispõe sobre a comissão nacional do livro didático e dá outras providências.

Decreto-lei 3911 de 09/12/1941

Estabelece medidas de proteção e segurança aos interesses de estrangeiros na atual emergência.

Decreto-lei 8403 de 17/12/1941

Manda observar completa neutralidade na guerra entre o império do Japão, de um lado, e a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Nova Zelândia, Austrália, União Sul-Africana e o Reino dos Países Baixos, do outro.

Decreto 8404 de 17/12/1941

Manda observar completa neutralidade na guerra entre a Grã-Bretanha e a União Sul-Africana, de um lado, e a Finlândia, a Hungria e a Rumânia, do outro.

Decreto-lei 4051 de 23/01/1942

Dispõe sobre o registro de estrangeiros e a multa devida por excesso de prazo.

Portaria 7576 do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 26/01/1942**Decreto-lei 4097 de 06/02/1942**

Autoriza o Ministério da Guerra a requisitar a aparelhagem fotogramétrica da "Serviços Aéreos Condor Ltda".

Decreto-lei 4166 de 11/03/1942

Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro ou de estrangeiros residentes no Brasil.

Decreto-lei 4180 de 13/03/1942

Dá destino às multas impostas pelas autoridades estaduais, por infração da legislação de entrada e permanência de estrangeiros.

Decreto-lei 4216 de 30/03/1942

Prorroga o prazo fixado no artigo 4 do decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942.

Decreto 9267 de 16/04/1942

Aprova o regimento do conselho nacional de desportos.

Decreto-lei 4283 de 30/04/1942

Prorroga o prazo fixado no artigo 4º do decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942.

Decreto-lei 4353 de 02/06/1942

Prorroga o prazo fixado no artigo 4º do decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942.

Decreto-lei 4353 de 02/06/1942

Prorroga o prazo fixado no artigo 4º do decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942.

Decreto-lei 4357 de 04/06/1942

Mantem, por 120 dias, o registro profissional dos jornalistas estrangeiros e dá outras providências.

Decreto-lei 4545 de 31/07/1942

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, e dá outras providências.

Decreto-lei 4636 de 31/08/1942

Cassa a autorização de funcionamento às companhias de seguros alemãs e italianas, e dá outras providências.

Decreto-lei 4638 de 31/08/1942

Faculta a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância, e dá outras providências.

Decreto-lei 4717 de 21/09/1942

Dispõe sobre as declarações dos súditos alemães, italianos e japoneses ao registro do comércio e dá outras providências.

Decreto-lei 4701 de 17/09/1942

Dispõe sobre o comércio os aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências.

Decreto-lei 4766 de 01/10/1942

Define crimes militares e contra a segurança do estado, e dá outras providências.

Decreto-lei 4806 de 07/10/1942.

Derroga disposição contida no artigo 2º do decreto-lei 4166, de 11 de março de 1942, e dá outras providências.

Decreto-lei 4807 de 07/10/1942

Cria a comissão de defesa econômica, e dá outras providências.

Decreto-lei 4865 de 23/10/1942

Proíbe a suspensão condicional da pena imposta aos estrangeiros que se encontrem no país em caráter temporário.

Portaria 8604 do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 30/10/1942**Decreto-lei 5101 de 17/12/1942**

Dispõe sobre o nome dos estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Decreto-lei 5101 de 17/12/1942

Autoriza a venda de pedras preciosas e de produtos considerados de importância estratégica, pertencentes a súditos do "eixo" aos quais foram canceladas as licenças para comprar e exportar ditos produtos.

Decreto-lei 5699 de 27/07/1943

Determina a liquidação das firmas Theodor Wille & Cia. E Herm Stoltz & Cia. Existentes no Brasil, e dá outras providências.

Decreto-lei 6238 de 03/02/1944

Dispõe sobre o registro dos estrangeiros admitidos em caráter temporário, e dá outras providências.

Decreto-lei 6608 de 21/06/1944

Modifica o decreto-lei número 1.393, de 29 de junho de 1939, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Segurança Nacional.

Lei Constitucional 14 de 17/11/1945

Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes antes a existência, a segurança e a integridade do estado e a guarda e o emprego de economia popular.

Lei Federal 8.159 de 08/01/1991

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

f) Guerra

Arquivo do Estado de São Paulo

Comunicado (cópia) de Venâncio Ayres, delegado regional do Setor de Defesa Passiva Anti-Aérea para Acádio Nogueira, secretário do Estado dos Negócios da Segurança

Pública. São Paulo, 21 de outubro de 1942. DPAAe, Ordem 8635, pacote 04, pasta 01, caixa 08.

Declaração de Antonio Henrique de Almeida Filho. DPAAe, Ordem 8635, pacote 04, pasta 01, caixa 08

f) Obras Literárias e Históricas:

Biblioteca Municipal Mario de Andrade

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 5ed. Brasília: Universidade, 1963.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 6a. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1960

VIANNA, Oliveira. *As Populações Meridionais no Brasil*. Niterói: UFF, 1987

_____ *Raça e Assimilação*. São Paulo: Nacional, 1932 (Col. Brasileira).

g) Censos Populacionais:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Censo Demográfico: população e habitação de 1940. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo I. IBGE, Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

h) Periódicos:

Instituto Martius-Staden

Jornal Germânia - 1878 - 1923.

Deutsche Zeitung (Jornal Alemão) - desde 1897.

Deutscher Morgen (Aurora Alemã) - 1932 - 1941.

i) Associação:

Arquivo do Clube Espéria

Requerimento de Ernest Kaufmann a Diretoria do Clube Espéria. São Paulo, 3/10/1942. Arquivo do Clube Espéria.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS GERAIS

ALMEIDA, Angela M. *A República de Weimar*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos do Estado. *Posições 2*, Rio de Janeiro, Graal, p. 47-101, 1980.

ANDERSON, Benedic. *Nação e consciência nacional*. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

_____. *Origens do totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução por Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BALANDIER, G. *O poder em cena*. Tradução por Luiz Tupy C. Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BRANDÃO, Carlos R. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

CAPELATO, M. H. *Os Aautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, PRADO, L. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia - O jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. (***)Não entendi o que são esses dois títulos)

— CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: Fantasma de uma geração (1930 - 1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____, "Trilogia dos estigmas". *Não olhe nos olhos do inimigo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995,

— _____, *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade; Arquivo do Estado/SEC, 1997.

_____, *Brasil: um refúgio nos trópicos (Brasilien, Fluchpunkt in den Tropen)*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

— _____, *Cidadão do Mundo: o Brasil e a questão dos refugiados judeus (1933-1948)*. Dissertação (Livre Docência em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____, *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CHEVIGNY, Paul. *Edge of Knife: police violence in the Americas*. New York: The New Press.

COGGIOLA, O. (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DE DECCA, Edgar. 'A revolução acabou'. *Revista de História*, Unicamp.

— DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Tradução da versão inglesa por Ruy Jungman; revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1993.

FICHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEDEC, 1985.

FILHO, Camões. *O canto do vento: a história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros*. São Paulo: Scritta, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução por Raquel Ramallete. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAMBINI, R. *O duplo jogo de Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977. (Col. Ensaio e Memória, n. 4.)

GERTZ, R. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____, *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GIRARDET, R., *Mitos e mitologia política*. Tradução por M. Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOFFMAN, E. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução por Márcia L. Nunes. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1981.

HERSCHMANN, Micael M. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILTON, Stanley. *A Guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____, *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programas, mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *História da imigração alemã no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1978.

KARASTOJANOV, Andréa Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas: Unicamp/Centro de Memória, 1999.

LAUERHAUSS JR., L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.

LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Tradução por Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEVINE, R. *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOPEZ, L. R. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

— MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp/ FAPESP, 1998.

_____, "Racismo no Sul do Brasil: heranças de um mito". *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, p. 165-178, ago./dez. 93 a ago./dez. 94.

MARABINI, Jean. *Berlim no tempo de Hitler*. São Paulo: Cia. das Letras, 1985.

MARTINS, R. R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

— MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

MORAIS, Luís Edmundo de Souza. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo: Phorte, 2001.

O'DONNELL Guillermo. *BA: reflexões sobre os Estados Burocráticos-autoritários* São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1987.

_____, SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

PAOLI, Maria Célia, BENEVIDES, Maria Victoria, PINHEIRO Paulo Sérgio, MATTA, Roberto. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, BRAUN, Eric. *Democracia X Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, "Policie and Political Crisis: the case of the Military Police". In: HUGGINS, Martha (ed.). *Vigilantism and the State in Modern Latin America: essays on Extralegal Violence*. New York: Praeger, 1991.

_____, Democracies without Citizenship. *NACLA, report on the Americas*, v. XXX, n. 2. sept./oct. 1996.

_____, "Autoritarismo e transição - Dossiê Violência". In: *Revista USP*, n. 9, mar./abr./mai. 1991.

_____, *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

— POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

SANT'ANNA, Sérgio Bairon Blanco. "O fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão". In: *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, 1993/1994.

_____, *História Palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuta-brasileira*. Dissertação (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

— SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA. *DOPS:– A lógica da desconfiança*. Rio de

Janeiro, APERJ, 1993.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade ética: a ideologia pangermanista e o grupo étnico teuto-brasileiro em uma comunidade do Vale do Itajaí*. Dissertação (Doutorado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.

SILVA, Hélio. *1939: Véspera da Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____, 1942: *Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____, 1944: *O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VILCHES, L. *Teoría de la imagen periodística*. Barcelona: Paidós, 1993.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do

Estado de São Paulo, 1992.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Guia do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: IMESP, 1997.

Guia dos Documentos Históricos na cidade de São Paulo, 1554-1954. Coord. Paula Porta S. Ferandes. São Paulo/NESP, 1998.

Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Michaelis, 2000.

Imigração Alemã no Brasil. São Paulo: Memorial do Imigrante. 2. ed., 2000.

Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Memorial do Imigrante. 2. ed., 2000.

Imigração Italiana no Brasil. São Paulo: Memorial do Imigrante. 2.ed., 2000.

Breve História da Hospedaria de Imigrantes e da Imigração para São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante. 2.ed., 2000

A N E X O S

Anexo 1

Caderneta de salvo-conduto. Superintendência de Segurança Política e Social. Polícia Civil do Estado de São Paulo. Secretaria dos Negócios de segurança pública. S/data/ s/doc fl01

Instruções (Primeira Folha)

I - O estrangeiro, portador da presente caderneta "salvo-conduto", só poderá obter "visto" a fim de viajar para localidade determinada com prazo certo.

II - Chegando ao destino deverá apresentar-se á autoridade policial da localidade, á qual exhibirá esta caderneta, para as devidas anotações.

III - Ao retirar-se da localidade deverá obter novo "visto" para a localidade a que se destina.

IV - Os "vistos" dos salvo-condutos só serão válidos para uma viagem.

V - Esgotados os "vistos" a caderneta deverá ser substituída, se necessário, á vista da exibição daquela esgotada.

VI - O portador da presente caderneta fica obrigado, por ocasião do embarque ou durante a viagem, a exhibir, quando solicitado, juntamente com esta, aprova de nacionalidade.

Anexo 2**Entrada de alemães no Brasil entre os séculos XIX e XX**

Anos	Alemães
1820-29	2326
1830-39	207
1840-49	4450
1850-59	15815
1860-69	16514
1870-79	14627
1880-89	19201
1890-99	17034
1900-09	13848
1910-19	25902
1920-29	75839
1930-39	27629

Entrada de alemães no Brasil durante o Governo Vargas (1930-1945)

Anos	Alemães
1929	4351
1930	4180
1931	2621
1932	2273
1933	2180
1934	3629
1935	2423
1936	1226
1937	4642
1938	2348
1939	1975
1940	1155
1941	453
1942	9
1943	2
1944	0
1945	22

Anexo 3

Alemães segundo os municípios
Recenseamento Geral do Brasil (1.setembro. 1940)
Série Regional. Parte XVII. São Paulo. Tomo 1. IBGE

Aguas da Prata	2
Agudos	60
Altinópolis	2
Americana	43
Amparo	26
Anápolis	9
Andradina	12
Angatuba	7
Aparecida	9
Apiáí	14
Araçatuba	92
Araraquara	190
Araras	24
Areias	0
Ariranha	8
Assis	157
Atibaia	22
Avai	26
Avanhandava	16
Avaré	41
Bananal	8
Bariri	31
Barra Bonita	8
Barreiro	1
Barretos	76
Batatais	12
Baurú	116
Bebedouro	44
Bela Vista	46
Bernardino de Campos	4
Birigui	143
Boa Esperança	13
Bocaina	16
Bocaiuva	4
Bofete	8
Boituva	2
Borborema	14
Botucatu	79
Bragança	3
Brodosqui	25

Brotas	6
Burí	59
Cabreuva	2
Caçapava	14
Cachoeira	6
Caconde	8
Cafelândia	58
Cajobi	7
Cajuru	11
Campinas	378
Campo Largo	6
Campos do Jordão	44
Cananéia	49
Candido Mota	31
Capão Bonito	8
Capivari	30
Caraguatatuba	3
Casa Branca	19
Catanduva	62
Cedral	16
Cerqueira Cesar	19
Chavantes	36
Colina	32
Conchas	5
Coroados	48
Cotia	37
Cravinhos	30
Cruzeiro	10
Cunha	0
Descalvado	27
Dois Córregos	3
Dourado	24
Duartina	31
Fartura	3
Fernando Prestes	10
Formosa	5
Franca	18
Galia	24
Garça	28
Getulina	29
Glicério	15
Gramma	0
Gauira	3
Guará	10
Guarapés	49
Guararema	5
Guaratinguetá	54

Guarai	0
Guariba	27
Guarujá	24
Guarulhos	269
Jacanga	24
Ibirá	13
Ibitinga	47
Iguarapava	24
Iguape	26
Indaiatuba	48
Iparissu	35
Iporanga	14
Itaberá	11
Itaí	14
Itájobi	27
Itanhaem	27
Itapecerica	21
Itapetininga	72
Itapeva	42
Itapira	12
Itapolis	52
Itaporanga	95
Itapuí	25
Itararé	84
Itatiba	17
Itatinga	11
Itirapina	8
Itaú	51
Ituverava	17
Jaboticabal	86
Jacarei	39
Jacupiranga	39
Jambeiro	0
Jardinópolis	28
Jaú	58
Joanópolis	0
José Bonifácio	11
Jundiaí	156
Juqueri	183
Laranjal	7
Leme	61
Lençóis	18
Limeira	99
Lindóia	0
Lins	87
Lorena	3
Maracáí	324

Marília	79
Martinópolis	41
Matão	51
Mineiros	3
Mirassol	36
Mococa	10
Mogi das Cruzes	312
Mogi Guassu	15
Mogi Mirim	55
Monte Alto	34
Monte Aprazível	52
Monte Azul	19
Monte Mor	38
Morro Agudo	29
Mundo Novo	12
Natividades	0
Nazaré	2
Nova Granada	?
Novo Horizonte	32
Nuporanga	9
Oleo	9
Olimpia	64
Orlandia	30
Outinhos	38
Palestina	3
Palemeiros	9
Palmital	13
Paraguassú	42
Paraibuna	3
Parnaíba	30
Patrocínio do Sapucaí	
Paulo de Faria	2
Pederneiras	31
Pedregulhos	4
Pedreira	16
Penápolis	58
Pereira Barreto	8
Pereiras	
Piedade	192
Pilar	7
Pindamonhangaba	20
Pindorama	8
Pinhal	7
Pinheiros	
Piquete	14
Piracaia	1
Piracicaba	136

Piraju	32
Pirajuí	68
Pirambóia	3
Piranguí	16
Pirassununga	19
Piratininga	27
Pitanguieriras	10
Pompéia	82
Pontal	14
Porangaba	0
Porto Feliz	17
Porto Ferreira	9
Potirendaba	10
Prainha	127
Presidente Alves	11
Presidente Bernades	32
Presidente Prudente	144
Presidente Venceslau	408
Promissão	30
Quatá	69
Queluz	0
Rancharia	27
Redenção	0
Regente Feijó	64
Ribeira	1
Ribeirão Bonito	18
Ribeirão Preto	259
Rio Claro	212
Rio das Pedras	7
Rio Preto	91
Salesópolis	9
Salto	24
Salto Grande	20
Santa Adélia	15
Santa Bárbara	18
Santa Bárbara do Rio Pardo	34
Santa Branca	7
Santa Cruz do Rio Pardo	31
Santa Isabel	19
Santa Rita	29
Santa Rosa	18
Santo Anastácio	145
Santo André	1282
Santo Antonio da Alegria	5
Santos	677
São Bento do Sapucaí	0
São Carlos	108

São João da Boa Vista	30
São Joaquim	69
São José dos Campos	61
São José do Rio Pardo	38
São Luis de Paraitinga	0
São Manuel	37
São Miguel Arcanjo	3
São Paulo	20702
São Pedro	22
São Pedro do Turvo	38
São Roque	20
São Sebastião	5
São Simão	25
São Vicente	135
Sarapuí	0
Serra Azul	4
Serra Negra	14
Sertãozinho	80
Silveiras	1
Socorro	4
Sorocaba	171
Tabapuã	29
Tabatinga	166
Tambau	11
Tanabi	28
Tapiratinga	7
Taquari	5
Taquatitinga	39
Tatui	23
Taubaté	58
Tietê	17
Torrinha	8
Tremembé	0
Tupã	44
Ubatuba	9
Uchoa	5
Una	7
Valparaíso	112
Vargem Grande	9
Vera Cruz	34
Viradouro	22
Xiririca	32